



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

FRANCIELLE RODRIGUES DE MACEDO

**DINÂMICAS AGROECOLÓGICAS DE RECRIAÇÃO DA VIDA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, EM TRÊS LAGOAS/MS.**

Três Lagoas (MS)
2021

FRANCIELLE RODRIGUES DE MACEDO

**DINÂMICAS AGROECOLÓGICAS DE RECRIAÇÃO DA VIDA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, EM TRÊS LAGOAS/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/CPTL/UFMS – área de concentração: Análise Geoambiental e Produção do Território, linha de pesquisa: Dinâmica Territorial no Campo e na Cidade, como uma das exigências para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

Três Lagoas (MS)
2021

FRANCIELLE RODRIGUES DE MACEDO

**DINÂMICAS AGROECOLÓGICAS DE RECRIAÇÃO DA VIDA CAMPONESA NO
ASSENTAMENTO 20 DE MARÇO, EM TRÊS LAGOAS/MS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/CPTL/UFMS – área de concentração: Análise Geoambiental e Produção do Território, linha de pesquisa: Dinâmica Territorial no Campo e na Cidade, como uma das exigências para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

Três Lagoas, 25 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora e presidente Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Membro: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
Instituição: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Membro: Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Três Lagoas (MS)
2021

Dedico a todas as camponesas, dentre elas, as flores mais belas, minhas avós: dona **Ana** e dona **Zefa**. Mas não são flores de cactos, que vem da terra seca. Não são flores do brejo, que vem da terra encharcada. São flores de Ipê danado, que de teimoso, resiste e floresce nas secas do Cerrado.

AGRADECIMENTOS

Ufa! Cheguei até aqui. Muitas coisas aconteceram e, de fato, me fazem prova viva daquela frase famosa de Heráclito, parafraseando: impossível banhar-se no mesmo rio duas vezes, pois, não somos os mesmos, tão pouco, o rio. A Francielle de hoje, aprendeu a ressignificar a vida, compreendeu que chorava, se preocupava e entendia o sentido do ser, diferente do de agora... A vida voltou a pulsar, quando os sonhos brotaram novamente, quando as coisas e pessoas voltaram a fazer sentido, quando o amor se acomodou e coloriu meu mundo... amor multifacetado, amórfico, tímido, compromissado e responsável... também apresenta-se como aquele que é âncora, tábua de salvação, cais de porto... nada faz sentido sem amor, absolutamente nada. Aqui fica meu agradecimento aos amores construídos em mim.

Essa mesma Francielle, aprendeu que a vida muda e que isso pode ser aterrorizante. Aprendeu que a direção do barco da vida no oceano de possibilidades do novo, nem sempre fica sob controle. O ser humano é acomodado com a poeira no canto da sala e o livro que ficou por ler, na prateleira... O novo assusta! Exigindo, por vezes, um gasto de energia para acomodar novamente a bagunça dos dias tempestuosos, reorganizar o interior, arrumar a “casa eu”, limpar a visão e agradecer o sol, a chuva que acalma, o abraço quentinho dos amados, o cheiro gostoso de tempero, antes do arroz entrar na panela... O sentimento de paz e calma do arco-íris, estão, para essa Fran, nas pequenas memórias, das pequenas partes que compõe o respirar, o abrir dos olhos pelas manhãs e o deitar no travesseiro ao final de cada dia, e, que trazem felicidade, como num forró dançado com a pessoa amada num churrasco a noite... como em alimentar-se de arroz com ovo, alface e farofa... como em ver um filme sem final, seguido de uma discussão sobre as inúmeras possibilidades e fins dos personagens.

Essa Fran, entende as amizades verdadeiras (não citarei nomes porque são tantos, mas, sintam-se honrados meus amigos, amo vocês), o cuidado, empatia e responsabilidade afetiva, como doação, presentes dados em forma de tempo de vida... A gratidão é impossível de ser mensurada por cada linha lida até aqui, por cada tempo dedicado na leitura e correção no corpo dessa pesquisa, por cada dica... obrigada equipe GeoAgrária, Prof. Dr. Sedeval, Prof. Dr. João Fabrini e Profa. Dra. Rosemeire e Prof. Me. Mieceslau. Obrigada Profa. Jhiovanna, Prof. Dr. Mauro, Profa. Dra. Marine e família, por cada palavra de incentivo, pelas saídas a campo feitas sob cuidados e energia positiva.

A Francielle encerra um ciclo na UFMS, o último... sobre essa instituição, nem tudo foram flores..., entretanto, penso que ensinar e aprender... aprender e ensinar... não poderiam ser feitos de outra forma. Ter ciência do que é real, é dolorido! Gratidão, UFMS, pelos amigos feitos, pelas inúmeras oportunidades de conhecer tantos lugares, sotaques, paisagens, histórias e questões estudadas... gratidão à universidade pública de qualidade em tempos sombrios e de desgoverno bolsonarista. Gratidão CAPES, pela bolsa, ela possibilitou voos mais altos, independência e a experiência de gerir minha própria vida por um tempo.

Gratidão aos camponeses do PA 20 de Março... obrigada pelos abrigos, histórias contadas, conselhos, refeições feitas com tanto carinho, capazes de acalantar a alma... obrigada pelos sorrisos, esperanças e por me mostrarem que é possível lutar por dias melhores, mesmo quando a maré corre contra.

A vida é muito mais que as lágrimas, que a tristeza e dias cinzas... A vida é a certeza dos dias ruins, mas, também, a certeza de tempos melhores... A força para ter o que agradecer, nasce nos detalhes que compõem o que significa a felicidade diária.

O amor é motor que impulsiona e constrói novos sonhos, a rede afetiva me manteve de pé nesse trajeto... os tempos de vidas doados a mim, foram como tomadas! Reenergizar é preciso sempre.

... a vida, apresenta-se agora, como o chá feito pela minha mãe Maria antes de eu ir dormir, em noites frias... como o cuidado, torcida a meu favor e carinho do meu irmão Daniel em me levar à rodoviária, enquanto planejo a vida longe de Ilha... como as orientações e preocupações do meu pai Abraão com o meu futuro...

... a vida é para mim, a leveza do planejar de um futuro com a minha companheira "Arvrinha" [risos], vendo um pôr-do-sol em Araras.

Para todas essas coisas e tantas outras, por todos os tempos de vidas convertidos para que esse mestrado fosse possível, agradeço.

Obrigada, Emanuel (Deus conosco) ... Deus vivo e cuja misericórdia se renova a cada manhã, dono da minha existência.

*" [...] E nossa história não estará pelo avesso assim, sem final feliz.
Teremos coisas bonitas pra contar [...]"
(Legião Urbana- Metal Contra as Nuvens)*

“A ciência se faz no caos”¹

¹ Fala da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida no colóquio de orientação dessa Dissertação, UFMS, primavera de 2018.

RESUMO

A Reforma Agrária é a política pública que possibilita ao camponês sem-terra a possibilidade da reprodução social do grupo doméstico por meio da agricultura camponesa. Por sua vez, a agricultura camponesa é aquela que mais se aproxima da agroecologia porque suas práticas de sustentabilidade são inerentes ao modo de vida camponês que possui a terra como “morada da vida”, diferente da agricultura capitalista. Nesse sentido, a agroecologia é uma forma de preservação de um modo de vida ligado à economia camponesa, cuja centro é a recriação da vida do grupo doméstico, não do lucro. O objetivo deste estudo é apreender dinâmicas agroecológicas de recriação da vida camponesa no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas (MS), considerando, especialmente, as dimensões fundamentais da agroecologia, a saber: prática/científica/movimento. Esses caminhos de estudo foram trilhados na busca de articulação da teoria com a empiria na forma de revisão teórica, uso de fontes orais e registros fotográficos. Esta pesquisa encontra sentido na compreensão de que o trabalho acadêmico é uma forma de contribuição para o fortalecimento da luta dos camponeses tanto para o acesso como permanência na terra de vida e trabalho. Entendemos ainda que a ativação do modo de vida camponês é a possibilidade de construção da agricultura camponesa agroecológica, aquela capaz de gerar alimentos sem criar problemas socioambientais. Portanto, devemos ouvir às histórias camponesas de recriação da vida para aprender princípios e caminhos agroecológicos. Esse texto científico foi estruturado em introdução, em que apresentou-se em linhas gerais a dissertação, evidenciando os pilares estruturantes dos capítulos; no capítulo I, a discussão é voltada ao debate da diferença entre a construção do conhecimento científico para o capitalismo e para práticas alternativas; no capítulo II, apresentamos a teoria sobre a questão agrária, a função social da terra relacionadas a agroecologia como potencializadora endógena da autonomia camponesa e a favor do bem comum; no capítulo III, tratamos sobre os elementos da economia familiar e o modo de vida camponês a partir de caminhos agroecológicos construídos no PA 20 de Março; e conclusão: junção dos capítulos anteriores, onde procuramos evidenciar as potencialidades de recriação da agricultura agroecológica camponesa.

Palavras-chaves: Reforma Agrária; agricultura agroecológica camponesa; autonomia; soberania alimentar.

ABSTRACT

Agrarian reform is the public policy that allows the landless peasant the possibility of social reproduction of the household group through peasant agriculture. Peasant agriculture is agriculture that most closely resembles agroecology because its sustainability practices are inherent to the peasant way of life, which regards the land as “home for life”, different from capitalist agriculture. In this sense, agroecology is a way of preserving a way of life linked to peasant economy, whose core is the recreation of the life of the household group, not profit. The challenge in this study is to learn agroecological dynamics of recreating peasant life in the “20 de Março” settlement in Três Lagoas, specially considering the fundamental practical, scientific and movement dimensions of agroecology. This study focused on the search for the articulation of theory with empirics in the form of a theoretical review, the use of oral sources, and photographic records. This research finds meaning in the understanding that academic work is a way to contribute to the strengthening of the peasants’ struggle for both access to and permanence on the land of life and work. We also understand that activating the peasant way of life makes the construction of the agroecological peasant agriculture possible, which is the one capable of generating food without creating social and environmental problems. Therefore, we must listen to the peasants’ stories on recreating life so we can learn agroecological principles and methods. This scientific text was divided into an introduction, in which the dissertation is presented in general lines, highlighting the structuring pillars of each chapter; chapter I debates the difference between the construction of scientific knowledge for capitalism and for alternative practices; chapter II presents the agrarian theory, as well as the social function of land related to agroecology as an endogenous potentiator of peasant autonomy and in favor of the common good; in chapter III, we deal with the elements of family economy and the peasant way of life from agroecological paths built in PA 20 de Março; and the conclusion, which summarizes the previous chapters, where we seek to highlight the potentialities of recreating agroecological peasant agriculture.

KEYWORDS: Agrarian Reform; peasant agroecology; autonomy; food sovereignty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assentamento Alecrim, Selvíria (MS): Primeira troca de sementes crioulas no “7º Encontro das mulheres camponesas do Território do Bolsão: Reforma Agrária, sementes e alimentos”	18
Figura 2 – PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): Colheita de cebolinha.....	34
Figura 3 - Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul.....	62
Figura 4 - Localização do PA 20 de Março, Três Lagoas (MS) e dos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul.....	66
Figura 5 – Limpeza do local para construção do acampamento no Córrego do Moeda	67
Figura 6 - Caminhão usado para o transporte da mudança para o acampamento no Córrego do Moeda	68
Figura 7 - Amanhecer e o acampamento sendo levantado na beira da estrada, Córrego do Moeda, Três Lagoas-MS	68
Figura 8 - Três Lagoas (MS), acampamento sendo levantado por meio da ajuda mútua entre os camponeses – Córrego do Moeda	69
Figura 9 - Local do acampamento dentro da antiga fazenda.....	72
Figura 10 – PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): arar a terra para plantar	80
Figura 11 - Sacolas Agroecológicas na UFMS/CPTL.....	96
Figura 12 - Feira agroecológica na UFMS/CPTL, diversidades de hortaliças, legumes e frutas	97
Figura 13 - Feira agroecológica na UFMS/CPTL, diversidades de pães, doces, geleias e mel	98
Figura 14 - Coletas de amostragens de solos pela equipe NEA-Bolsão	100
Figura 15 - Estufa de hortaliças no PA 20 de Março, Três Lagoas (MS).....	101
Figura 16 - Implantação da estufa automatizada no PA 20 de Março, Três Lagoas (MS)	101
Figura 17 - Estufa automatizada do PA 20 de Março, Três Lagoas (MS)	102
Figura 18 - 7º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão: palestra de representante da EMBRAPA sobre caldas defensivas e predadores naturais para equilíbrio ecológico nas roças	103

Figura 19 - 7º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão: fartura e partilha de doces.....	104
Figura 20 - Café agroecológico na UFMS/CPTL	105
Figura 21 - Cantoria no café agroecológico na UFMS/CPTL.....	105
Figura 22 - Biodigestor: tecnologia social.....	116
Figura 23 – PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): pesagem e organização para entrega de verduras, legumes e frutas ao PAA.....	123
Figura 24 - PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): legumes e frutas pesados e organizados para o PAA	124
Figura 25 - Verduras pesadas e organizadas para o PAA	124
Figura 26 - Entrepasto do PA 20 de Março em dia de pesagem de alimentos para entrega ao PAA.....	125
Figura 27 - Lista de produtos da “Feira on-line”.....	134
Figura 28 - Lista dos produtos da “Feira on-line”	134
Figura 29 - Rota de entrega das sacolas agroecológicas.....	135

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – PA 20 de Março: faturamento (R\$) do período dez. 2019 a nov. 2020 do PA 20 de Março.....	141
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Três Lagoas (MS): percentual de número e área ocupada pelos imóveis em hectares (ha) - 2017	40
Gráfico 2 - Consumos de papel no Brasil.....	58

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELA	11
LISTA DE GRÁFICOS	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO A SERVIÇO DO FORTALECIMENTO E RECRIAÇÃO CAMPONESA	18
1.1 Os saberes populares: gênese da construção do conhecimento científico..	19
1.2 O papel da ciência e do cientista no capitalismo contemporâneo	24
CAPÍTULO II – QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO	34
2.2 Terra mercadoria: a função da terra no capitalismo	35
2.3 A função social da terra.....	51
2.3.1 Reforma Agrária e recriação camponesa	56
2.3.1.1 Reforma Agrária na lei e na prática: o Assentamento 20 de Março em questão.....	65
2.4 Agroecologia: ciência a serviço da sociedade.....	75
CAPÍTULO III – GEOGRAFIAS CAMPONESAS NO PA 20 DE MARÇO, EM TRÊS LAGOAS/MS: CAMINHOS AGROECOLÓGICOS	80
3.1 Agroecologia e Desenvolvimento Endógeno: a importância do local.....	81
3.2 Ecologia dos Saberes: Interação do saber científico e camponês	88
3.3 A Agroecologia dos camponeses: geografias no chão da terra	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
ANEXO	148

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da colonização no Brasil, as atividades econômicas que orientam, sob articulação externa (mercado internacional), a apropriação territorial. No século XX e XXI, essa apropriação (fruto dos interesses de empresas transnacionais e nacionais), atende a finalidade de exportação e intensificam os monocultivos de soja, cana e eucalipto. O capitalismo monopolista, busca juntar cidade e campo, rural e urbano, indústria e agricultura, beneficiando o setor do capital industrial em detrimento dos camponeses. (KUDLAVICZ, 2011).

Na década de 1970, atendendo ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), planos desenvolvimentistas adotados pelos militares, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e as ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), foram importantes para a expansão da pecuária e o plantio de eucaliptos e *pinus* na Microrregião de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. Os projetos atendidos, em sua maioria, eram das médias e grandes propriedades. Toda essa dinâmica de desenvolvimento, dentro da Microrregião de Três Lagoas, foi alimentada por incentivos fiscais, garantindo para a cidade de Três Lagoas, a “vocação florestal”. (KUDLAVICZ, 2011).

Mesmo considerando a Reforma Agrária como possibilidade de solução da concentração fundiária, haja vista que coloca no centro da discussão a função social da terra questionando os pilares estruturantes da propriedade privada, no Brasil e na região de Três Lagoas, tal política pública pouco alterou a estrutura fundiária.

Em Três Lagoas, onde as terras são altamente concentradas, atualmente, o setor celulosico tenta submergir as relações não tipicamente capitalista de produção, a exemplo da produção familiar camponesa. As relações não tipicamente capitalistas, como as camponesas, são conceituadas assim, porque embora sejam contraditoriamente geradas pelo modo capitalista de produção, possuem identidade inerente ao seu modo de vida próprio e relações diferentes com a terra de trabalho. Para Almeida (2003):

Desse modo, podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe ‘pura’ do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista. Aceitar tal assertiva implica em trabalhar com a noção de formação

econômico social na concepção marxista, que a emprega para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não-capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção. (ALMEIDA, 2003, p. 82).

Separado da terra de trabalho ao longo da história brasileira², o camponês encontra na Reforma Agrária a possibilidade de sua (re)criação. É por meio desta política pública que o camponês tem uma das formas de acesso à terra e, assim, possibilita a sua recriação fomentada por práticas e técnicas inerente ao seu modo de vida, que é diferente daquele imposto pela hegemonia capitalista. Nesse sentido, a agroecologia é uma forma de preservação do modo de vida e de (re)produção camponesa enquanto classe.

Rompendo com a ideia romantizada de que o camponês produz para subsistência, enxerga-se a potencialidade de suas práticas o âmago da agroecologia e caracteriza seu modo de vida. Está nas mãos da produção familiar camponesa o destino da vida. Sendo assim: “Cabe ao campesinato resistir, frente à sede do capital de reproduzir-se aproveitando dos conhecimentos e do que caracteriza a própria vida camponesa”. (ZANOTTO, p. 41, 2017).

A luta pela Reforma Agrária e Soberania Alimentar no Brasil, enfrenta a estrangeirização, pois as bordas são pouco visíveis ainda, por se tratar de negócios particulares, carecendo de números exatos para estudos mais precisos. As crises financeiras e alimentares, impulsionaram a compra e a grilagem nos campos em países de terceiro mundo para a produção e importação de alimentos para e pelos países de primeiro mundo. (ZANOTTO, 2017).

A resistência dos povos do campo contra o avanço das grandes corporações e multinacionais sobre as terras alheias, tem impedido um processo de estrangeirização maior, fazendo emergir as conflitualidades entre dois modos distintos de compreender e duas classes antagônicas no mundo: o campesinato (com um modo de vida próprio, alinhado a agroecologia), e, a burguesia (cujos interesses possui o dinheiro e não a vida na coluna vertebral das relações sociais).

² Entendemos que o marco para a mercadorização da terra no Brasil, foi a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. A Lei de terras, veio para aliançar duas classes: os capitalistas (apropriadores de lucro) e proprietários de terras (apropriadores de renda), processo que Martins (1981), denomina de “aliança terra-capital”.

Compreendendo que os campos de luta pela terra são diversos e, que não há produção pura dos fatos, encontramos na agroecologia e seus princípios, os componentes que colaboram para o fortalecimento das práticas endógenas. Fazendo-se uma ciência antagônica aquela servidora do capitalismo, a agroecologia apresenta-se como possibilidade de práticas solucionadoras das crises agroambientais³.

Portanto, ao considerar práticas alternativas como impulsionadoras da ciência e da vida, a luta também acontece na esfera de produção do conhecimento científico, nesse sentido, entendemos que não há como fazer a aproximação maior da realidade, senão por meio das fontes orais. As histórias de camponeses evocadas pela memória, evidenciam elementos do campesinato e da agroecologia, foram organizadas por eixos temáticos (anexo), dando contornos acadêmicos às vivências e práticas faladas e transcritas, desmitificando assim, a neutralidade científica. Sendo assim:

Entendemos, por nossa vez, que este ato criativo da memória, expresso pela narrativa, é o cerne explicativo de sua importância e de sua especificidade. Desta maneira, é na fala, isto é, no processo de revisitar sua memória que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos, nos espaços de luta constituídos pelo desejo da terra. (ALMEIDA, 2003, p. 38).

Sobre os caminhos da pesquisa, algumas variáveis se destacam, não vistas, mas sentidas e vividas ao longo da escrita. Uma delas foi o desafio proposto pela orientadora desta pesquisa, em vencer a ideia cartesiana que domina a ciência moderna impondo separação entre sujeito e objeto, teoria e prática. O desafio foi aceito ao optar pela agroecologia, pois é a ciência que se interessa pelos saberes populares, que trata a todo momento do humano e da natureza, das relações sociais de sujeitos de carne e osso.

Diante disso, me propus outro desafio: construir a análise articulando teoria e empiria, numa tentativa de vencer o modelo de pesquisas científicas que tratam do campo, do objeto de estudo, somente no último capítulo, deixando assim o debate teórico sem os marcos da realidade estudada. Entretanto, apesar da determinação me deparei com o maior desafio da minha vida acadêmica: trazer para dentro da teoria o campo do Assentamento 20 de Março para que a pesquisa não fosse vazia de sujeitos.

³ A natureza é entendida como recurso e reserva de valor, no modo de produção capitalista. A inserção da modernização conservadora no campo, a partir da década de 1960, aprofunda e amplia a (re)produção do capital e extração de renda e lucro, resultando no uso intenso de agrotóxicos e exploração da natureza. (KUDLAVICZ, 2011).

Outra variável importante desta pesquisa, símbolo de resiliência e resistência, foi a situação pandêmica. Muitos camponeses fazem parte dos grupos de riscos, o que dificultou a coleta das entrevistas para o subitem 3.3 “A agroecologia camponesa: geografias no chão da terra”.

Falando em desafios da pesquisa, não se poderia deixar de escrever sobre os quilômetros andados a pé dentro do assentamento. O campo é refrigerante para a alma e apresenta-se, nessa pesquisa, como símbolo de esperança, apesar das bolhas nos pés, das caminhadas no sol quente e das dores no corpo sentidas ao final de cada dia, encontrei nos olhares generosos, nas comidas e nos tetos que me abrigaram, ânimo para a vida.

Foram feitas, de forma específica para contemplar o objetivo geral dessa pesquisa: entender como a agroecologia contribui para a recriação camponesa no PA 20 de Março, Três Lagoas – MS, dois campos no ano de 2019, totalizando quatro dias, e, um campo no ano de 2020, totalizando 4 dias. Outras vezes estive no assentamento para atividades do Laboratório de Geografia Agrária (GeoAgrária) e de saídas de campo do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS de Três Lagoas. Em todas essas vezes, a tentativa sempre foi de apreender o máximo de informações, caminhando para treinar os sentidos, com o objetivo de alinhar teoria e prática na pesquisa.

O resultado deste caminhar acadêmico aparece dividido em três capítulos.

No **primeiro capítulo** buscamos refletir sobre a função do conhecimento científico para o capitalismo e para o fortalecimento do campesinato, para tanto, tratamos sobre a produção científica resultado do trabalho do pesquisador e que representa campos do conhecimento que servem de referências àqueles que buscam ampliar a compreensão da realidade. Partimos do entendimento de que não há neutralidade, principalmente no que tange às pesquisas – elas podem servir para legitimar ações políticas e de empresas privadas ou para contribuir com a autonomia dos pobres da terra. Neste trabalho, optamos pela ciência que serve para dar visibilidade aos camponeses possuidores de direitos, de um modo de vida próprio e que é capaz de apresentar soluções às crises agroambientais provocadas pelo capitalismo.

O **segundo capítulo** buscamos evidenciar a questão agrária e a luta pela terra dos camponeses do PA 20 de Março, em Três Lagoas (MS), versando assim, sobre a terra como mercadoria e, por vezes, não cumpridora de sua função social. A terra é

mercadoria, porém mercadoria especial porque não é produto do trabalho humano, mas apropriada para a reprodução do capital, participa para proletarização daqueles que não a detém e para a acumulação capitalista via concentração/especulação fundiária, visto que não é capital, mas é equivalente deste. (MARTINS, 1981); (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Ainda neste capítulo dois, após expor o processo de concentração fundiária existente no município de Três Lagoas, resgatamos a conquista da terra pelos camponeses do PA 20 de Março, em 2009, e, indicamos a agroecologia como instrumento de luta camponesa.

O **capítulo três** apresentamos a agroecologia como alternativa aos problemas agroambientais e como um elemento estrutural da produção camponesa, e, identificamos a atuação dos capitais de Bourdieu no modo de vida camponês, para isso, tratamos sobre os princípios agroecológicos, elementos do modo de vida e economia camponesa e a importância da utilização das fontes orais para as pesquisas científicas. O aporte científico se sustenta em Bourdieu para o entendimento de *habitus* camponês como elemento de recriação do modo de vida e da agricultura agroecológica camponesa. O objetivo desse capítulo é dar voz às histórias e aos desejos do roçado, bem como, encontrar elementos da agroecologia, por meio do *habitus* camponês, nas histórias e na *práxis*. Destaco que os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes de árvores do Cerrado, preservando suas identidades.

Nas **considerações finais**, buscamos os elos entre os capítulos. Apontamos a potencialidade prática da agricultura agroecológica camponesa para dar resposta aos questionamentos sobre o êxito da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar, ao propor autonomia e soberania alimentar como caminhos de futuro, diferente das produções convencionais (em que dinheiro é o centro de tudo).

Essa pesquisa encontra fundamento nos pilares da Reforma Agrária, agroecologia camponesa, autonomia e soberania alimentar, de forma simbólica, presente na imagem que abre o primeiro capítulo (figura 1).

CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO A SERVIÇO DO FORTALECIMENTO E RECRIAÇÃO CAMPONESA

“A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.”
(O cântico da terra – Cora Coralina).

Figura 1 - Assentamento Alecrim, Selvíria (MS): Primeira troca de sementes crioulas no “7º Encontro das mulheres camponesas do Território do Bolsão: Reforma Agrária, sementes e alimentos”



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 16 de mar. 2019.

1.1 Os saberes populares: gênese da construção do conhecimento científico

Há confusão na definição do que é ciência. A única certeza é que “[...] não existe definição objetiva, nem muito menos neutra, daquilo que é ou não a ciência”. (JAPIASSU, 1975, p. 10). A ciência é produto de questões sociais, políticas e culturas, ramificações essas que são inerentes a cada sujeito, a cada pesquisador.

Segundo Japiassu (1975), a objetividade científica pressupõe um problema, uma questão epistemológica. Neste sentido:

[...] falar de objetividade científica, é falar de um problema epistemológico. Trata-se de saber, no fundo, qual a significação do termo ciência. A epistemologia atual reconhece que ‘a’ ciência não existe mais. O que existe são ‘as’ ciências. Talvez fosse mais adequado falar de práticas científicas. (JAPIASSU, 1975, p. 21-22).

Falar em práticas científicas, em produção do conhecimento científico, é falar em método.

Segundo Haesbaert (2006), o pensamento geográfico brasileiro, até a década de 1980, sofreu uma crise de percepção causada pela recusa ao entendimento materialista dialético da realidade. O referido autor levanta questões que perpassam o sujeito e a sua visão de mundo. Essas questões possuem dois pontos basilares: 1) as questões “ontológicas” – os modos de vidas, as realidades que se vivem. O autoconhecimento dos sujeitos dessas realidades, cujas indagações permitem e condicionam a busca por respostas, distinguindo o plano das ideias do plano material. 2) as questões “epistemológicas” – permite o entendimento inerente a aproximação da realidade, estabelecendo caminhos a serem trilhados a partir da ciência.

Por outro lado, segundo Japiassu (1975), desconsiderar o saber popular, é trilhar um estradar científico sem alma, é impor barreira entre pesquisador e pesquisado, é reafirmar conceitos que não explicam a realidade, é criar axiomas. Assim:

Em outros termos, aquilo que é científico nesta ou naquela disciplina, não é parâmetro feito uma vez por todas, atemporal, mas uma realidade essencialmente histórica, levando em seu bojo as marcas contínuas do conflito e das mutações sócio-culturais. (JAPIASSU, 1975, p. 25-26).

A construção do conhecimento científico deve ser um caminhar de incertezas, onde sacia-se a “sede” em “fontes” teóricas e volta-se ao estradar das *práxis*, o que proporcionará mais dúvidas, incertezas, “sede”.

A pesquisa sempre estruturou a filosofia, entretanto, os estudos tornam-se vazios quando se separa a solução da problemática. Cabe sempre ao conhecimento científico justificar a própria existência e legitimidade por meio da filosofia. As contribuições científicas transformam a posição do homem no mundo confirmando ou negando sua prática. (KOSIK, 1976). Portanto:

O ponto de partida de toda filosofia é a existência do homem no mundo, a relação do homem com o cosmos. O que quer que o homem faça – em sentido afirmativo ou negativo – dá lugar a um determinado modo de existência no mundo e determina (consciente ou inconscientemente) a sua posição no universo. Pelo simples fato de existir, o homem se coloca em relação com o mundo e esta sua relação subsiste antes mesmo que ele passe a considerá-la e dela faça objeto de investigação, e antes mesmo que a confirme ou a negue prática ou intelectualmente. (KOSIK, 1976, p. 215-216).

Essa consciência ingênua é o que nos diferencia dos animais. Estes últimos agem por instintos, o humano, age por sua consciência, mesmo que ingênua. Segundo Kosik (1976), a pesquisa filosófica então, de modo subversivo, tira da inércia o mundo comum amparado nas certezas. Na construção do pensar a partir das relações humanas e do mundo, a concepção e a prática da *práxis*, modifica também o sentido da filosofia.

Com isto não se quer dizer que a consciência ingênua não tenha contato com a filosofia ou que demonstre completa indiferença quanto aos seus resultados. A consciência comum se apropria dos resultados da filosofia e os considera como coisa sua. Mas por não haver percorrido o *caminho* da filosofia e ter chegado às suas conclusões sem esforço, não as leva muito a sério e as trata como coisas óbvias. A consciência comum toma como óbvio aquilo que a filosofia *descobriu* tirando-o da ocultação, do esquecimento e da mistificação e tornando-o *evidente*. Nessa obviedade, tudo aquilo que a filosofia *tornara* visível, claro e perceptível, volta a cair no anonimato e na obscuridade. (KOSIK, 1976, p. 217-218. Grifos do autor).

A filosofia, dentro do marxismo, foi dissolvida/traduzida na dialética, a *práxis* é, então, uma categoria dentro do modo dialético da sociedade. É impossível analisar o conceito de *práxis* somente por uma via (teoria ou prática), pois, ela é a determinação da existência humana sobre a realidade como um todo (de forma dialética), imediata (no presente) ou mediata (no futuro). Essa relação temporal se manifesta ao homem no trabalho. A *práxis* então é potencializadora da liberdade humana, mas também é degradada pela manipulação por meio da objetivação humana. (KOSIK, 1976). Portanto:

A *práxis* é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente –, unidade

do homem e do mundo, da matéria e do espírito, do sujeito e objeto, do produto e da produtividade. (KOSIK, 1976, p. 222. Grifos do autor).

O modo dialético no qual a *práxis* está inserida é grande potencializador para o entendimento do que é real – pois rompe-se com a “corporeidade fantasmagórica” do discurso ideológico –, e assim, é força que impulsiona as revoltas das classes não hegemônicas. Em outras palavras, na busca pela concepção da história devemos analisar as relações a partir da *práxis* material. Logo, a concepção da história aqui defendida,

[...] não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a *práxis* partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da *práxis* material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na ‘autoconsciência’ ou sua transformação em ‘fantasma’, ‘espectro’, ‘visões’ etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (MARX; ENGELS, 2007, p. 42-43. Grifo dos autores).

Segundo Rigotto (2011), a construção do conhecimento científico moderno carece de vida, uma vez que, é ancorado na coisificação da realidade que separa pesquisador e objeto a ser pesquisado. A ciência moderna, dessa forma, busca o entendimento da realidade pelos números da matemática exata, ignorando o movimento dialético no qual a realidade, e ciência de forma articulada, são produzidas, representando a degradação da *práxis*.

Haesbaert (2006) critica a ciência falida, na qual, a realidade desempenha papel secundário na busca de seu próprio entendimento. A produção do conhecimento científico, nesse sentido apontado pelo autor, torna-se descompromissada com a aproximação daquilo que se vive. Sendo assim:

Poderíamos nos lançar a essa empreitada começando por adotar uma nova postura ética em que, para além das querelas pessoais fragmentadoras pudessem surgir a soma de esforços e o reconhecimento das contribuições efetivamente inovadoras para o conhecimento do espaço social. Como se, assim, mudássemos de direção a nossa arma: em vez de aponta-la para nossos colegas, em disputas infrutíferas e voltadas quase sempre para vaidades pessoais dentro do restrito círculo acadêmico, a levássemos para o verdadeiro campo de batalhas – a própria sociedade onde, além dos verdadeiros interessados em nossos projetos, estão também os verdadeiros ‘inimigos’ a serem atacados. O que não significa que admitamos uma

dicotomia (embora algumas posições às vezes a manifestem) entre 'círculo acadêmico' e 'sociedade', e que não consideramos relevantes tantas batalhas frente as ideias (e não pessoas) autoritárias e/ou conservadoras. O que condenamos é que se sobrevalorize essa luta 'interna', fragmentadora, e se percam oportunidades de somar frente aos verdadeiros embates que é necessário se engajar. (HAESBAERT, 2006, 47).

A análise da realidade nunca é em si mesma uma representação fiel, não é produção de fatos puros, o que há é uma aproximação da realidade daquele que a vivencia. A construção do conhecimento científico nas áreas de humanidades encontrou nessa lacuna da produção de fatos passíveis de verificação, um empecilho. Haveria de se estabelecer um limite ao alcance dessa aproximação da realidade.

A construção do conhecimento científico a partir do real no que tange às teorias da Geografia (sejam Positivistas ou Marxistas) apenas proporcionam aproximações da realidade. Desta forma:

[...]a realidade objetiva é, de alguma forma, obrigada a se encaixar em nossos conceitos, em nossa 'teoria' previamente idealizada. A grande ambiguidade é que a lógica fundamentada na idealização (subjetiva) dos pesquisadores se pretendia a mais objetiva possível (HAESBAERT, 2006, p. 31).

Não há ciência neutra, pois há juízos de valores impregnados no pesquisador e no objeto pesquisado. A construção do conhecimento científico pode ser objeto para legitimar causas políticas, de empresas, dentre outros grupos hegemônicos fomentados pelo mito da neutralidade. A neutralidade é mito, pois "[...] é um postulado metodológico que, como qualquer postulado, depende de uma tomada de posição valorativa."(JAPIASSU, 1975, p. 37).

O conhecimento científico embasado na pretensa "neutralidade" busca compreender fenômenos sociais e coisificar a natureza, para que dessa forma, se possa dominá-los. Sousa Santos (2008) fala em "crise do paradigma dominante" e aponta algumas questões dentro desses tipos de análises: 1) Há diferenças nas análises, mesmo que nelas se apliquem as leis matemáticas pois as condições dos objetos podem ser diferentes; 2) Não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar; 3) com as crises já definidas, o rigor das leis matemáticas pode ser duvidoso, haja vista que ele nega outros fatores em suas análises: as relações contraditórias; 4) Os sistemas abertos que a seu modo e leis próprias fazem sua história e são desconsiderados.

Partindo do método materialista histórico dialético a consciência é condicionada pela matéria, logo esse método critica a neutralidade, uma vez que o real determina a consciência.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Portanto, o método materialista é contrário ao idealismo, uma vez que para este último o espírito se autoprojeta no real e impõe dúvidas a própria realidade. Sendo assim:

As múltiplas implicações dessas duas grandes formas de pensamento já nos permitem compreender algumas concepções muito amplas – mas nem por isso pouco relevantes – sobre a transformação social e a própria concepção de espaço presente em nossos trabalhos. Para um idealista, por exemplo, a transformação da realidade, quando explicitamente reconhecida, se dá a partir da própria consciência humana – de modo simplificado, deveríamos primeiro transformar o homem, suas ideias, para que a realidade concreta, objetiva, em consequência dessa modificação também se transformasse. Já o materialista, pelo menos na corrente majoritária em nossos dias (a marxista), reconhece que a efetiva transformação da realidade só se dá a partir (e em primeiro lugar) da modificação das condições materiais, concretas, de reprodução dos grupos sociais – daí toda uma discussão sobre o papel de uma ‘ideologia’ conservadora que permanece (em nível mais subjetivo), ainda que as ‘condições materiais’ (econômicas, principalmente) tenham sofrido alterações ‘revolucionárias’ (HAESBAERT, 2006, p. 20).

O “paradigma dominante”, leia-se moderno, também salienta dualidades, deixando a análise fragmentada e contribuindo para a transformação dos conceitos em dogmas. Haesbaert (2006) afirma que esse é um dos problemas da Geografia.

Uma tentativa de superação do “paradigma dominante” (paradigma moderno cartesiano) pelo “paradigma emergente”⁴ é pela via de forjar as dicotomias, permitindo que o pesquisador também seja sujeito da pesquisa – todo pesquisador tem um pouco do objeto dentro de si –, há uma tentativa de se compreender a totalidade considerando as singularidades do local, pois:

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SOUSA SANTOS, 2008, p. 60).

A realidade passa a ser entendida a partir da tese-antítese-síntese. Entendemos que o real é contraditório, fruto das relações sociais classistas (em que os donos dos meios de produção são classe hegemônica, mas não homogênea), e, que a história não é linear. Portanto, a produção do conhecimento científico, na qual essa pesquisa está ancorada, é aquela contada pelos camponeses no chão do assentamento crivada pelas contradições porque feita de gente de carne, osso e sentimentos⁵.

1.2 O papel da ciência e do cientista no capitalismo contemporâneo

Para Bourdieu (2004) a ciência é concebida com dois polos de atuação: o texto (teoria) e o contexto (realidade). Para o referido autor, há um erro em somente compreender a realidade a partir de um dos polos, como também, tão simplesmente relacionar o texto ao contexto. Bourdieu (2004) trabalha com o conceito de campo para pensar a ciência.

Este campo está relacionado com a autonomia das leis sociais, que são mais ou menos acentuadas no microcosmo segundo o macrocosmo. Em outras palavras, os campos representam as leis sociais determinadas para cada ciência feita segundo a sua área de atuação e representação na realidade.

Para que se entenda o macrocosmo a partir do microcosmo de uma ciência, Bourdieu (2004) explica que a ciência é mais ou menos autônoma, segundo a sua capacidade de refração da realidade e a pressão imposta do mundo externo, devemos

⁴ SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

⁵ Fala da Profa. Rosemeire Aparecida de Almeida no colóquio de orientação dessa Dissertação, UFMS, em 17 de Ago. 2019.

perceber qual a posição do agente dentro da estrutura (os espaços) segundo a sua lógica.

Todo o campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico ou um espaço religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação. Os agentes – por exemplo, as empresas no caso do campo econômico – criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira), pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram. (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

Quando um cientista produz está incluso juízos de valores (que, como visto, dará sentido ao seu estradar científico), logo o que comanda os pontos de vistas de cada ciência são as relações objetivas entre os agentes no espaço (os princípios do campo). (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Assim, a produção científica, de tempos em tempos, tem em seu determinado campo, agentes que exercem maiores ou menores influências – segundo a absorção da pressão estrutural, que, não necessariamente é imposta a eles (podem ocorrer de forma sutil). Portanto:

Segue-se que, contrariamente ao que leva crer num construtivismo idealista, os agentes fazem os fatos científicos e até mesmo fazem, em parte, o campo científico, mas a partir de uma posição nesse campo – posição essa que não fizeram – e que contribui para definir suas possibilidades e suas impossibilidades. (BOURDIEU, 2004, p. 25).

O capital científico, nas palavras de Bourdieu (2004), pode ser submetido aos desejos do próprio pesquisador e, nesse caso, as teses sobre as estruturas que compõe os campos científicos, devem ser modificadas por novos estudos. Em alguns casos, quando a teoria não explica mais a realidade, o próprio cientista redefine seus caminhos teóricos.

O capital científico tratado por Bourdieu (2004), não se refere às estruturas econômicas, mas sim, às condições que fazem uma ciência, realizada em determinado tempo histórico, ser respeitada, representando autoridade sobre o tema tratado – temos como exemplo, as publicações de textos científicos em revistas de maior ou menor qualis. Sendo assim:

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para conservação da estrutura seja para sua transformação, e pode-se genericamente que

quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição. (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Para Bourdieu (2004), deve haver a superação das forças externas na produção, isto é: a superação dos egos do cientista de produzir ciência a qualquer custo. Nesse sentido, quanto maior for a autonomia do campo, melhor se produzirá contestações ou refutações sobre o real, pois:

De fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução, conhece também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado. (BOURDIEU, 2004, p. 34).

Prosseguindo com a ideia do supracitado autor, o nível de autonomia da produção do conhecimento científico também está condicionado ao financiamento que a pesquisa recebe, e, de como os novos cientistas interagem com o capital científico produzido coletivamente. Assim, a produção do conhecimento científico é dividida em dois capitais: a) capital “puro”: Aquele construído coletivamente, que busca maior autonomia no produzir/fazer ciência; b) capital institucionalizado: consiste numa motivação em um produzir/fazer ciência que está intimamente ligada ao poder econômico. Portanto:

E podem-se caracterizar os pesquisadores pela posição em que eles ocupam nessa estrutura, isto é, pela estrutura de seu capital científico ou, mais precisamente, pelo peso relativo de seu capital ‘puro’ e de seu capital ‘institucional’: tendo, num extremo, os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político e, no extremo oposto, os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico (em especial, os administradores científicos). (BOURDIEU, 2004, p. 38).

Nesse sentido, a produção do conhecimento científico pode se tornar tirana ao desconsiderar os princípios do campo e sua estrutura (uma ciência mascarada que desconsidera o real). Rigotto (2011) é categórica ao afirmar que a industrialização da ciência consiste na criação de pareceres descompromissados com a verdade, nas palavras dela: “elaboração de pareceres com resultados previamente encomendados e acordados; e até mesmo a mentira, como se tem visto na questão dos transgênicos.” (RIGOTTO, 2011, p. 134).

Nesse sentido, a ciência é entendida e produzida a partir dos diversos pontos de vistas, ou posições, dentro de um mesmo campo. Dessa forma, uma mesma situação pode vir a ter análises distintas (análises sociológicas), em outras palavras, “cada ponto de vista, é a vista de um ponto”. Sendo assim:

O que a análise sociológica traz, e que, num certo sentido, muda tudo, é antes de qualquer coisa uma colocação em perspectiva sistemática de visões perspectivas que os agentes produzem para a necessidade de suas lutas práticas no interior do campo, e que, a despeito de tudo o que eles fazem para ‘universaliza-las’, como no exemplo da evocação da ‘demanda social’, encontram seu princípio nas particularidades de uma posição no próprio interior do campo, e que assim postas em seus eixos mudam radicalmente de sentido e de função. (BOURDIEU, 2004, p. 47 e 48).

Segundo Camacho (2014), a produção do conhecimento científico é resultado de algumas variantes e vetores inerentes a cada indivíduo, a saber: a intencionalidade, o método, os conceitos, a teoria. Diante da construção histórica e visões de mundo, é que o pesquisador escolhe o objeto (de forma intencional), o método (a teoria inerente e que condiz com o seu modo próprio de enxergar a realidade), a metodologia (os instrumentos utilizados para contemplar a análise daquele objeto estudado).

A partir das premissas de Japiassu (1975) e Bourdieu (2004), compreendemos que também na Geografia a produção do conhecimento científico, particularmente na Geografia Agrária, divide-se em duas concepções distintas e antagônicas sobre a realidade. Neste sentido, temos o Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária. Sendo assim:

Este debate científico entre os dois paradigmas envolve reflexões antigas como o **fim do campesinato** (Paradigma da Questão Agrária) discutido desde as obras seminais que tratam sobre a questão agrária, até as discussões mais atuais relacionadas à **metamorfose do campesinato** (Paradigma do Capitalismo Agrário), ou o oposto, sua recriação na contradição, na resistência e na luta (Paradigma da Questão Agrária). (CAMACHO, 2014, p. 113. Grifos do autor).

Nesse sentido, todas as produções ligadas ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) estudará o modo de produção capitalista sob viés das relações harmônicas entre as classes e o meio ambiente, não havendo assim, qualquer questão (entrave/resistência) estrutural entre os agentes produtores do espaço, apenas problemas que podem ser reformados. As produções ligadas ao Paradigma da Questão Agrária (PQA), de forma contrária, evidenciarão, sobretudo, a luta de

classes e os problemas socioambientais causados pelo modo capitalista de produção. (CAMACHO, 2014); (FERNANDES, 2018).

A preocupação com a produção científica no Brasil pelas ciências humanas, cresceu depois da Ditadura Militar (1964 a 1985). Foi depois da repressão imposta pela Ditadura, que teóricos retornam ao Brasil e analisam a expansão do latifúndio, tendo como principal base para entendimento da realidade, os estudos de Karl Marx. Nesse sentido, é que Ocada e Melo (2008), ao entrevistarem a professora Maria Aparecida Moraes Silva, questionam a produção do conhecimento na área da Sociologia Rural. Vejamos:

Quer dizer, há transformações no Brasil inteiro. Portanto, eu acho que a temática do rural surge como uma temática extremamente importante, sobretudo a partir da Ditadura Militar. Porque até então você encontrava mais os trabalhos voltados à cultura, aos estudos de comunidades, bairros rurais; depois é que aparecem os estudos que vão mostrar o processo de expansão do latifúndio, o processo das lutas camponesas, das lutas sociais e assim por diante. Acontecimentos que vieram *com* a Ditadura, e *durante* o período da Ditadura, decorrendo um processo de expropriação do campesinato e a instalação de grandes empresas... Provocou, portanto, uma preocupação muito grande por parte das Ciências Sociais de um modo geral, das Ciências Humanas. (OCADA; MELO, 2008, p. 123. Grifos dos autores).

Moraes ressalta ainda os trabalhos de Martins, no início da década de 1970, estes denunciaram a expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia, e, a violência vinda da expropriação/espoliação dos povos do campo das terras, pelo modo de produção capitalista. “Então, são vários os livros dele produzidos nesse período que reportam, por exemplo, à expansão da fronteira na região amazônica e o massacre dos camponeses. Não só camponeses como tribos indígenas.” (OCADA; MELO, 2008, p. 124).

Moraes⁶ critica a produção teórica dentro da Sociologia, isso porque, essa ciência ainda deixa à margem os camponeses, por ainda prevalecer ideias acerca da incapacidade de consciência política e atraso do povo do campo, naturalizando assim a tutela dos camponeses, seja vinda do urbano e/ou de partidos políticos. Em outras palavras, a professora diz que a realidade vista dessa forma, é fundamentada no juízo de valores dos pesquisadores.

⁶ A autora destaca a obra de Chayanov como importante para compreender a reprodução do camponês, e salienta que esse autor é ainda pouco conhecido pelos estudiosos.

A ciência produzida sob a lógica da produção capitalista está intimamente relacionada ao processo de acumulação. A natureza fabricada pelo ser humano visa a melhora na produção da mercadoria, e, conseqüentemente, na exploração da força de trabalho. (OCADA; MELO, 2008, p. 127).

No campo, esse processo da produção do conhecimento científico em favor do modo de produção capitalista, está evidente no ar que se respira – por meio das partículas das substâncias químicas usadas nos monocultivos. Situação possível pela constante liberação de agrotóxicos fruto de estudos que garantem a inofensividade dessa tecnologia para o meio ambiente e a espécie humana, e mais, com a justificativa da necessidade de aumentar a produção para garantia da segurança alimentar. Para Rigotto (2011), essa segurança alimentar em troca da soberania alimentar, é interesse dos impérios alimentares⁷ e amparada e, muitas vezes, financiada pelo Estado.

Para Zanotto (2017), segurança alimentar objetiva alimentar, não importando a qualidade, a diversidade do alimento e nem o tipo de agricultura. Isto posto:

Por sua vez, o movimento em torno da soberania alimentar vai além da segurança. O conceito defende que um povo livre e soberano precisa de autonomia. Ser soberano é produzir, comercializar localmente, vinculado à cultura, ao modo de vida de cada povo, afastando a dependência dos grandes mercados que veem os alimentos, na água, na natureza como mercadorias. Segundo esta concepção, a soberania passa pela saúde humana e da natureza, e, portanto, a diversidade nos cultivos é que dá o equilíbrio entre os seres. (ZANOTTO, 2017, p. 52).

Nesse contexto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável pela legalização/liberação dos agrotóxicos e a Anvisa⁸, é responsável pela (re)avaliação dos produtos químicos a exemplo do Glifosato – denominação do produto que compunha a formulação do “agente laranja” (o produto 2,4-D), usado na Guerra do Vietnã (1961 a 1971), sob controle da empresa Monsanto⁹. Usado pelas tropas norte-americanas contra os vietcongues, o “agente laranja” é o resultado de uma mistura de herbicidas que foram associados ao surgimento de doenças letais.

⁷ [...] uma perda de significados, partindo do processo de globalização (comida mundial e homogeneizada) ocorrido na alimentação, nos hábitos alimentares, sobretudo por meio das *junk foods* com seus produtos ultraprocessados. O significado de alimento como algo caseiro, de preparo manual, é substituído por um alimento baseado em fórmulas e agora produzido na indústria, algo “comprado pronto”. (MERCADANTE, 2018, p. 73).

⁸ Para saber mais: < <http://portal.anvisa.gov.br>>.

⁹ Comprada em 2018 pela Bayer, empresa de capital alemão. Para saber mais: < <https://www.bayer.com.br/pt/midia/bayer-conclui-aquisicao-da-monsanto-0>>.

O Glifosato foi comercializado como Roundup em 1974 pela Monsanto, tendo sua venda massiva a partir dos anos de 1990, com a expansão das sementes transgênicas. O Roundup serviria para exterminar as pragas e secar demais plantas não resistentes à sua composição química. Segundo a Anvisa, o Glifosato é o ingrediente ativo mais usado no Brasil. Seu uso vai desde a utilização em agrotóxicos até em produtos domissanitários¹⁰.

Muitas foram as discussões acerca do uso dessa química, sendo o último parecer favorável à utilização do Glifosato¹¹, visto que, os laudos técnicos avaliados pela Anvisa negaram as características mutagênicas¹², teratogênicas¹³ e carcinogênicas¹⁴, desreguladoras endócrinas e tóxicas para a reprodução. Entretanto:

As intoxicações agudas por Glifosato apresentam grande magnitude, mas não causam sequelas. Por outro lado, o coeficiente de letalidade foi alto. Os afetados são, na sua maioria, trabalhadores rurais com muito baixo nível de escolaridade. A avaliação de risco de trabalhadores, operadores, residentes e transeuntes apontou a necessidade de medidas de mitigação para garantir maior segurança das pessoas que estão em contato com os produtos contendo Glifosato: inclusão de informações de segurança nas bulas e monografia; proibição de taxas de aplicação e de tipos de formulação; necessidade de avaliação de risco para cada produto formulado contendo Glifosato; e programas de educação e manejo para os usuários desses produtos. (BRASIL, 2019, p. 01).

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) alerta sobre o perigo do uso de agrotóxicos à saúde da população brasileira. A *International Agency for Research on Cancer* (Iarc)¹⁵, ligada a *World Health Organization* (WHO)¹⁶, em laudo feito em 2015¹⁷ e analisado pela Anvisa, apontou para os riscos do Glifosato à saúde humana:

A Iarc publicou recentemente a avaliação do poder carcinogênico de diversos ingredientes ativos de agrotóxicos e concluiu que há evidências suficientes para confirmar que os herbicidas glifosato e 2,4-D, os mais utilizados nas lavouras brasileiras, exercem efeitos cancerígenos, o que inclui: danos ao DNA capazes de transformar células saudáveis em células precursoras de câncer e disrupções

¹⁰ Produtos relacionados a jardinagem.

¹¹ Parecer disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/117833/Nota+t%C3%A9cnica+23+de+2018+-+Glifosato/faac89d6-d8b6-4d8c-8460-90889819aaf7>>.

¹² Representa dano/mutação das células do ácido desoxirribonucléico (DNA).

¹³ Relacionado a formação anormal do feto.

¹⁴ Capaz de provocar o aparecimento de câncer no organismo.

¹⁵ Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc).

¹⁶ Organização Mundial da Saúde (OMS).

¹⁷ Laudo disponível em: <<http://www.iarc.fr/en/media-centre/iarcnews/pdf/MonographVolume112.pdf>>.

endócrinas que resultam em estímulo ao desenvolvimento de câncer.¹⁸

Os reagentes químicos encontrados no mercado como “defensivos”, no início de 1900, foram usados em diversas guerras no mundo como “ofensivos”, cujos pesquisadores e descobridores das fórmulas chegaram a ser premiados por elas. Milhares de pessoas morreram, quando a química estava à disposição da guerra, e, milhares de pessoas adoecem/morrem atualmente pelo uso dos mesmos princípios químicos, repaginados e reavaliados como inofensivos para a saúde humana. Em tudo o que é consumido esses agentes químicos podem estar presentes desde uma simples laranja à água nossa de cada dia. Podem estar até mesmo no lençol freático à espera das futuras gerações ou nas águas superficiais.¹⁹

Sobre isso, Rigotto (2011) evidencia algumas variáveis, como: a incapacidade de fiscalização plena pelos órgãos governamentais reguladores, acerca da aquisição dos agrotóxicos e quantidades usadas no meio ambiente; a compra de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para os que manuseiam diretamente com o manejo dessas químicas, que quando inexistentes ou inadequados, deixam vulneráveis as pessoas às doenças letais; os números indicativos de intoxicação podem ser maiores, visto que, algumas doenças – em situações em que as pessoas procuram o médico – , são associadas a outras causas.

No Brasil, a química a serviço do modo de produção capitalista chegou em meados da década de 1970 na esteira da Revolução Verde²⁰, e, mais tarde, se fortaleceu com a inserção de pacotes químicos e sementes transgênicas com o avanço das fronteiras agrícolas. Sendo assim:

[...] a explosão dos agrotóxicos no país só ocorreu a partir da década de 1970, quando os militares lançaram o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), que funcionou até 1979. A produção e a instalação de fábricas recebiam incentivos fiscais, financiamentos, benefícios tarifários para a importação de maquinário e equipamentos. [...] Muito pior que isso foi a introdução dos transgênicos, a partir do início da década, cuja responsável maior é a empresa Monsanto, que

¹⁸ INSTITUTO NACIONAL DO CANCER. **Recomendações do INCA são baseadas em evidências científicas**. 2015. Disponível em: < <https://www.inca.gov.br/noticias/recomendacoes-inca-sao-baseadas-em-evidencias-cientificas>>. Acesso em: 28 de ago. 2019.

¹⁹ Para saber mais: < <https://www.douradosagora.com.br/noticias/ciencia-saude/pesquisa-encontra-27-tipos-de-veneno-na-agua-sendo-11-associados-ao-cancer>>. Acesso em: 29 de mar. 2021.

²⁰ A Revolução Verde é a renovação/intensificação (a partir da década de 1960) da mecanização das técnicas agropecuárias, implicando nas relações sociais de produção. Nesse processo, há diminuição dos posseiros, pequenos agricultores e parceiros dando lugar as fazendas. Tendo a monocultura como base (cuja esgota a vida da terra) e técnicas (que dependem da queima de combustíveis fósseis não renováveis), representa seu fim em si mesma. (GOMES, 2005).

incentivou o contrabando de sementes da Argentina para o Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra. (TUBINO, 2014, p. 03).

A ciência e o cientista no modo capitalista de produção estão por trás dos números de produção que contabilizam e justificam – a luz do desenvolvimento e suas benesses – a expansão da fronteira agrícola em prejuízo dos povos originários, a flora e a fauna. A produção desse tipo de conhecimento científico se relaciona com o Paradigma do Capitalismo Agrário, e seus resultados estão relacionados geralmente com a venda de produtos para o exterior (*commodities*). Para exemplificar essa realidade de crescimento econômico baseado no modelo convencional de agricultura, a Suzano (ex-Fibria) destaca-se pelas suas cifras de exportações: 26 bilhões de reais ao ano, com uma produção de 10,9 milhões de toneladas de celulose ao ano²¹.

Essa ciência, em conformidade com a expansão das técnicas²² pelo campo brasileiro – no passado chamadas de Revolução Verde, hoje, são consideradas como revolução biotecnológica, entendida como verdade incontestável e inevitável para viabilizar o desenvolvimento capitalista para o bem da humanidade.

Essa ciência a serviço do desenvolvimento das forças produtivas, seja para liberação de agrotóxicos ou na defesa de um modelo agrícola de produção de *commodities* para exportação, é resultado de um paradigma feito à custa de impactos causados ao meio ambiente. É a produção do conhecimento científico que a partir de um ponto de vista, o do capital, produz o entendimento da realidade como verdade absoluta. E, mais, sob o manto da neutralidade, ou seja, como se a utilização de pacotes químicos, a concentração fundiária, a não efetividade de leis para a Reforma Agrária, a morte da biodiversidade, não tivesse relação com interesses de classe (hegemônica, mas não homogênea). Escondem assim sua articulação para e pelo modo de produção capitalista para acumulação permanente. Portanto:

Essa dinâmica de retroalimentação entre ciência e mercados agrícolas foi o fator determinante para a disseminação e a sustentação do modelo baseado na concentração da terra, na especialização e na homogeneização produtiva dos territórios rurais, representado pelas monoculturas e pelos criatórios industriais intensivos. Isso porque a expansão da lógica econômica de tendência estruturante e fundada no crescimento das escalas de produção depende da contínua geração de técnicas e padrões normativos por parte da comunidade científica para que os processos produtivos e regras institucionais sejam progressivamente uniformizados, assegurando assim um

²¹ Para saber mais: < <http://www.suzano.com.br/numeros>>.

²² Termo utilizado para explicar a construção das regiões brasileiras, segundo o emprego das técnicas por Santos e Silveira (2001), na obra intitulada “Brasil: território e sociedade no século XXI”.

crescente controle do capital sobre o mundo natural e o mundo social.
(PETERSEN *et al.* 2009, p. 88).

Entendemos que a produção científica que atende ao modo de produção capitalista é descompromissada com as gerações futuras, e com a realidade do proletariado e dos camponeses (figura 2).

CAPÍTULO II – QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO

“Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À terra, terra.
Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À terra, terra.”
(Canção da Terra – Pedro Munhoz).

Figura 2 – PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): Colheita de cebolinha



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 15 de jan. 2019.

2.2 Terra mercadoria: a função da terra no capitalismo

Para evidenciar a questão agrária e a luta pela terra dos camponeses do PA 20 de Março, em Três Lagoas (MS), neste capítulo trouxemos algumas abordagens da história da terra mercadoria. Portanto, o recorte histórico tem como marco a data de 1850 para compreendermos na atualidade os alicerces da monopolização do território e a territorialização do monopólio, produtores da concentração fundiária, oriundos do modo de produção capitalista.

Para Martins (1981), a entrega do território brasileiro ao mercado exterior, vem desde a chegada dos colonizadores e “pioneiros” portugueses, bem como pelo “colonialismo interno” a partir de 1822. A legislação portuguesa tornou-se imperativa da propriedade privada com as ordenações legais sobre as sesmarias. A propriedade capitalista da terra resultou da promulgação da Lei de Terras, que dispôs sobre as terras devolutas do Império (**Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**).

Segundo Martins (1981):

Duas foram as modificações sociais que atingiram de fato os camponeses naquela mesma época. De um lado, a abolição da escravatura negra um ano antes do fim da República, em maio de 1888. De outro, a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providência de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram da Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. Nos anos seguintes, ficará claro o sentido dessa medida. Diante do fim previsível da escravidão, era previsível também, como aliás já o menciona a própria Lei de Terras, o advento de uma modalidade de trabalho livre que permitisse a substituição do escravo sem destruir a economia da grade fazenda. O caminho para essa substituição estava na abertura de correntes migratórias de países que tivessem excesso de população. Pensou-se, de início, em ‘coolies’ chineses que seriam submetidos a uma servidão temporária nas fazendas. Mas, em seguida, a opção dirigiu-se para imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, mais tarde espanhóis. Entretanto, a imigração não

surtiria o efeito esperado se os imigrantes encontrassem no Brasil vastas áreas de terras livres que pudessem ser simplesmente ocupadas, como já ocorrera na primeira metade do século. A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da Abolição da escravidão um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro. (MARTINS, 1981, p. 41 e 42).

A Lei de Terras resultou por conta do declínio do sistema escravocrata, a terra se tornou cativa e o senhor se tornou livre do escravo que, sem dinheiro, não poderia comprar terra. A partir de 1850, lançou-se a semente do cenário que temos atualmente no Brasil: a interdição da terra aos pobres. Alçou voo o modo capitalista de produção, tornando para isso, a terra em uma mercadoria. A Lei de Terras legitimou a concentração fundiária modificou as bases de ordem social e suscitou o debate acerca da questão agrária, aprovada nos dias de hoje. Portanto:

[...] o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transformava-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre. (MARTINS, 1981, p. 44 e 45).

Segundo Nardoque (2002), o declínio do sistema escravocrata se acentuou com o fim do tráfico de escravos, com a Lei do Ventre Livre (1871) e sexagenários (1884), decretos esses que tonavam inviável o tráfico dos escravos, mesmo que dentro do Brasil.

A Lei de Terras, além do cerceamento da terra para quem não podia pagar por ela, inclusive os colonos, consolidou a renda capitalizada da terra.

Para tanto, instituiu-se um regime jurídico de propriedade da terra que limitou a possibilidade da maioria dos imigrantes de se tornarem proprietários aqui no Brasil. Desta forma, a renda capitalizada no escravo transformou-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. Esta foi a fórmula que garantiu a sujeição do trabalho e da renda da terra ao capital, ao mesmo tempo

em que possibilitou a libertação do fazendeiro da peia do emprego de dividendos na aquisição de mão-de-obra e os liberando para novos investimentos. (NARDOQUE, 2002, p. 57-58).

Pensando essa relação do fazendeiro dono da terra com os colonos imigrantes, é possível entender que algumas relações de trabalho na terra foram estabelecidas a partir do trabalho livre. Uma diz respeito a condição do trabalhador como parceiro/meeiro. Esse último tinha seu trabalho pago com um pedaço de terra, dentro das dependências da fazenda, para que das plantações feitas por ele, viesse seu sustento, entretanto, as condições do acordo – onde as despesas para transportá-lo, por exemplo – o deixava cativo num trabalho livre, visto que, somente poderia deixar de trabalhar, quando quitasse suas dívidas com o fazendeiro. (NARDOQUE, 2002).

Outra diz respeito ao pagamento do trabalho, segundo a área cuidada pelo trabalhador (dava-se uma parte em dinheiro pós colheita dos pés de cafés), que delimitava também, as áreas disponibilizadas para seu sustento dentro das dependências da fazenda. Não há diferença nos acordos, quanto ao cativo do trabalho livre (os gastos do fazendeiro com o trabalhador, tornavam-se dívidas). (NARDOQUE, 2002).

Principalmente, a partir de 1880, ocorreu uma grande imigração para o Brasil, subvencionada pelo Estado. Outra mudança que ocorreu foi na modalidade de trabalho livre, introduzida nas lavouras cafeeiras, logicamente, para satisfazer os interesses dos fazendeiros. Esta modalidade ficou conhecida como regime de colonato, em que o imigrante passou a ser denominado colono. Cabe, aqui, distinguir o significado do termo colono aplicado no Brasil, que difere daquele usado para designar o imigrante que se deslocou de países da Europa para os Estados Unidos da América, para a Austrália e para o Sul do Brasil. O significado de colono foi usado no sentido de colonizar regiões 'desabitadas' ou povoar um território. Em São Paulo, o sentido foi outro. O imigrante tornou-se o trabalhador para a grande lavoura cafeeira, aquele que mora na *colônia*, ou seja, em um agrupamento de casas enfileiradas nas fazendas de café e trabalhando em regime de trabalho peculiar, denominado colonato. (NARDOQUE, 2002, p. 64-65. Grifo do autor).

Naquele contexto, a terra foi transformada em mercadoria e, segundo Martins (1981), contendo uma contradição: ela é o único obstáculo encontrado pelo modo capitalista de produção na obtenção do lucro. Nesse sentido, de forma contraditória, o capitalista imobiliza capital na compra da terra, nos maquinários e nos salários dos trabalhadores. Esses vendem sua força de trabalho, porque no modo capitalista de produção, é a única coisa que possuem e, seus salários somente garantirão sua reprodução enquanto tal: proletariados.

Assim, o modo capitalista de produção está alicerçado em três pilares para a obtenção do lucro, são eles: produção, circulação e consumo. No processo de reprodução do capital, como visto, há imobilização do capital em meios de produção e na compra de força de trabalho, dessa forma, segundo Karl Marx, o valor da mercadoria produzida é equacionada na fórmula C (capital imobilizado para meios de produção) + V (capital despendido na compra de força de trabalho) + M (mais-valia). (LUXEMBURG, 1970).

A terra é mercadoria, porém uma mercadoria especial porque não é produto do trabalho humano, mas enquanto mercadoria apropriada para a reprodução do capital, participa para proletarização daqueles que não a detém e para a acumulação capitalista via concentração/especulação fundiária, visto que não é capital, mas é equivalente deste. (MARTINS, 1981); (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

No capitalismo clássico, quando há concentração fundiária, há também o enfraquecimento do mercado interno. O modo contraditório de produção capitalista gera, então, uma contradição entre capital fundiário e capital industrial. Enquanto o primeiro não se sente prejudicado pela importação de produtos, o segundo, vê na concentração fundiária um entrave à expansão das forças produtivas e crescimento do lucro. (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

As forças produtivas no campo do velho mundo, passaram por fases de desenvolvimento econômico antes do emergir como sistema capitalista, a exemplo do feudalismo (entre os séculos X e XV), vencido pela ascensão da burguesia. No Brasil, o desenvolvimento de atividades econômicas vinculadas às exportações, teve e tem seus frutos na aliança terra-capital fomentada pelo Estado desenvolvimentista. A junção pelo Estado de duas burguesias, consiste na aliança terra-capital²³, essa forja objetiva juntar o capitalista (que se apropria de lucro) e o proprietário de terras (que se apropria de renda). (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Sendo assim:

Dito de outro modo, no modelo clássico, a burguesia instituiu-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescente da ordem feudal, ao passo que no Brasil, construído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como

²³ Para impedir o conflito de interesses, a burguesia industrial no Brasil recorre ao Estado para solucionar o entrave da “terra cativa” nas mãos da burguesia agrária. Portanto, via empréstimos subsidiados paga a renda da terra aos grandes proprietários e, assim, nenhuma classe hegemônica é “lesada”. (MARTINS, 1981). Tendo o Estado como parceiro das relações sociais de classe, a burguesia industrial não entende a realização da Reforma Agrária como necessária para derrotar os proprietários de terra – como aconteceu com os países centrais de capitalismo clássico.

estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbanos-industriais, burgueses enfim. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 12).

No pacto estabelecido entre capital e Estado, os proprietários fundiários, ao contrário do que houve nos países centrais, foram incorporados nas relações econômicas. Nesse sentido, a renda da terra fomenta a concentração fundiária em todas as escalas geográficas no Brasil.

A renda da terra (ou renda fundiária) é o lucro exponencial (aquele que está acima do lucro médio), ela é fruto da mais-valia social e pode ser absoluta, diferencial ou de monopólio. Tudo o que possui valor – o que é passível de compra: mercadoria – tem como pré-requisito: o trabalho. Entretanto, a terra não é fruto do trabalho humano, por tal motivo, ela não tem valor, mas tem preço (produz renda absoluta). Dessa forma, o comprador não paga pelo o que a terra pode produzir, mas sim, pelo direito de exploração. O preço é fixado por hectare, e, é entendido, como antecipação de parte do dinheiro que o novo proprietário conseguirá ao adquirir a terra, paga ao ex-proprietário. As benfeitorias feitas na terra a ser comprada, também são contabilizadas – dois terrenos, com a mesma atividade agrícola, podem ter diferenças no preço médio segundo as melhorias feitas na terra e/ou sua localização geográfica. (STEDILE, 2012).

Em linhas gerais, a renda da terra é uma relação social²⁴, e, sua extração acontece em três formas, a saber:

- Renda absoluta: é produzida como tributo pago por toda a sociedade aos donos da terra em razão de existir o monopólio da terra. Entretanto, só auferem renda absoluta da terra, aqueles que possuem o domínio e posse da terra;
- Renda diferencial: resultado de atributos distintivos que a terra possui. É dividida em renda diferencial – I (a terra nesse caso, não precisa de investimento do capital para ter o lucro exponencial, ele existe por conta da sua fertilidade e localização), e, renda diferencial – II (ao contrário da renda diferencial – I, há imobilização de capital para melhoria da fertilidade da terra, objetivando aumentar a renda)

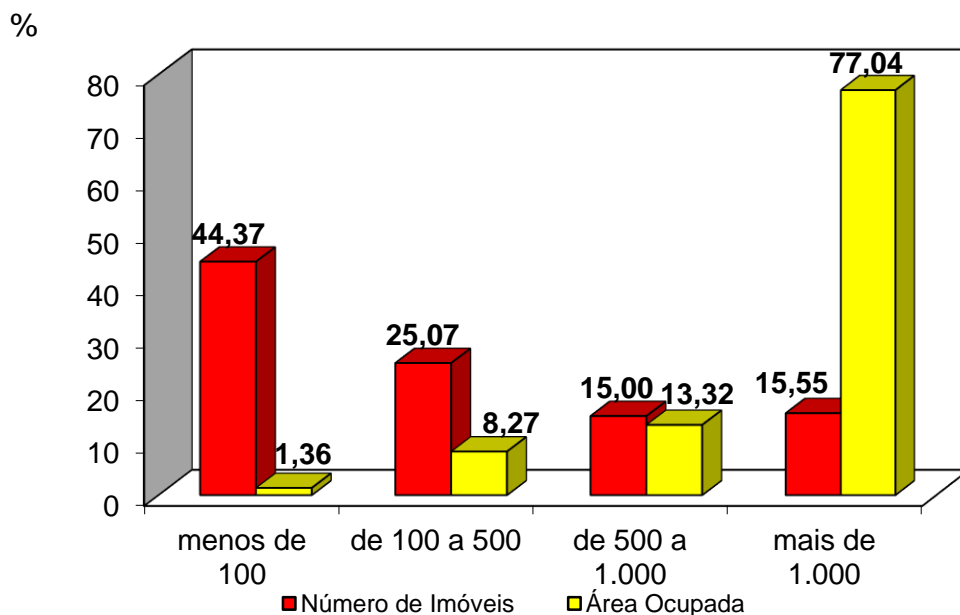
²⁴ A existência da renda se explica como relação social na medida em que, para sua realização efetiva, é necessária a existência de condições objetivas, ou seja, alguém disposto a pagar seja pela carência da terra seja pela abundância de dinheiro. Sem essa relação a renda da terra não se realiza.

- Renda de monopólio: é produzida porque a terra, ou do produto dela, possui especificidades únicas permitindo auferir renda exponencial. (KAUTSKY, 1980); (NARDOQUE, 2002); (OLIVEIRA, 2007); (STEDILE, 2012).

Assim, nesse contexto de terra mercadoria como interdito de acesso aos pobres, a Reforma Agrária aparece como possibilidade de solução da questão agrária, haja vista que coloca no centro da discussão a função social da terra questionando os pilares estruturantes da propriedade capitalista da terra no tocante à concentração fundiária (MERCADANTE, 2018).

Como resultado da produção do espaço brasileiro pelas forças inerentes ao modo de produção capitalista, a propriedade da terra em Mato Grosso do Sul e, sobretudo, em Três Lagoas, apresenta-se concentrada. A região do Bolsão de Mato Grosso do Sul²⁵ evidencia tal realidade de concentração, obstaculizando assentamentos de Reforma Agrária. A terra concentrada, sobretudo no município de Três Lagoas (gráfico 1), é de domínio de grandes proprietários com destaque para as empresas do setor celulósico instaladas no período recente pós-1997: Suzano²⁶ e Eldorado. (ALMEIDA, 2018).

Gráfico 1 - Três Lagoas (MS): percentual de número e área ocupada pelos imóveis em hectares (ha) - 2017



Fonte: IBGE, 2017. **Organizado** por NEVES, J. C. NARDOQUE, S. 2019.

²⁵ A região do Bolsão de Mato Grosso do Sul é composta por oito municípios e são esses: Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas.

²⁶ Resultado da fusão entre as empresas Fíbria e Suzano, em 2018.

O gráfico evidencia as terras concentradas em Três Lagoas, pois, 77,04% da área é ocupada por somente 15,55% dos imóveis (mais de 1.000 hectares) e, por outro lado, 44,37% dos imóveis (menos de 100 hectares) ocupam 1,36% de área.

Observamos que a maior parte da área do município, está sob controle das propriedades acima de mil hectares. Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, em 2020, os imóveis do município de Três Lagoas denominados como fazendas, totalizam 2.088 registros com vastas áreas ocupadas, enquanto que, registros em nome do INCRA, totalizam somente dois, com área total de 2.965,21 hectares (1.485,00 (ha) do PA Pontal do Faia e 1.480,21 (ha) do PA 20 de Março). Para exemplificar a concentração fundiária existente, somente em um registro da Fazenda Barra do Moeda, propriedade da empresa Fíbria (atual Suzano), tem o total de 7.458,56 (ha). A referida empresa é proprietária de mais sete registros encontrados.

Com a concentração fundiária evidente, o conflito é iminente entre classes antagônicas: camponato e capitalistas, assim, as empresas traçam estratégias de antecipação do conflito. Segundo Lemes (2014) as empresas do setor celulósico desenvolvem projetos voltados para impedir conflitualidade com os camponeses, a exemplo do projeto “sementes do diálogo”.

As “sementes do diálogo” objetivam trazer confusão sobre as verdadeiras intenções das ações feitas via projetos de responsabilidade social dentro dos assentamentos. As “sementes do diálogo” buscam disseminar os ideais desses projetos como forma de controle social:

[...] o processo de ‘germinação’ serve para a antecipação de conflito, e, disseminado pelas ‘sementes do diálogo’ protege a territorialização -‘fecundação’- do projeto de sustentabilidade nos municípios [...] Nesse sentido, a empresa imobiliza as possibilidades de embates por parte de articulações e organizações das comunidades por meio de manifestação, ou qualquer outro tipo de organização. (LEMES, 2014, p. 123-124).

Para Bourdieu (1989), a imigração das ideias, não acontece sem danos, visto que, separa a produção cultural da teoria. Esse processo de imigração e repatriação das ideias, é perigoso, pois, pode levar a ingenuidade e simplificação, em que não se percebe a intencionalidade das ideias. Nessa relação de poder das ideias dentro do campo, há um poder invisível, que se faz dominante pela cumplicidade do seu exercício por parte dos dominados. Logo urge enxergá-lo: o poder simbólico.

[...] num estado de campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que

ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de <<circulo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma>> - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7-8. Grifos do autor).

Segundo Bourdieu (1989), as formas simbólicas podem ser usadas para dominação, como é o exemplo das ideologias que, ao disseminarem uma ideia egoísta como bem comum, articulam algumas ideias e desarticulam outras, estabelecendo uma hierarquia da cultura dominante em detrimento de outras culturas (designadas de subculturas). Portanto:

Contra todas as formas de erro <<interacionista>> o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de sua classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço a sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>>. (BOURDIEU, 1989, p. 11. Grifos do autor).

Em outras palavras, o poder simbólico age como força sobre as estruturas mentais, e, assim, articula-se, ideologicamente, às estruturas sociais e de trabalho.

Identificar a construção do objeto por análises pré-construídas, não dará ao pesquisador as definições certas dos conceitos procurados dentro da realidade, isso porque – nas palavras de Bourdieu (1989) –“o real é relacional”. Para exemplificar, Bourdieu (1989), dá o exemplo de poder, cujos pesquisadores de todas as áreas buscam compreendê-lo, tentando identificar seu lugar (Seria um poder de cima pra baixo? O poder estaria em qual classe? Onde está ele? Quem o detém? Etc.). Na verdade, o que se tem é um campo relacional de poder, pois:

É para romper com este modo de pensamento - e não pelo prazer de colar um novo rótulo em velhos fracassos teóricos - que empregarei o termo *campo de poder* (de preferência a *classe dominante*, conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder [...]). (BOURDIEU, 1989, p. 28. Grifos do autor).

Segundo Santos (2010), há uma tirania da informação, que alimenta um mundo de fábulas e dá suporte às classes dominantes por meio do discurso ideológico. A informação e a ideologia coisificada apresentam-se ao homem comum, como verdade.

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo. (SANTOS, 2010, p. 38).

Como a realidade é produto das relações materiais e do poder simbólico entre os homens e o meio, o Estado que media as relações foi concebido no capitalismo como um ente a serviço da classe burguesa.

Harvey (2005), Jessop (2009) e Almeida (2018), escrevem sobre as características inerentes ao Estado burguês: regula as relações de trabalho; proporciona infraestruturas e regula as crises para/do capital; regula a competição de mercado; proporciona ao trabalhador medidas mitigatórias e difunde ideologias utilizando políticas públicas, como de casa própria; privatiza bens e serviços em épocas de crises capitalistas – as crises do capitalismo são parte do sistema; media as relações capitalistas exteriores e com o imperialismo, e como mediador do conflito consegue a subordinação da classe trabalhadora.

É, por exemplo, pela prática burguesa do Estado que os capitalistas se apropriam de terras no Brasil. (ALMEIDA; PAULINO, 2000). Em Mato Grosso do Sul, e, particularmente, em Três Lagoas, como visto, a concentração fundiária não se mostra diferente e ela vem de forma estrutural desde a formação do estado e se perpetua com o setor de eucalipto-celulose em tempos recentes, pois esse precisa de grandes áreas de monocultivo. O capital usa de artimanhas para sua aceitação, cria a ideia de distribuição de benesses (mais empregos, melhores condições de vida, etc). Essas ideologias²⁷ desconsideram outros sujeitos, principalmente os que moram no campo. (NARDOQUE, 2016).

²⁷ O conceito de ideologia é amparado em Marx que critica interpretações sobre o que é real criadas a partir das ideias – que ele chamará de “corporeidade fantasmagórica”. Essa auto projeção do espírito (eu) para as coisas reais (outros espíritos materializados a partir das ideias), representa a criação do espírito pelo espírito, a criação do nada pelo nada, e, “santifica” (torna-se verdade absoluta) as ações

Portanto, nesse contexto:

Duas cidades destacaram-se nos últimos tempos em Mato Grosso do Sul pela complexidade de serviços oferecidos à atuação do capital no campo: Dourados e Três Lagoas. A primeira, denominada pela mídia e pelo poder público 'Capital do Agronegócio' e a segunda de, 'Capital Mundial da Celulose' [...] as articulações superestruturais são parte das disputas para o controle do território pelo capital, pois difundem um modo de pensar e agir no imaginário popular das benesses promovidas pelas 'novas' configurações promovidas no processo de territorialização do capital e da monopolização do território. (NARDOQUE, 2016, p. 264 -265).

Segundo Kudlavicz (2011), durante o II Congresso Florestal de Mato Grosso do Sul (ocorrido em 2010) as falas, de representantes defensores das empresas do setor celulósico, ressaltaram os benefícios para a sociedade do desenvolvimento por meio da expansão do monocultivo de eucalipto. O autor também constatou nas falas, o atrelamento do desenvolvimento sustentável à obtenção de lucro, considerando crescimento e concentração como sinônimos de sustentabilidade para o setor florestal.

A territorialização do capital produtivo e financeiro do setor celulósico no campo, por meio da aliança entre terra-capital, resultou em mudanças das atividades econômicas a exemplo da região do Bolsão de Mato Grosso do Sul, onde havia bovinocultura, atualmente há, também, monocultura de eucaliptos, alterando assim, as dinâmicas campo-cidade.

No tocante aos desdobramentos da terra mercadoria no Bolsão, Kudlavicz (2011) evidencia os problemas gerados e vividos, com a expansão do monocultivo do eucalipto nos distritos de Arapuá e Garcias (localizados no município de Três Lagoas-MS). Os problemas apontados pelos moradores das comunidades rurais são: avanço do plantio sob áreas consideradas de patrimônio dos distritos; o desemprego e, conseqüente, a redução significativa de moradores dos distritos e o fechamento de comércios e de escolas; as estradas danificadas; destruição da biodiversidade (problemas advindos do desequilíbrio da natureza, causados pelo desmatamento do Cerrado e pelo uso de agrotóxico nos monocultivos).

Outras conseqüências na cidade de Três Lagoas são destacadas com a implantação do complexo celulose/papel: a especulação imobiliária; falta de

tomadas a partir dessas interpretações de mundo, seguindo uma lógica individual/egoísta, cuja é aceita como comum a todos. Marx interpreta a realidade através da dialética. De forma dialética, a realidade é feita e tem dinamicidade na tese, antítese e síntese rompendo com os dogmas responsáveis por causar uma falsa interpretação do que é real: ideologia. (MARX; ENGELS, 2007).

planejamento urbano para o recebimento de mão-de-obra de outras regiões do Brasil; condições precárias dos locais de estadia dos trabalhadores; aumento da criminalidade na cidade; segregação espacial; adequação do comércio às demandas das empresas.

As frações do território sendo organizadas à atender à hegemonia capitalista, cujas suas consequências reais pouco importam para produção convencional e são escamoteadas às falsas luzes das cifras vazias das exportações de *commodities*, são reflexos de uma dinâmica econômica impulsionada pelo fácil acesso do capital aos recursos públicos – principalmente na aprovação de leis pela chamada bancada ruralista no Congresso Nacional –, intensificando os ganhos da terra transformada em mercadoria.

Kudlavicz (2011) aponta modificações na legislação de Mato Grosso do Sul para beneficiar o setor de eucalipto-celulose, como a Resolução SEMAC/MS n. 17, de 20 de setembro de 2007, com dispensa de licenciamento ambiental às atividades de plantio e condução de espécies florestais; pelo o Decreto n. 12.528 de 27 de março de 2008, flexibilizam-se condições para plantio de espécies exóticas como recomposição da vegetação da Reserva Legal, e, em 2009, pela modificação e flexibilização do Código Florestal. Assim:

A Comissão Especial da Câmara de Deputados aprovou mudanças que vão para o plenário da Câmara e do Senado para serem votadas podendo sofrer alterações. No entanto, os ruralistas obtiveram uma vitória inicial como a previsão de redução das Áreas de Preservação Permanente (APP) e reservas legais, bem como a sobreposição das Reservas Legais às APPs. E o fato dos proprietários rurais que já devastaram suas reservas não precisarem recompô-las, é mais uma dessas vitórias. (KUDLAVICZ, 2011, p. 74).

Por outro lado, no PA 20 de Março há descaso por parte do Estado e não difere dos outros assentamentos da região do Bolsão de Mato Grosso do Sul. A fala de Araticum sobre a demora em acessar recursos básicos para a vida, possibilita o entendimento de tal realidade: abandono do Estado e a contrarreforma Agrária brasileira:

Começa assim, né... o Estado ele tinha que entregar o loteamento pronto [...] com água e energia em cada lote. Isso aí era o básico que ele tinha que ter entregado e as estradas abertas... as estradas abertas, né? A casa viria num segundo ato, o primeiro ato teria que ter energia, água... a água nossa demorou um ano e meio e aí eles pegaram, por exemplo, o recurso que chama, é... recurso inicial, fomento inicial. Fizeram a cabeça de todo mundo aqui pra pegar... esse, esse é individual, né? Esse fomento é individual. Eles já ganham

pra fazer isso. Eles pegaram recolheram tudinho esse dinheiro pra aquele poço comunitário. (Entrevista concedida em dia 21 jun. 2018).

No que tange à produção familiar camponesa, Mercadante (2018) mostra que a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, amparada no rentismo e no lucro da exportação de matérias-primas do agronegócio, promove o discurso ideológico contra a agricultura agroecológica, patrocinando na mídia inverdades, a saber: 1) o consumo de produtos orgânicos são caros; 2) a produção camponesa não seria suficiente para alimentar a todos; 3) o agroecológico usa manejo obsoleto. Ao propagar essas inverdades, autoridades brasileiras justificam o uso de agrotóxicos no Senado Nacional:

Se nós pudéssemos produzir orgânico, para todo Brasil e todo mundo, nós íamos precisar de no mínimo... nunca fiz essa conta, mas no mínimo três Brasis, acho que nós precisaríamos... ou quatro, daí pra mais, pra produzir o mesmo tanto que nós produzimos hoje, para os brasileiros e para exportar. Então, eu não compreendo onde essas pessoas querem chegar, elas querem atingir quem? As pessoas pobres, que não podem pagar comida cara? Ou eles estão revoltados, de que, o Brasil, diminuiu o preço de não sei quantos mil por cento. Nós, a quarenta anos atrás, [...] o trabalhador brasileiro gastava 50% da sua renda com comida, hoje ele gasta 18%.²⁸

A produção convencional de alimentos baseia-se na ciência tradicional, compromissada com a otimização de lucros, mas, descompromissada com a verdade para justificar o uso e a necessidade de se produzir com pacotes químicos. Sobre isso, Zanotto (p. 47, 2017), ao sistematizar estudos de Paulo Petersen, coordenador da ONG Agricultura Familiar e agroecologia, diz:

- a) Na retórica da ocultação, dizer que são defensivos é um artifício que minimiza e dissimulam a verdadeira natureza nociva dos venenos. E não teriam força sem a 'blindagem epistemológica' da ciência acadêmica tradicional [...].
- b) A retórica da justificação é a tese do mal necessário. Traz teorias inverossímeis e não comprovadas [...].
- c) A retórica da desqualificação que deslegitima quem quer que demostre o contrário de uma ciência que se deixa cooptar e que investiga contra da vida e do interesse público.

Fundamentado em achismos e informações manipuladas, o supracitado discurso da Senadora Kátia Abreu completará nove anos, mas ainda é propagado. Com a crise dos partidos de esquerda, ascensão de representantes de direita ao

²⁸ Discurso da Senadora Kátia Abreu, televisionado pela TV Senado em 30 de nov. 2010, publicado em 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXqMKBniNSk>>. Acesso em: 10 de ago. 2019.

governo, os acordos feitos na penumbra entre os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, sustentam, sob fortes escândalos, o atual governo do Brasil. Este último, no primeiro semestre de 2019, liberou o uso de 239 novos agrotóxicos, ignorando todos os alertas sobre o risco à saúde pública. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil foi o que mais investiu em agrotóxicos no mundo.

Como é possível perceber na citação que segue, o atual presidente da República do Brasil nega o que as pesquisas, órgãos e a realidade denunciam sobre o uso de controle químico na agricultura:

Se nós tivéssemos envenenando os nossos produtos, o mundo não os compraria! É simples. Nós somos o país que menos usa agrotóxicos na agricultura. Por que novos agrotóxicos? Pra substituir os anteriores. Quem que não quer mudar de carro? Um carro mais moderno? Aí é o que nós fazemos. Usa-se menos, inclusive. [...] Nós não temos hoje como alimentar o mundo de quase, tá chegando a oito bilhões de habitantes, sem isso. É muito bacana o cara falar em... alimento natural, sem agrotóxico, mas não tem como cê produzir dessa forma pra alimentar o mundo, não existe como.²⁹

Segundo Zanotto (2017) o agronegócio é beneficiado pelo Estado via financiamentos. A junção do latifúndio rentista e do grande capital industrial e financeiro para obtenção de lucros, realiza a concentração, a espoliação, a grilagem e preza pela segurança alimentar (baseada na falácia da garantia do bem-estar social), e os monocultivos, embebecidos de pacotes químicos e poucas variedades dos impérios alimentares, abastecem as prateleiras dos supermercados.

De acordo com Zanotto (2017), a agroecologia se apresenta como projeto de futuro, sendo então, sementes plantadas no hoje para colher no amanhã. O que temos é um movimento de unidades, de lugares, de famílias camponesas: uma transição agroecológica em evolução, construção, reestruturação, num processo educativo norteado pelo saber/fazer camponês, aliado às técnicas dóceis a serviço da sociedade, de forma mais justa – semelhante ao que Milton Santos evidenciou em seu livro “Por uma outra globalização” (2001).

Pela agricultura agroecológica, alicerce da Soberania Alimentar, os camponeses foram os responsáveis por tirar o Brasil do mapa da fome. (ZANOTTO, 2017). Por outro lado, a eleição de Jair Messias Bolsonaro, herança personificada do

²⁹ Discurso televisionado pela Rede Bandeirantes, publicado em 07 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://videos.band.uol.com.br/16683041/bolsonaro-nao-temos-como-alimentar-o-mundo-sem-agrotoxicos.html>>. Acesso em: 10 de ago. 2019.

golpe no governo petista, em 2016, o Brasil flerta com o mapa da fome novamente. Em tempos pandêmicos, com políticas de governo e de Estado falidas, imersas em uma economia capitalista que beneficia os grandes empresários, o corte do auxílio emergencial e a política de exportação em detrimento do abastecimento interno – encarecendo os alimentos básicos da segurança alimentar: arroz e feijão –, deixam vazias as panelas de milhares de famílias no país.

Analisando documentos da Via Campesina³⁰, Zanotto (2017) afirma que a fome é um projeto de governo aliado às grandes corporações, uma vez que ela está intimamente ligada a exclusão dos não detentores dos meios de produção, ao acesso aos elementos bases para a efetivação da soberania alimentar: água, terra, sementes, direitos, tecnologias, conhecimentos. Assim:

[...] a Soberania Alimentar não se compra nas prateleiras das grandes redes de supermercado, e sim se constrói nos territórios camponeses como tática e estratégia, para penas o desenvolvimento da sociedade em geral. Não se garante alimentação saudável destruindo o meio ambiente e a saúde humana como o consumo e a produção com agrotóxicos e máquinas para produzir mais e mais. Mas os imperialistas, as grandes empresas do agronegócio não têm a menor preocupação com a soberania dos povos. (ZANOTTO, p. 25, 2017).

Produtor de conflitualidades, os representantes do agronegócio dizem produzir a comida que alimenta o mundo, colocando na mesma cumbuca a pequena, a média e a grande produção, entretanto, a realidade não permite mascarar os fatos: o antagonismo entre capitalismo e campesinato, aponta a raiz das conflitualidades na concentração e exploração.

Segundo a supracitada autora, o agronegócio lança mão de estratégias para transformar ideias vinculadas à agroecologia em mercadorias, alimentando a concentração fundiária na busca da comercialização de *commodities* sem responsabilidade social e ambiental.

A vida corre risco de morte na economia capitalista, isso porque ela é inviável. Crises humanitárias e relacionadas à exploração da natureza, apontam para inviabilidade desse sistema econômico. Alimentado pelo consumismo, individualismo, competitividade e exageros, o capitalismo molda as frações territoriais a seu gosto, usando de artimanhas para expulsar os pobres do campo, “Mas os grandes

³⁰ Organização iniciada em 1993, composta por camponeses, indígenas, quilombolas, povos tradicionais do mundo, com o objetivo de conseguir justiça social, no que tange aos pobres do campo, desenvolvendo e incentivando produções e economias alternativas locais, caminhando à soberania alimentar.

proprietários, que impulsionam o agronegócio justificam que produzem para cumprir com as metas estabelecidas pela FAO, de acabar com a fome, mesmo não importando a que preço e em que condições produzem”. (ZANOTTO, p. 26, 2017).

A Via Campesina vai além dos esforços da FAO, pois considera a segurança alimentar não ser suficiente para erradicar a fome, porque não evidencia a relação conflituosa de interesses entre campesinato e agronegócio, ou seja, não garante a soberania alimentar. É possível erradicar a fome e a miséria por meio da soberania alimentar e agroecologia familiar camponesa e, conseqüentemente, isso só é viável com o acesso à terra, com a efetivação da Reforma Agrária.

Os alimentos para o capitalismo são mercadorias e, são produzidos para quem pode pagar, em qualquer parte do mundo. De forma contra-hegemônica, para o campesinato, a produção de alimentos pelos povos, possibilita a Soberania Alimentar, é um direito humano. A crise causadora da fome, não é tão somente o colapso da agricultura capitalista, mas parte de um cenário maior, é uma crise mundial do capitalismo.

Mas a crise financeira e alimentar é regida pela lógica do próprio capitalismo, que torna o capital financeiro o motor da economia, e a mercadoria seu motivo de especular sobre os povos. O alimento nesta crise entra como um dos principais instrumentos de troca de mercado, onde as grandes empresas transnacionais agroalimentares sempre saem como as beneficiárias. Por isto os movimentos camponeses dizem que alimento não é mercadoria. [...] Alimento não é mercadoria porque não se negocia quando o tema é sobrevivência, mas isto parece ser somente um ditado popular, já que o mercado e os interesses são os que ditam as regras com a subserviência dos governos. Ainda assim, os povos resistem e constroem espaços e territórios dos povos, com o são por exemplo, os assentamentos do MST. (ZANOTTO, 2017, p. 30).

Nesse sentido, a luta para uma real Reforma Agrária possui contornos diferentes da clássica, isso porque os camponeses esperam mais do que somente a terra repartida. Os objetivos de luta foram alinhados a outras questões relacionadas à moradia para além do campo e produção de alimentos que, na Reforma Agrária clássica era somada à produção patronal. (ZANOTTO, 2017).

Segundo Mercadante (2018), o mundo sob a lógica capitalista de produção, após, principalmente, a Segunda Guerra Mundial, passou a fabricar a sua própria natureza, obediente ao seu próprio tempo (“tempo é dinheiro”) e isso afetou a forma como as pessoas se relacionam com o que comem. Os produtos alimentícios

passaram a serem menos diversificados e passou-se a consumir maior quantidade de veneno, derivado da utilização desenfreada de pacotes químicos no que se planta.

Ao compreender que as atividades econômicas são frutos das relações sociais, entendemos que a apropriação da ciência no modo de produção capitalista, é representada pela emancipação e domínio da primeira natureza (aquela que é externa ao homem), para a criação da segunda natureza (o “natural” feito pelo homem). Não apenas a terra, mas também a natureza se torna mercadoria. Segundo Rigotto (2011), a ciência a serviço do capital põe em prática o projeto burguês de dominação da natureza, por meio da exploração do homem e seu meio pelo próprio homem, rompe-se com o holístico.

Nesse sentido, a lei do mercado passa a vigorar através do valor de uso e valor de troca³¹. Enquanto o primeiro está relacionado com a utilidade/importância do que se produz para quem o consome, o segundo está ligado a quantidade de trabalho empregado para a produção, o que determinará seu valor de troca com outra produção. Smith (1988) afirma que o valor de uso está diretamente ligado ao valor de troca (mercadoria).

Claro, o valor-uso da natureza continua importante, dificilmente (e a caro preço) um açougueiro poderá fazer o trabalho de um sapateiro, usando as ferramentas e materiais de um carpinteiro. Porém, a possibilidade ou impossibilidade abstrata da produção não determina mais o uso da natureza. Importa o quão caro ou barato seja o uso relativo dos diferentes valores-uso. O valor-uso transforma-se em valor-de-troca (no cálculo e na prática), no processo produtivo. [...] A relação com a natureza é medida pelo valor de troca, bem como pelas determinações do valor de uso. (SMITH, 1988, p. 84).

Segundo Smith (1988), enquanto o que se produz estiver ligado à propriedade capitalista da terra, esta estará cativa pelos poderes econômicos e políticos. A posse e o domínio da terra pela classe hegemônica, significa poder sobre a existência da vida e, ao provocar o desenraizamento das pessoas, o sistema capitalista tira a autonomia do indivíduo, fazendo com que a classe não detentora dos meios de produção (proletariado), torne-se reserva de mão-de-obra barata ao modo de produção capitalista³². A Reforma Agrária, por esse motivo, não é feita porque

³¹ Segundo Harvey (2005), o Estado possui algumas características de regulação das relações de valor de troca: a) Liberalismo econômico; b) Direito a propriedade; c) Padrão comum de valor de troca, onde o dinheiro é nivelador; d) Condição de reciprocidade nas trocas.

³² Segundo Harvey (2005) o modo de produção capitalista, possui em sua essência características de superacumulação. Para que a lógica de acumulação e expansão do capital seja possível, o mesmo necessita de: excedente de mão-de-obra (exército de reserva industrial); e dos meios de produção;

proporciona a (re)criação da classe camponesa, uma classe que não precisaria vender mão-de-obra. A Reforma Agrária significa divisão de terras concentradas/improdutivas e possibilita uma distribuição de renda justa.

É por meio da Reforma Agrária que o camponês tem acesso à terra e, dessa forma, possibilita a sua recriação fomentada por práticas e técnicas inerente ao seu modo de vida, que é diferente daquele imposto pela hegemonia capitalista. Nesse sentido, a agroecologia é uma forma de preservação do modo de vida e de (re)produção camponesa enquanto classe (MERCADANTE, 2018).

2.3 A função social da terra

Segundo Marés (2003), é importante o significado que a terra tem para a humanidade. Isso implica na ideia de que a ela não deveria ser privada, como a lei propõe, nesse sentido, ao encará-la como algo da coletividade, nos caberia apenas o direito de uso. “O direito de uso se confunde, nesse início, com o direito de propriedade, a terra, cercada, era para uso. Deste uso se fez propriedade.” (MARÉS, 2003, p. 182).

A Constituição Federal do Brasil, de 5 de outubro de 1988, assegura a efetividade da função social da terra e a possibilidade de desapropriação caso seja lesado o interesse social:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
 [...]XXII - é garantido o direito de propriedade;
 XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;
 XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição [...]. (BRASIL, 2017, p. 11-12).

A concentração fundiária associa-se ao não cumprimento da função social da terra, uma vez que não assegura a vida, esgota um bem social e finito, transparece por meio dela a pouca efetividade da Constituição brasileira. Assim, segundo Oliveira (2007), a Reforma Agrária deve ocorrer, preferencialmente, sobre as propriedades extensas não cumpridoras da função social da terra como preconiza a Lei:

procura pelas mercadorias. A superacumulação de força de trabalho e mercadorias gera, contraditoriamente, as crises do modo de produção capitalista.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 2017, p. 72).

Acontece que a propriedade da terra carrega um entendimento histórico que desobriga o proprietário da produção em si, ficando a terra condicionada às vontades e direitos daqueles que detêm a sua posse e domínio. Entretanto, lá em 1850, quando a terra se torna mercadoria, para os juristas e economistas daquela época, impor aos donos de terra a produção – objetivando o lucro –, não fazia sentido. Posto que, o proprietário de terra somente a “perderia” se resolvesse, por conta própria, passar seu domínio a outrem. (MARÉS, 2003).

A terra poderia tornar-se reserva de valor ou, no sentido mais amplo da palavra mercadoria, auferir renda, sem que fosse necessário o vínculo da propriedade com o trabalho (de forma contrária como ocorreu no regime escravocrata brasileiro), sendo o dinheiro o único limite para apropriação de grandes extensões de terras a partir de 1850.

No início do século XX com as crescentes revoltas e forte disseminação dos ideais socialistas pelo mundo, o capitalismo encontrou no Estado um aliado (a exemplo da Aliança para o Progresso, na América Latina), uma vez que os governantes trariam a sensação de bem-estar para as classes subalternas de forma a apaziguar os conflitos entre as classes sociais³³. Para resolver os problemas relacionados a improdutividade – sem lesar a estrutura posta para a mercadoria terra –, o Estado passou a exigir a produtividade, mesmo que para isso, tenha que financiar a própria produção com o dinheiro do povo (MARÉS, 2003). Sendo assim:

O que se tinha que exigir não era que o proprietário ou quem quer que fosse usasse a terra, mas que o proprietário, e só ele, a tornasse produtiva. O uso é um direito, a produtividade uma qualidade. Isto é, o proprietário teria a obrigação de dar esta qualidade à terra no exercício de seu direito de uso. O sistema estava, com uma única cajadada, resolvendo dois problemas jurídicos: garantir a propriedade absoluta e o uso como direito, e, ao mesmo tempo, criando uma obrigação legal, a de produzir. Já que o capitalismo precisava da terra para

³³ Estado forte: apaziguador, proporcionando os mínimos vitais para a sociedade, ou repressor, reprimindo os movimentos sociais com seu aparato militar. Estado mínimo: proporcionando todo tipo de flexibilização política para acesso aos fundos públicos por parte do capital privado. (JESSOP, 2009).

produzir matérias-primas ou alimentos, o Estado pagaria o preço ao proprietário inadimplente e o próprio capitalismo sairia fortalecido. Sempre há soluções mágicas quando há interesse econômico e sempre, nas soluções mágicas fundadas no interesse econômico privado, o povo paga a conta. (MARÉS, 2003, p. 190).

A confusão entre a função social da terra e produtividade foi fomentada pelo apoio da Ditadura Militar brasileira à Revolução Verde³⁴, então as leis tornaram-se brandas e a Reforma Agrária uma utopia frente aos grandes números de produção agrícola que escamotearam (ainda tentam) a realidade. Na Constituição Federal de 1988³⁵, essa confusão ainda impera, mesmo que a função social da terra e a desapropriação de latifúndios estejam mencionadas no texto jurídico. (MARÉS, 2003). Assim:

Eis a confusão restabelecida! A margem para a interpretação é tão larga que comporta qualquer ideologia. Afinal, as propriedades pequenas, médias e produtivas não precisam cumprir a função social? Ou somente não podem ser desapropriadas para fim de Reforma Agrária? Então para que serve a obrigação de cumprimento da função social? A velha lei da ditadura era mais clara: a Reforma Agrária visava acabar com o minifúndio e o latifúndio, produtivo ou não, além disso, na definição da lei, não importava o tamanho, sem produzir qualquer terra é latifúndio, socialmente nocivo, portanto. (MARÉS, 2003, p. 195).

Segundo Strozake (2012), sem a pressão dos movimentos sociais para a distribuição da riqueza social, a terra no Brasil continuará concentrada e as leis, mesmo a de Reforma Agrária, com seus artigos, incisos, alíneas, parágrafos, não sairão do papel.

A garantia da terra às futuras gerações demonstra-se cada vez mais inviável na lógica do modo de produção capitalista. Ao se compreender essa realidade insustentável, concordamos que as relações não capitalistas são as únicas capazes de garantir à raça humana um futuro longe da autodestruição, proposta revelada e alimentada pelo capitalismo.

As relações não capitalistas, como as camponesas, são conceituadas assim porque embora sejam, contraditoriamente, geradas pelo modo capitalista de produção, possuem identidade inerente ao modo de vida próprio dos camponeses e relações diferentes com a terra, ou seja, não há presença do salário e do lucro.

³⁴ A exemplo do Estatuto da Terra (1964), em seu art. 2º, alínea b, que coloca como requisito a produtividade para que se atenda a função social da terra.

³⁵ No Brasil, a função social somente tomou contornos de lei, com a Constituição Federal de 1988. (STROZAKE, 2012).

Todavia, essas relações não são autônomas, a reprodução no campo se faz por meio de três processos contraditórios: a) monopolização do território (sujeição da renda da terra ao capital, pela subordinação da renda da terra, por meio de mecanismos do modo de produção capitalista.); b) territorialização do monopólio (sujeição do trabalho ao capital, configurando-se na materialização das empresas nos lugares); c) territorialização da luta (frações territoriais que não seguem o modo de produção capitalista e resistem as forças hegemônicas. É o lugar de recriação camponesa). (ALMEIDA, 2018, p. 274).

Para Martins (1981), o modo de produzir dos camponeses é uma relação não capitalista, pois não possuem as características da classe proletarizada, ou seja, a existência do campesinato não está vinculada ao trabalho assalariado. O campesinato, portanto, constitui classe própria, uma vez que os meios de produção e a força de trabalho familiar estão reunidas na mesma classe. Portanto, é uma reprodução social diferente das relações de trabalho e dos meios de produzir encontrados nas relações tipicamente capitalistas, isso, porque, não almejam a obtenção de lucro, não possuem vínculo vital com o trabalho assalariado e cumprem a função social da terra em sua plenitude – particularmente, quando sua produção não é feita de forma convencional. E cumprem plenamente porque na terra reproduzem a vida.

De acordo com Marés (2003):

A terra serve, funciona, tem vida, para dar vida, para reproduzir a vida, não de cada indivíduo isoladamente, mas de todos os seus habitantes, plantas, animais ou humanos. Portanto, sua função é manter a vida nas suas mais diversas formas e em suas mais estranhas e improváveis mudanças. Não importa o que diga o direito, não importa o que diga a lei escrita nas reuniões de representantes dos interesses diversos da sociedade humana. A terra tem a função de prover a vida. É até estranho dizer que a terra tem uma função, ela é a provedora da vida, não por função, por obrigação, mas porque é de sua natureza, da essência de seu ser. (MARÉS, 2003, p. 197).

O modo de vida dos camponeses sujeitos dessa pesquisa, está embasado no trabalho familiar, produção agroecológica e consumo, resultando na busca de uma relação harmoniosa com a natureza. Almeida (2003)³⁶, em seu estradar teórico, fala sobre o cálculo camponês segundo Chayanov: equilíbrio trabalho-consumo.

³⁶ Para Almeida (2003), a interpretação da reprodução contraditória do campesinato nega a concepção de autores clássicos como Kautsky e Lênin. Isso porque para esses teóricos a realidade de reprodução das famílias camponesas não tinha futuro no modo de produção capitalista e estava fadada ao desaparecimento.

O equilíbrio trabalho-consumo, é o esforço dos membros da família camponesa para o trabalho, de forma que este, satisfaça o consumo dentro do lote, trazendo para unidade familiar, diminuição do sofrimento e aumento do bem-estar, pois, quando equilibrado, o trabalho-consumo traz satisfação das necessidades. Essa estratégia da economia camponesa é reelaborada segundo a apropriação da renda da terra não palpável pelos camponeses, assim, quanto melhor a terra de trabalho for, mais resultados positivos, revertidos em aumento do bem-estar, a unidade familiar terá. Nesse sentido, há uma renda camponesa³⁷ que se contrapõe a renda capitalista. (ALMEIDA, 2003).

Sendo assim, entende-se que a agroecologia (nas suas três dimensões – prática/ciência/movimento social) vem para auxiliar o manejo de produção não convencional, corroborando para a autonomia e resistência dos camponeses na terra de trabalho, entendida como aquela que cumpre a função social. Nesse sentido:

Juntamente com a democratização dos meios de produção (a começar pela terra), a valorização desse potencial intelectual latente nas comunidades rurais se apresenta como elemento central para que a agricultura familiar camponesa tenha ampliada sua capacidade de oferecer respostas consistentes e sustentáveis aos dilemas da atualidade. (PETERSEN *et al.* 2009, p. 93).

Por ser uma ciência, a agroecologia busca ser um conhecimento científico complexo que difere da ciência tradicional a serviço da produção convencional; por ser prática: é feita a partir da vivência e da realidade dos camponeses na terra de trabalho; e por ser movimento: não é estática no sentido literal da palavra, pois, a realidade está em constante transformação – ciência e *práxis* trilham simultaneamente o mesmo caminho; é feita para e por meio dos movimentos sociais – fortalecendo o modo de vida e economia camponesa como projeto de futuro alternativo baseado na autonomia.

³⁷ A apropriação da renda aparece convertida em bem-estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares e o resultado é diminuição do sofrimento e aumento do bem-estar familiar. Neste caso, é interessante lembrar que na teoria leninista, contrária a de Chayanov, o resultado seria a formação de um campesinato rico. Portanto, depreendemos que para Chayanov existe uma renda especificamente camponesa, ou melhor, uma renda camponesa se contrapondo à renda capitalista. (ALMEIDA, 2003, p. 73 e 74).

2.3.1 Reforma Agrária e recriação camponesa

A Reforma Agrária³⁸ é uma política de Estado, não uma política de governo³⁹ e visa a distribuição de terras concentradas para garantir o seu acesso à sociedade⁴⁰. As terras, por meio da desapropriação, tornam-se de domínio do Estado, que repassa sua posse às famílias a serem assentadas.

Esse processo, feito a partir da desapropriação, é função do Estado. A desapropriação é feita mediante a compra da terra, cujo preço a ser pago pelo Estado ao dono da propriedade privada é estipulado segundo o preço médio da terra no mercado⁴¹. Neste caso de terra particular improdutiva, no caso de terra grilada (terra devoluta) não há compra da terra, paga-se as benfeitorias existentes – o que é um contrassenso considerando que a terra foi usada sem pagamento de aluguel aos cofres públicos.

Há casos intermediários em que o governo não paga pelas terras, mas indeniza o proprietário pelas benfeitorias que porventura haja na fazenda, como casas, galpões, cercas. No Brasil, tem ocorrido essa situação quando os fazendeiros entram em terra pública, sem que possuam o direito legal sobre elas; o governo, então retira-os da terra pública, indenizando as benfeitorias que tenham feito. (STEDILE, 2012, p. 657).

Segundo Oliveira (2007) e Stedile (2012), existem vários tipos de Reforma Agrária (acontecem por causas, alianças e interesses diferentes):

- Reforma Agrária clássica⁴²: houve no século XIX, uma distribuição massiva de terras na Europa Ocidental. Objetivando aquecimento do mercado interno, do ponto de vista político, esse tipo de reforma representou aliança feita entre a burguesia e os camponeses.
- Reforma Agrária anticolonial: ocorreu nos períodos de independência de algumas colônias da América Latina e implicou numa devolução das terras pelo Estado aos camponeses do lugar.

³⁸ Há alguns projetos de regularização e distribuição de terras pelo Estado, que diferem da Reforma Agrária, a exemplo da demarcação de terras indígenas. (STEDILE, 2012).

³⁹ Entende-se que o projeto de Estado são leis irrevogáveis, ao contrário do projeto de governo.

⁴⁰ Redemocratização das terras. (STEDILE, 2012).

⁴¹ Segundo Coca e Fernandes (2009), há vários tipos de mecanismos de obtenção dos territórios dos assentamentos rurais no Brasil, de 1964 a 2008, são eles: Adjudicação; Arrecadação, cuja, pode ser arrecadação de terras devolutas e arrecadação sumária; Cessão; Compra e venda; Confisco; Desapropriação; Discriminação que precede a arrecadação; Doação; Incorporação; Reconhecimento; Transferência e Reversão de domínio.

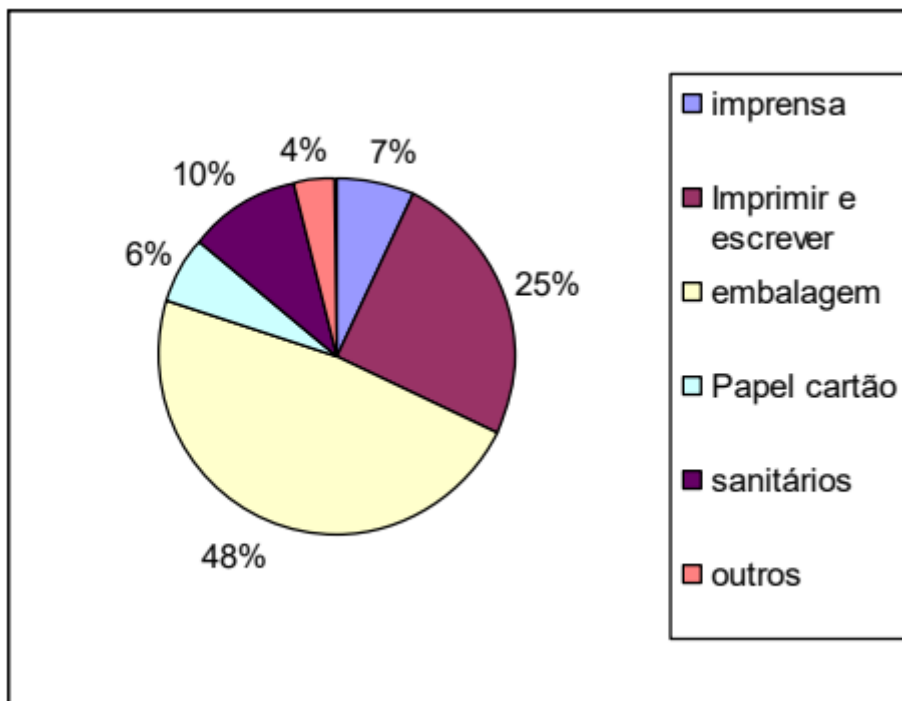
⁴² Aconteceu em outros lugares do mundo, a exemplo dos Estados Unidos e Coréia do Sul, entre os séculos XIX e XX. (STEDILE, 2012).

- Reforma Agrária Radical: neste caso, em especial, a distribuição de terras não é feita sob as leis do Estado, é organizada/realizada pelos movimentos sociais camponeses. Teve início no México no século XX, onde o tema “terra para quem nela trabalha”, os camponeses se organizaram, expulsaram os latifundiários e distribuíram as terras entre eles.
- Reforma Agrária popular: a mais importante aconteceu na China (no período de 1930 a 1950), quando os laços entre movimentos sociais e governo de propostas mais populistas se estreitaram, e, assim, as terras foram desapropriadas e distribuídas massivamente para os camponeses.
- Reforma Agrária parcial: a motivação desse tipo de reforma – seu início foi pós II Guerra Mundial –, está em cessar ou amenizar as revoltas populares, minimizando consequências maiores que poderiam desestruturar as classes hegemônicas.
- Reforma Agrária de liberação nacional: ocorreu na África, a partir da década de 1960. O processo de distribuição deu início com a retomada de terras dominadas por fazendeiros europeus e distribuída aos camponeses de forma democrática.
- Reforma Agrária socialista: Feita por governos socialistas, consistia numa distribuição totalmente organizada pelo Estado, tornando-se o grande gestor do uso e posse da terra. Há relatos de experiências na Rússia, na Coreia do Norte e em Cuba.
- Assentamentos rurais: nessa política de assentamentos rurais, o Estado se alia aos bancos e proprietários de terras, para que a estrutura da propriedade da terra, não seja modificada. A distribuição das terras é feita de forma pontual e não massiva.

Sobre a atuação do Estado burguês no que tange a distribuição de terras, no Brasil, atualmente, o capitalismo monopolista busca juntar cidade e campo, rural e urbano, indústria e agricultura, com o fácil acesso aos fundos públicos, o setor do capital industrial é beneficiado em detrimento dos camponeses (um desenvolvimento desigual e combinado).

A alta demanda por papel no mercado externo, imprimiu pressões para investimentos governamentais em empresas desse ramo (fortalecendo os monocultivos de eucalipto e pinus no Brasil. Tal demanda tem pouca relação com a produção de papel para alfabetização ou consumo para suprir as necessidades humanas. (KUDLAVICZ, 2011). Portanto, é necessária uma mudança para além do consumo individual indispensável do papel, é preciso que a demanda industrial deixe de ser supérflua, porque voltada para impressões de propaganda e fabricação de embalagens e passa a se preocupar com as necessidades de reprodução da vida social.

Gráfico 2 - Consumos de papel no Brasil



Fonte: BRACELPA, Relatório Anual 2008/2009. **Organizado** por M. KUDLAVICZ, 2011.

O Estado financia e projeta (além do perdão de dívidas), por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a instalação de empresas do setor celulósico e, a dívida externa, impulsiona as exportações em detrimento da produção que atende ao mercado interno. (KUDLAVICZ, 2011).

O Estado como aliado no financiamento das ações e demandas das empresas, evidencia o porquê de a Reforma Agrária não ser entendida como necessária no Brasil. Parafraseando Fernandes (2018), a Reforma Agrária não foi feita no Brasil em sua plenitude por conta da ascensão de governos aliançados as forças hegemônicas – entendem que somente o agronegócio é viável, incapacitando o grande potencial da produção não capitalista familiar camponesa –, ora reprimindo os movimentos sociais

(governo de Fernando Henrique Cardoso), ora promovendo alguma tímida distribuição das riquezas sociais (como foi feito nos governos petistas).

Segundo Fernandes (2018), o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade ao Plano Nacional de Reforma Agrária criado no governo José Sarney (no período de 1985-1990) e foi o que mais fez assentamentos de Reforma Agrária (2.345 assentamentos distribuídos a 300.654 famílias camponesas no período de 1995 a 1998) – até a chegada da era petista, em 2003 –, entretanto, isso não resultou de um plano destes governos, mas sim, da luta acumulada pelos movimentos sociais.

De fato, comparando com os três governos anteriores, que no período de sete anos assentaram tão somente 97.147 famílias, FHC criou por ano quase o que Sarney, Collor e Itamar fizeram em sete anos. Mas esta realidade não existiria sem o histórico das ocupações de terra. Como também não existiria sem o processo de espacialização das ocupações que cresciam em todo país. (FERNANDES, 2018, p. 72).

A política fomentada por governos populistas contribuiu para o abrandamento dos conflitos entre classes no campo, e, mesmo estando os governos petistas aliados a partidos de direita e, por isso, não promoveu reformas profundas na estrutura política brasileira (como acreditou-se), essas políticas de governo permitiram ao Partido dos Trabalhadores (PT) apoio dos camponeses e movimentos sociais. (NARDOQUE, 2018); (FERNANDES, 2018). “O que esses governos priorizaram, para agricultura familiar camponesa, foi a ampliação dos créditos, com objetivos evidentes de sua inserção no mundo da mercadoria, via consumo e produção.” (NARDOQUE, 2018, p. 269).

Dessa forma, com a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, sob presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, começou-se a assentar os acampados. O planejamento não foi concluído por inteiro, assentou-se pouco menos da metade do que se pretendia, mas foi o suficiente para superar os números de FHC. O governo petista nos primeiros anos (2003-2006), criou 2.381 assentamentos, distribuídos a 303.187 famílias camponesas. Os números das conquistas, acompanham maior ou menor número de manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). (FERNANDES, 2018).

Nardoque (2018) evidencia que a realidade no campo pouco foi modificada por governos vistos como populistas. Os números de assentamentos de Reforma Agrária não tiveram alterações significativas. Nesse sentido, os camponeses procuram

acessar à terra por outros meios, como é o caso do Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)⁴³.

A queda nos números da Reforma Agrária – foram criados somente 592 assentamentos, distribuídos a 46.904 famílias –, no governo de Dilma Rousseff (PT), evidencia a estratégia partidária para garantir a governabilidade. O governo de Dilma pretendia priorizar a política de melhoria das áreas assentadas do que efetivamente, criar novos assentamentos (em Mato Grosso do Sul, foi criado por Dilma, somente um assentamento). Essas medidas foram às permitidas em nome da aliança de governabilidade: “Há tempos a Reforma Agrária deixou de ser uma política de distribuição de terras para se tornar uma política de desenvolvimento territorial”. (FERNANDES, 2018, p. 75). A contrarreforma Agrária é enraizada por essas alianças, pois, não mexem a fundo na estrutura fundiária brasileira.⁴⁴

As dificuldades para melhoria de vidas das famílias assentadas são evidentes quando se olha para a realidade de alguns assentamentos, que não se diferem muito quanto aos problemas estruturais encontrados, advindos do difícil acesso aos fundos públicos. Portanto, a afirmação de que não se ampliou massivamente a Reforma Agrária em nome do investimento na qualidade dos assentamentos existentes, é uma verdade parcial.

A desigualdade foi salientada diante do golpe ao governo de Rousseff, em 2016, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁴⁵ e aliados, personificados em Michel Temer (vice de Dilma Rousseff e representante do PMDB).⁴⁶

No ano de 2018, no governo de Michel Temer, as políticas públicas voltadas para o campo brasileiro tiveram cortes de recursos. O Programa Nacional de

⁴³ Para saber mais: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>>.

⁴⁴ Kudlavicz e Almeida (2014), apontam para uma contrarreforma Agrária, pois entendem que o governo de Rousseff, em 2011, pouco desapropriou imóveis. Essa situação de inércia do Estado somente foi modificada, no final de 2013 com forte pressão dos movimentos sociais do campo.

⁴⁵ Hoje chamado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é mais do mesmo. Numa tentativa de ludibriar a população e afastar rumores de corrupção do antigo PMDB, o partido mudou sua sigla. Para saber mais: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/pmdb-aprova-mudanca-de-nome-e-passa-a-ser-chamado-mdb.ghtml>>.

⁴⁶ Traíram porque queriam mais! Não precisa ser um pesquisador astuto ou obstinadamente investigativo para descobrir que a oligarquia rural, rebatizada de agronegócio, nunca aceitou as conquistas dos movimentos sociais organizados e muito menos ‘engoliu’ uma série de pequenas concessões dos governos do Partido dos Trabalhadores aos homens e mulheres do campo. Atualmente, as terras das sociedades indígenas, as áreas quilombolas, os projetos de assentamento de Reforma Agrária e as áreas de proteção ambiental são o foco de ataques dos ruralistas nos âmbitos dos poderes legislativo, executivo e diretamente nos espaços rurais, sendo que, por um lado, os ataques se dão no âmbito político-legislacional e, do outro, por meio de crimes contra a vida, geralmente por meio da execução de violência física contra os povos do campo. (MITIDIERO JUNIOR; FELICIANO, 2018, p. 224-225).

Alimentação Escolar (PNAE) somente permaneceu sem alterações por ser política pública de Estado e não de governo. As políticas de governo somente não foram totalmente aniquiladas por Michel Temer, talvez, por temer manifestações sociais. Isso demonstra a ferocidade do capital, camuflado por meio da aliança do atraso. Neste período, os cortes orçamentários foram os seguintes:

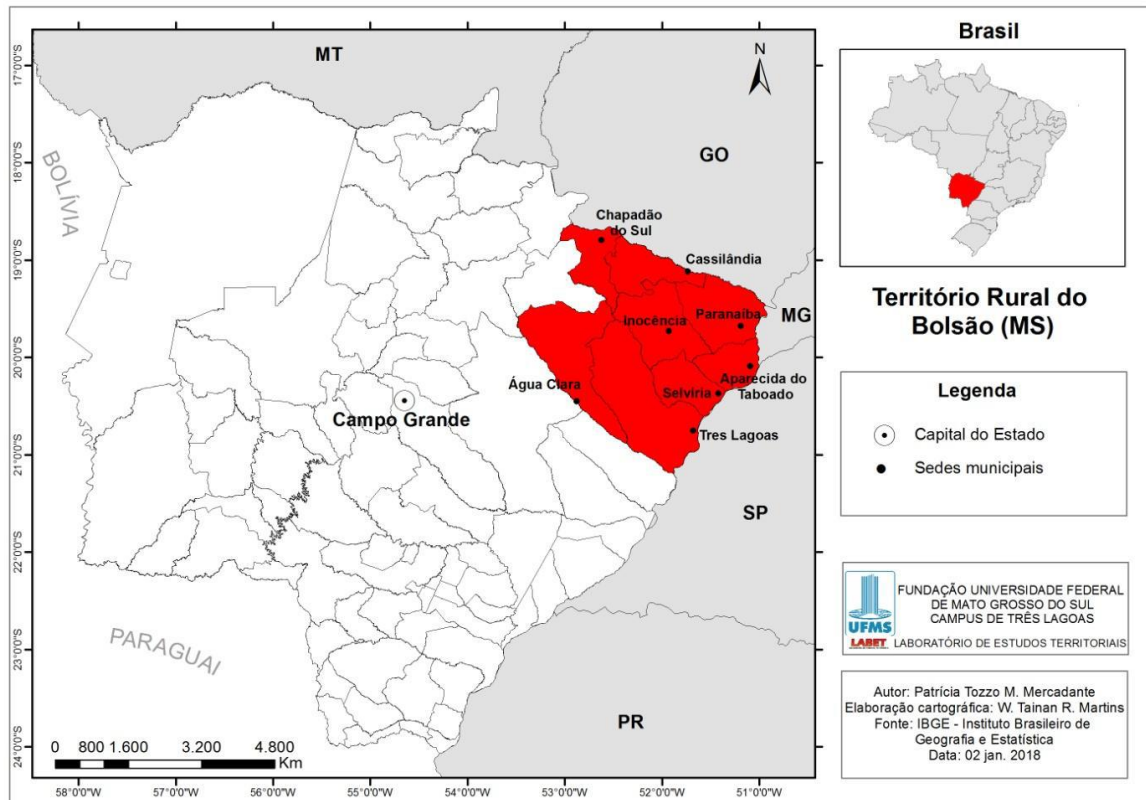
- Obtenção de terra para Reforma Agrária (86,7%);
- Assistência técnica e Extensão rural para a Reforma Agrária (85,2%);
- Educação do Campo (86,1%);
- Infraestrutura em assentamentos (69,0%);
- Reconhecimento e Indenização de territórios Quilombolas (62,5%);
- Organização da Estrutura Fundiária (89,5%);
- ATER para a agricultura familiar (43,4%);
- Promoção e fortalecimento da Agricultura Familiar (73,7%);
- Apoio à organização econômica e promoção da cidadania de mulheres rurais (71,3%);
- Apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais (77,2%);
- Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais (extinto);
- Crédito fundiário (79,3%);
- Terra Legal (47,2%);
- Programa de Aquisição de Alimentos (71,3%);
- Promoção da inclusão de famílias em situação de pobreza (52,5%);
- Distribuição de Alimentos a Grupos Tradicionais (99,4%);
- Programa de Aquisição de alimentos – modalidade de compra com Doação Simultânea, Aquisição de Sementes e Compra Direta (99,8%);
- Demarcação e fiscalização de Terras Indígenas e Prot. Dos povos indígenas isolados (48,7%);
- Preservação cultural dos povos indígenas (44,1%). (SOBREIRO FILHO *et al.* 2018, p. 03).

Nardoque (2016) fala em contrarreforma Agrária no governo Dilma Rousseff pela falta de criação de novos assentamentos. Evidencia também duas das principais dificuldades dos já assentados no município de Três Lagoas, a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e ausência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nas áreas de assentamento.

Alguns assentamentos de Mato Grosso do Sul, especialmente os da região do Bolsão, estão sob forte influência das empresas do setor celulósico e convivem com realidade desigual de acesso aos fundos públicos, enquanto os assentados estão abandonados, as empresas privadas têm amplo acesso aos recursos públicos. Realidade alicerçada pela aliança do capital com o Estado via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (NARDOQUE, 2018); (ALMEIDA, 2018).

Em Três Lagoas⁴⁷, localizam-se dois assentamentos de Reforma Agrária: O PA 20 de Março e PA Pontal do Faia (o município integra o recorte espacial denominado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário de Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul – composto por mais sete municípios (figura 3)).

Figura 3 - Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE, 2018.

No município caracteriza-se alta concentração fundiária e, historicamente, a população residente no campo vem diminuindo, migração agravada nos últimos anos, com as mudanças de atividade econômica no campo. Neste sentido, Kudlavicz (2011) aponta a venda e arrendamento de fazendas de pecuária para o plantio de eucalipto como motores da migração campo-cidade na microrregião de Três Lagoas.

Segundo Kudlavicz (2011), a territorialização das empresas no campo de Três Lagoas colaborou para o empobrecimento das comunidades rurais, por conta da mudança de atividade econômica, causando a redução da população dos distritos Garcias e Arapuá. Os arrendamentos e vendas das terras, o espraiamento do monocultivo de eucalipto, corroboram para desativar setores importantes no campo,

⁴⁷ O município tem alta concentração de terras, base da pecuária extensiva e, atualmente, das empresas do setor de celulose e papel – Suzano e Eldorado Brasil.

a exemplo das escolas. Dessa forma, o número da população que habita os distritos fica condicionado às dinâmicas de plantio do eucalipto das empresas de celulose e papel. Ainda para o autor:

A compra de terras e arrendamento pela FIBRIA, além de ter desempregado centenas de camponeses, vem aumentando a concentração de terra na região e aquecendo o mercado o que resulta em majoração dos preços. Por outro lado, gera vazios populacionais na Microrregião o que incide diretamente sobre os caminhos da Reforma Agrária. (KUDLAVICZ, 2011, p. 147).

Sobre a territorialização das empresas em Três Lagoas, em 2011, a Eldorado Brasil instala-se no município, resultado da fusão entre Eldorado e Florestal Brasil. Essa empresa exporta ao ano 1,5 milhão de tonelada de celulose. (ALMEIDA, 2018).

Almeida (2018), escreve sobre a fusão das empresas:

Em 2009, este processo se consolidou com a entrada em operação da fábrica 'Horizonte I' em Três Lagoas – articulando plantio de eucalipto, processamento da celulose e produção do papel por meio de parceria entre Fibria (resultado da fusão das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose, em 2009) e Internacional Paper/IP. (ALMEIDA, 2018, p. 280).

Com a territorialização do monopólio e os assentamentos de Reforma Agrária deixados à própria sorte pelo Estado, a realidade do município de Três Lagoas transparece o abandono de bem público (já que o direito de propriedade pertence ao INCRA), e isso tem permitido duas variáveis principais: a) a “porteira abandonada” da Reforma Agrária por parte do Estado; b) as ações de responsabilidade social dentro dos assentamentos feitas por agentes privados.

Esse processo configura a privatização da Reforma Agrária. (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2014). Assim:

Cientes da conflitualidade entre lógicas distintas no Território do Bolsão, os capitalistas do setor buscam por meio de ações sociais adiar a emergência do embate territorial expresso na paisagem, bem como atender exigências de responsabilidade social previstas nos financiamentos públicos ao setor. (ALMEIDA, 2018, p. 281).

Segundo Almeida (2018), a recriação camponesa feita em áreas próximas ao monocultivo de eucalipto gera uma situação paradoxal de ajuda e controle - resultado

dos investimentos sociais das empresas⁴⁸. Assim, o capitalismo verde⁴⁹, e suas ações de responsabilidade social, é uma faca de dois gumes: deixados à própria sorte pelo Estado após serem assentados, os camponeses usam as ações sociais das empresas como forma de na terra permanecer e, ao mesmo tempo, são agentes conscientes dos impactos pela proximidade que possuem com os plantios de eucalipto e as fábricas de celulose. Nesse sentido:

Registra-se que as famílias não são ‘inocentes úteis’. Parte tem consciência do processo de ‘privatização’ da Reforma Agrária. Mesmo assim, aderem porque, neste momento, é a possibilidade que visualizam para permanecer na terra via estruturação do lote. Incluso o trabalho assalariado nas papeleiras tem sido parte deste duro caminho de ambígua resistência, há casos na região leste do MS em que o projeto de Reforma Agrária figura como ‘viveiro’ de mão de obra, numa silenciosa corrosão do modo de vida camponês. (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2014, p. 04).

Nardoque (2016) aponta também a estratégia: há uma tendência dos camponeses, que moram perto dos monocultivos, venderem sua força de trabalho às empresas. Entretanto, essa prática é também uma estratégia de recriação camponesa (na busca pelo equilíbrio trabalho-consumo) para na terra permanecer, mesmo em situações extremas de venda da força de trabalho.

Apesar do abandono da Reforma Agrária pelo Estado, os assentados não desistem de buscar caminhos de autonomia. Em Três Lagoas, eles conseguiram espaços de comercialização direta sob a forma de canais curtos de comercialização (CCC), dentro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, via projetos que visam, a partir de parcerias, fomentar a agroecologia como forma de possibilitar autonomia aos agricultores camponeses.

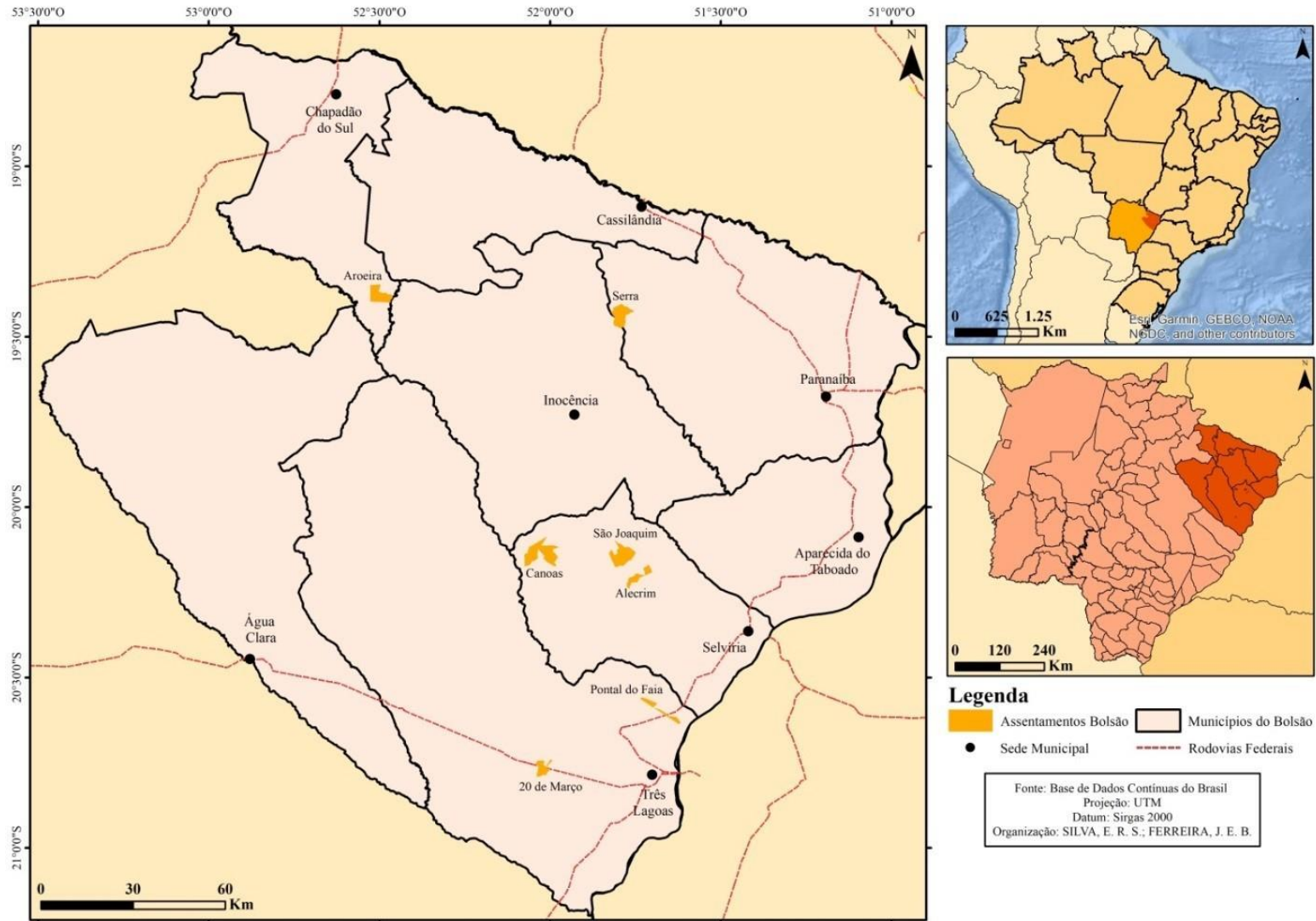
⁴⁸ Práticas empresariais que devem ser entendidas num contexto específico, qual seja o de que as empresas receberam volumosos incentivos fiscais (e ambientais) para se estabelecerem na região e que devem conduzi-los em forma de ‘desenvolvimento sustentável’ – leia-se restituir parte destes benefícios em favor da comunidade local na forma de projetos sociais. A isso mescla-se a necessidade de adquirirem o selo de origem que funciona como sinal aos consumidores globalizados que o produto, ou seu componente, é proveniente de uma floresta que não impactou seu entorno, em outras palavras: ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo. (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2014, p. 03).

⁴⁹ O Capitalismo verde está ligado ao REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), e consiste em apropriação privada, principalmente das florestas do hemisfério Sul, para redução dos impactos na biodiversidade, causados pelo desmatamento. (Para saber mais: <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/o-aprofundamento-da-apropriacao-e-da-concentracao-de-terras-na-era-do-capitalismo-verde-noticias-da-indonesia/>>.) “A ludibriosa barganha sustentável acontece entre o fornecedor ou provedor-recebido (a figura que preserva determinado serviço ambiental) e o usuário-pagador (atores essencialmente dos setores agrícola e industrial) que quando investem em um determinado serviço ambiental, estão em outras palavras, adquirindo a sua anuência para prosseguir com a degradação ambiental.” (PEREIRA DOS SANTOS *et al.* 2018, p. 42).

2.3.1.1 Reforma Agrária na lei e na prática: o Assentamento 20 de Março em questão

Depois desse breve retrospecto da questão agrária, vamos analisar como se deu o processo de conquista do PA 20 de Março (figura 4), em Três Lagoas-MS, e quais os desafios que enfrentam na terra – na voz e na percepção dos assentados.

Figura 4 - Localização do PA 20 de Março, Três Lagoas (MS) e dos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul



O PA 20 de Março foi criado em 2009 e representou uma grande conquista – organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas –, uma vez que o acampamento foi montado em 2002, no Córrego do Moeda, e mudaram para outros dois lugares Córrego Amizade e Córrego do Pinto. Essa organização contou em média com 300 famílias, como nos conta Barbatimão no relato que segue.

Começou os barraco no Moeda, depois foi pro... Corgo Amizade, depois do Corgo Amizade foi pro Corgo do Pinto, aí do Corgo do Pinto é que veio pra cá em 2008, que a gente veio pra cá, montar os barraco aqui de frente à fazenda. [...] Olha... oh... assim quando a gente saiu do Moeda, a gente veio aqui pro Corgo Amizade, aí aqui teve um probleminha que o fazendeiro não gostou que ficasse lá. Aí o pessoal ficou... mudou pro Corgo do Pinto, fez o acampamento lá no Corgo do Pinto na 158. Aí de lá do Corgo do Pinto é que a gente veio pra cá em 2008, já pra de frente à fazenda. Só que quando veio pra cá, já veio já as famílias pré-selecionadas, aprovadas pelo INCRA. Já seriam, mais ou menos, as pessoas que iria entrar pra fazenda. (Entrevista concedida em 19 de jun. 2018).

As figuras de 5 a 8 relatam um pouco dessa história na época de acampamento que foi montado à noite e debaixo de chuva, como relatou Barbatimão.

Figura 5 – Limpeza do local para construção do acampamento no Córrego do Moeda



Fonte: Arquivo pessoal de Eliseu Lima de Araújo.

Figura 6 - Caminhão usado para o transporte da mudança para o acampamento no Córrego do Moeda



Fonte: Arquivo pessoal de Eliseu Lima de Araújo.

Figura 7 - Amanhecer e o acampamento sendo levantado na beira da estrada, Córrego do Moeda, Três Lagoas-MS



Fonte: Arquivo pessoal de Eliseu Lima de Araújo.

Figura 8 - Três Lagoas (MS), acampamento sendo levantado por meio da ajuda mútua entre os camponeses – Córrego do Moeda



Fonte: Arquivo pessoal de Eliseu Lima de Araújo.

O PA 20 de Março foi implantado com 69 lotes. Apesar das famílias terem conquistado o acesso à terra, o assentamento conta com a presença mínima dos investimentos do Estado, ficando o contato restrito às visitas dos técnicos da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer)⁵⁰.

A fala de Barbatimão exprime como foi a conquista pela terra. Em síntese, o processo foi concebido de forma pacífica (sem conflito fazendeiro versus sem-terra) e mediado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas (SRTL).

Oh, a organização foi feita no sindicato. É... foi... foi um acampamento sindicalizado. Que assim é... primeiro passo, pra você pressionar o governo e pra gente fazer um acampamento você precisa de um lugar pra montar o barraco. Então, só que assim, como a gente é organizado... primeiro passo, procurar o fazendeiro aonde a gente vai acampar, conversar com ele, vê se ele autoriza a gente a fazer aquela [...] onde o Valdeci morava, ele autorizou invadir a fazenda dele... passar pra dentro da fazenda dele, não jogar lixo na fazenda dele, se alguém fizesse isso, era expulso do próprio acampamento, os próprios acampado... tiraria essa pessoa do acampamento, porque é um acampamento civilizado. Não é baderna, foi muito bem organizado. Então ninguém podia jogar poluente dentro do pasto dele, não podia tá adentrando a fazenda dele... a gente tinha um espaço na beira da rodovia pra acampar. (Entrevista concedida em 19 de jun. 2018).

⁵⁰ Para saber mais, consultar: <<http://www.agraer.ms.gov.br/>>

Quando Barbatimão afirma: “como a gente é organizado... primeiro passo, procurar o fazendeiro aonde a gente vai acampar, conversar com ele, vê se ele autoriza a gente a fazer [...]. Porque é um acampamento civilizado”, evidencia o porquê de haver na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul terras concentradas e pouca Reforma Agrária. Percebemos como a ausência na região do Bolsão de trabalho de base, comum nas ações dos movimentos sociais populares como o MST, produz uma consciência ambígua nos sem-terra, eles querem a terra, mas não querem conflitos, pois temem serem vistos como baderneiros. A negação da conflitualidade, a opção pela negociação primeiro com o fazendeiro e, depois, com o Estado, retarda a emergência da consciência de classe. No relato de Barbatimão não fica claro qual era o lugar social deles nessa luta.

No caso da conquista do PA 20 de Março, o acampamento possuía organização interna ditada pelo STR⁵¹ de Três Lagoas, que seguia as orientações da FETAGRI⁵². A alternância das famílias no acampamento era a estratégia de luta utilizada, ou seja, não havia obrigatoriedade de viver no acampamento, ao contrário do que ocorria nessa época com os acampamentos do MST. (ALMEIDA, 2006). Situação que restringiu ao trabalho de base massivo, posto que algumas famílias seguiam acampadas enquanto, outras, eram responsáveis pela manutenção desses companheiros debaixo da lona. Realidade transcrita a partir do relato de Barbatimão:

Oh, eu não posso falar assim que, foi horrível porque assim, igual eu falei, eu não participei diretamente do acampamento morando debaixo de lona. Mas assim, a gente ficava em apoio, né? Igual quando a gente mudou barraco pra cá, eu andava 40 km pra gente trazer água pro Goiano. O Valdeci trazia da fazenda e eu trazia lá da outra fazenda. [...] No geral, todos os barraco, que... cê vê o pessoal quando tá no acampamento, ela não... cê vê, não tem trabalho. Olha, se ela vai ficar acampada, ela não pode trabalhar. Então, mas ela tem que buscar o sustento dela, então ela não pode ficar aqui o dia inteiro, todo dia. Então nós saía pra buscar o sustento dela. A gente tinha o Edison, que ficava nos barraco cuidando dessa pessoa que saía, avisava ele: ‘ – Olha, tô saindo hoje, 2... 3 dias’, ficava cuidando dos barracos. (Entrevista concedida em 21 de jun. 2018).

Em 2009, ao adentrar a terra prometida pelo Estado – a fazenda Arapuá, o movimento de luta pela terra organizado pelo sindicato, apesar de ser pacífico, não se

⁵¹ A respeito das diferenças nas estratégias de luta pela terra no MS envolvendo movimentos sociais e organizações sindicais, ver Almeida (2006).

⁵² Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul.

livrou de enfrentar situação adversa e, no mínimo, paradoxal. A fazenda a ser loteada para os assentados via desapropriação, encontrava-se arrendada. Portanto, os assentados receberam permissão para entrar na fazenda, mas permaneceram na condição de acampados, uma vez que foram obrigados a viver por seis meses numa mínima fração territorial, o quintal da sede, rodeados pelos funcionários da fazenda arrendada.

Louro Pardo relembra esse impasse e o sofrimento no processo de conquista da terra do 20 de Março, mas ao recordar dá ênfase ao modo civilizado como o sindicato conduziu a negociação e aceitou que eles ficassem no quintal da sede, debaixo de mangueiras (figura 9):

Lembro que nós foi barrado ali, oh...Na hora que... deram pra nós entrar na fazenda mas com umas condições. Nós sair da beira da rodovia, já pra entrar na fazenda, só que aqui na fazenda tinha um arrendatário. Arrendava a área. Aí o juiz alegou o seguinte... foi determinado pelo juiz, né? Que o cara tinha um prazo pra tirar o gado. Nós 'sem problema nenhum'. Aí o fazendeiro, com mais uns 8 pessoal, eles barrou nós ali. Aí a dona Geni, pegou... que é a presidente do sindicato, ligou no INCRA, o INCRA tava sem combustível como sempre, aí a dona Geni falou: 'Se for preciso, o sindicato banca a viagem de vocês, mas nós precisa do cês aqui, agora', porque nós tava tudo no corredor, já tinha desmanchado barraco, já tinha tirado tudo, inclusive nosso... nosso assentamento na beira da rodovia era bem civilizado, que inclusive, nós pedimo apoio pra Polícia Federal pra nós sair do lá... nós tava do lado de lá da pista, pra nós entrar pra cá. Então como era um movimento grande, Polícia Federal que apoiou a rodovia pra nós passar, deu total apoio. Depois que nós entramo no corredor, aí sim, aí já tava liberado. Aí nós foi barrado aqui, só que aí veio um representante do INCRA com um advogado e falou: ' – Não pode'... falou que o barraco nosso na época, nós fizemo aqui, mas era pra fazer do lado de lá, do lado de lá da represa. Falou: ' – Aqui não pode, aqui tem gado', ' – Ah não pode? Qual que é a área que tem disponível?', ' – Ah não tem área nenhuma', aí o advogado do INCRA pegou e falou: ' – Então, se não tem área nenhuma vai ficar no quintal da sede...' que foi naqueles pé de manga ali [figura 9], ' – [...] aqui é a área do quintal da sede, é aqui que eles vão acampar', aí, pra nós foi até bom que tinha um rego d'água que passava aqui, descia um rego d'água e fizemo os barraco tudo ali. Nós fiquemo acampado ali até corta... até o que? Uns seis meses, né? seis a sete meses com o barraco ali, acampado ali. Nós não podia sair, andar aí... não. Andar ali na estrada, inclusive tinha funcionário da fazenda aqui ainda, nós fiquemo ali até... vim o pessoal pra cortar os lotes pra fazer o sorteio. (Entrevista concedida em 21 de jun. 2018).

Figura 9 - Local do acampamento dentro da antiga fazenda



Fonte: trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 05 de dez. 2020.

A princípio, foram priorizadas as famílias que mais ajudavam e contribuíram na época do acampamento, onde reuniões eram feitas entre os camponeses, controladas por eles mesmos por meio de um caderno. Esses nomes marcados eram sinal de presença na organização das famílias acampadas e serviram de critério para os primeiros nomes a serem entregues para o INCRA. Entretanto, a maioria das famílias não se enquadrava nas especificações do governo necessárias para o acesso à terra. Vejamos essa questão foi relatada nas palavras de Louro Pardo:

Eu não sei se o INCRA mudou, mas o INCRA é o seguinte, pra você arrumar um lote, eles te puxa a sua vida todinha. Você tem que pegar... não é assim que o zotro fala lá: ' – Ah no INCRA lá, dá bandido, dá isso, dá aquilo outro no assentamento', não. O INCRA puxa todinha sua... seu histórico de vida, tudo e ainda manda a gente pegar atestado criminal lá, tudo pra mostrar pra ele, pra ver se você é gente boa mesmo. Se é ficha limpa. Eles não vai pegando assim qualquer um que chega. Depois que sai o assentamento tem muitos que chegam invadem o lote do zotro, aí já é um problema depois. Mas até então, até a organização desse tipo assim é boa, não é ruim não. (Entrevista concedida em 21 de jun. 2018).

No diálogo com Barbatimão e Louro Pardo, sobre o processo de conquista da terra no PA 20 de Março, ficou evidente a influência da mediação do STR de Três Lagoas na organização e nas ações para a conquista da terra. Os entrevistados que fizeram parte do acampamento, e hoje são assentados, reprovam as ações mais incisivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E não se enxergam como sem-terra no sentido defendido pelo MST, ou seja, como sem-terra como identidade coletiva. Consideram-se sem-terra como condição, ou seja,

expressão de uma fase de acampamento superada com o assentamento, onde se tornaram com terra.

Barbatimão ao salientar o motivo pelo qual entrou no movimento de luta pela terra faz referência a resistência das pessoas acampadas na beira da estrada como forma de visibilidade e pressão frente a inércia do Estado. Assim, na reflexão sobre a prática ele entende que a mobilização foi fundamental para o movimento de conquista do assentamento.

Eu entrei nesse movimento justamente por causa disso, por causa da organização. Porque assim, eu sou contra baderna, eu sou contra algumas atitudes do MST, sou totalmente contra... eu sou assentado? Sou, entendeu? Mas sou contra a baderna total mesmo... baderna eu sou contra. Eu acho que negócio de invasão de terras, não podia existir. Porque se tem como você entrar sem... organizado, entrar pela frente, esse é o ideal. Eu sou a favor da Reforma Agrária, mas a Reforma Agrária nesse padrão. Não forçada, a gente fica na beira da rodovia... ninguém é obrigado também ficar na beira da rodovia. A gente fica que é um modo de você pressionar o governo. Mas ninguém é obrigado a ficar em barraco debaixo de rodovia. [...] a gente fica pra pressionar o governo: ‘ – Oh o pessoal tá ali esperando, né?’, então foi uma forma que a gente achou de pressionar. (Entrevista concedida em 21 de jun. 2018).

Apesar de não concordarem com as práticas que visam pressionar o Estado feitas pelo MST, contraditoriamente, os entrevistados reconhecem na prática a efetividade maior das ações que fogem dos acordos mediados e entendidos como civilizados por eles. A fala de Louro Pardo torna evidente tal entendimento:

Se prestar atenção, nosso assentamento vai fazer 10 anos, né? Vai fazer 10 anos. Pra você ver, até hoje, nós não pegemo recurso do governo. Se é do MST, ele é bagunceiro, já tinha tudo. Eles entra na terra daqui a três anos, o governo já libera dinheiro pra eles. (Entrevista concedida em 21 de jun. 2018).

A dificuldade dos assentados em acessar fundos públicos – a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, ocorre por conta da difícil regularização da DAP e dos Contratos de Concessão de Uso (CCU). Por sua vez, a falta de enfrentamento com o Estado para efetivação dos direitos da Reforma Agrária faz com que os entrevistados buscam ajuda nas empresas de celulose e atribuem a elas a conquista das condições para produção familiar, em especial a Fibria por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT).

E quem desenvolveu na verdade o 20 de Março foi o PDRT. Foi através da Fibria. Esse projeto PDRT, a gente já tinha ele, acho que 2007. Esse projeto era pra vir pra Mato Grosso do Sul, a gente ficou

segurando ele, quando a gente entrou aqui, foi que a gente começou a fazer as primeira reuniões, né? PDRT, aí a gente selecionou, 20 entre aspas, os mais trabalhador, né? A gente ia montar um projeto piloto, e pro PDRT vir pro MS... por isso que projeto piloto cê sabe que tem que dar certo, né? A gente conseguiu pegar um time muito bom, a gente fez o projeto piloto funcionar, e a partir daí então foi que o PDRT veio pro MS. Que é o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural, né? Foi aí que alavancou o 20 de Março. E se a gente não tivesse o apoio do PDRT dentro do 20 de Março, eu acredito que esse assentamento ia ter umas 10... 15 pessoas aqui dentro só. Porque sem recurso, não tem trabalho, não tem condições de fazer nada. (Entrevista concedida em 21 jun. 2018).

Os CCUs possuem validação de cinco anos e garante o direito do uso da terra aos assentados. No PA 20 de Março, os CCUs foram concedidos em 2009, mas somente foi revalidado no ano de 2018, mas com data de assinatura de 2017. Portanto, aquela estratégia do tempo de acampamento de negociar sem conflito continua sendo hegemônica na luta na terra, mas como Reforma Agrária não é prioridade de Estado, a passividade impede que eles avancem na conquista da política agrícola para o 20 de Março. E, mais, parecem não entender a razão da ausência do Estado.

A DAP⁵³ – emitida pela Agraer e autorizada pelo INCRA, é o documento que identifica o assentado como agricultor familiar –, e permite acessar os programas do governo. O acúmulo de direitos lesados pela não revalidação da DAP tem representado um dos maiores problemas enfrentados pelos camponeses do 20 de Março, uma vez que essa declaração representa o acesso às demais políticas públicas. No PA 20 de Março, foram feitas as DAPs provisórias em 2009. Essa situação é termômetro do abandono estatal, trata-se de um direito básico que é ignorado. O apreço pela luta pacífica e a falta de um histórico de trabalho de base na luta pelos direitos são explicativos dessa morosidade do Estado no atendimento aos assentados do 20 de Março.

Os camponeses, em sua maioria, somente possuíam a primeira DAP (a provisória) que, por lei, não pode ser revalidada e tem vencimento de um ano, ficaram sem acesso aos créditos iniciais da Reforma Agrária, a exemplo do PRONAF.

A saída para esses entraves de produção e comercialização foram os canais curtos de comercialização (em especial, as feiras). Esses canais sem a figura do

53

Para saber mais: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1754/PORTARIA%20N%C2%BA%20234%2C%20DE%2004%20DE%20ABRIL%20DE%202017.pdf>.

atravessador é a forma de escoar a produção excedente sustentando o investimento produtivo, sem uso de créditos públicos. Em particular, o escoamento da produção constituía uma dificuldade para os camponeses, ora por conta da distância entre o assentamento e a cidade (cerca de 40 km), ora por conta da dificuldade em articular produção e consumo. Com a organização do consumo, a situação melhorou e segundo informações obtidas em trabalho de campo, os assentados do PA 20 de Março, no ano de 2017, movimentaram mais de R\$ 500.000,00.

Apesar de alguns desafios presentes na agricultura agroecológica, o PA 20 de Março encontra-se em transição agroecológica. Ao compreendermos teoricamente que a agroecologia fortalece a economia e recriação camponesa, a fala de Araticum, aproxima essa teoria da realidade ao considera-la uma virtude: a autonomia.

Você consegue uma produção mais contínua, né? [...] a independência, né? A autonomia é a maior virtude, né? Não precisa correr atrás de nada, a maioria das coisas que eu preciso, eu tenho aqui dentro. Isso aí é uma vantagem, né? (Entrevista concedida em 15 de jan. 2018).

Mesmo deixados à própria sorte, na luta para permanecer na terra no 20 de Março, os assentados conseguiram mesclar as situações de “ajuda” das empresas de celulose, marcadas pela dependência, com as oportunidades criadas pelos projetos da UFMS/Campus de Três Lagoas, marcadas pela autonomia. Nesta articulação, seguem se equilibrando para fazer a recriação cotidiana.

Assim, seguem garantindo a recriação do campesinato assentado na terra do boi e do eucalipto acreditando numa forma de produção compromissada com a preservação da vida – visando sempre o bem comum –, com diversidade e autonomia (como a prática agroecológica proporciona), cumprindo a função social da terra voltada para a reprodução da vida, diferente de como age a propriedade capitalista da terra.

2.4 Agroecologia: ciência a serviço da sociedade

O lavar a terra é um dos ofícios mais antigos da humanidade, nascido no seio do continente africano, porém, a agricultura, no decorrer dos tempos e atividades econômicas, foi sendo institucionalizada e a produção científica que antes caminhava e aprendia junto com às comunidades, hoje, as considera incapazes, atrasadas, desnecessárias para o progresso da ciência a serviço do capitalismo. Assim:

Entre outros efeitos, a modernização da agricultura retirou do agricultor o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que ao mesmo tempo expropriou o saber-fazer das comunidades rurais e transferiu esse poder para as corporações do agronegócio transnacional. Dessa forma, a dependência tecnológica converteu-se em invasão cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e promovendo a desconexão da agricultura com relação aos ecossistemas, às comunidades e ao consumo de alimentos. (PETERSEN *et al.* 2009, p. 87).

A partir da década de 1970, iniciou-se no Brasil, um movimento que repensava as práticas agrícolas com viés ecológico. No início da década de 1990, ouviu-se falar em agroecologia no Brasil em encontros articulados pela Engenharia Agrônômica. Os movimentos sociais, requereram o conceito, ressignificando-o segundo suas pautas de luta. (SCHMITT, 2013).

Segundo Caporal e Costabeber (2004), há de se ter cuidado com o significado da agroecologia para não se cair em reducionismos. Muitas vezes, a agroecologia é tratada com enfoques que lhe tiram a sua potencialidade como ciência, sendo vista sob apenas uma perspectiva dos seus vários campos. Possuidora de vários campos de atuação, a agroecologia é uma ciência que anuncia estratégias para a sustentabilidade rural, possibilidades de recriação camponesa, políticas públicas e um projeto de futuro, dentre outros, assim:

A construção de interfaces entre o conhecimento produzido a partir de práticas concretas de manejo dos agroecossistemas em contextos sociais e ambientais específicos e a constituição de um campo dos conhecimentos que busca proporcionar 'as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável' é um processo complexo, que envolve pontos críticos de interseção entre distintas visões de mundo, implicando descontinuidades e assimetrias em termos de valores, conhecimentos, interesse e poder entre os diferentes agentes envolvidos. Coloca-se, nesse sentido, como um desafio para a agroecologia, enquanto abordagem que busca promover um diálogo de saberes, desenvolver um referencial teórico e prático capaz de dar conta da heterogeneidade do conhecimento, da agência humana e da complexidade das redes que dão suporte à produção e reprodução de determinados modos de organização da agricultura e do desenvolvimento rural. (SCHMITT, 2013, p. 182).

No contexto da disseminação dos pacotes químicos pelo mundo, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, houve preocupação em estabelecer a agricultura que não propagasse o fim da natureza e a autodestruição da humanidade. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004); (PETERSEN *et al.* 2009); (TUBINO, 2014). Foram

estabelecidas várias correntes que buscaram tal feito, no entanto, encontramos na agroecologia a possibilidade e potencialidade necessárias para evitar possíveis catástrofes resultantes do modo de produção capitalista. Para Caporal e Costabeber (2004):

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de *agriculturas de base ecológica ou sustentáveis* [...]. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 08. Grifos dos autores).

É um erro entender a agricultura agroecológica como sendo aquela que somente substitui os pacotes químicos da agricultura convencional – química que estava outrora a serviço das grandes guerras pelo mundo, e, que reformuladas, constituem hoje as bases dos agrotóxicos utilizados.

As grandes empresas responsáveis pela concentração fundiária, e ligadas aos impérios alimentares, estão se apropriando de práticas como a substituição de pacotes químicos por controle biológico e adubação natural, para atender nichos específicos da sociedade. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004); (MERCADANTE, 2018). Assim, a agroecologia, deve ser entendida para além dos manejos sustentáveis, deve ser compreendida a partir dos seus princípios, em especial a autonomia do agricultor e do consumidor. Pensada desta forma torna-se imperativo distinguir o que é a agroecologia (como projeto de futuro) da agricultura orgânica (vendida nos supermercados⁵⁴). Assim:

[...] e aqui é necessário demarcar diferenças: alimentos orgânicos podem não ter agrotóxicos, mas alimentos agroecológicos não têm nem agrotóxicos nem injustiça! Para resumir os grandiosos objetivos da agroecologia de garantir segurança alimentar, erradicação da pobreza, proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção de processos de auto-gestão e a participação comunitária. (RIGOTTO, 2011, p. 130).

A agroecologia implica numa produção em agrossistemas, isto é, modificações que vão desde os nutrientes disponibilizados pelas práticas sustentáveis e manejo de

⁵⁴ Os produtos, como confirma Mercadante (2018), são mais caros por serem considerados orgânicos, e, são considerados assim, porque possuem as certificações do mercado funcionando como um fetiche. A pesquisa da referida autora, evidencia ainda, o desconhecimento e/ou a confusão dos consumidores sobre o que é um produto agroecológico e um produto orgânico.

solo, até as concepções socioeconômicas dos agricultores – que não buscam a quantidade de produção em detrimento da qualidade. A transição agroecológica⁵⁵, nesse processo de produção em agrossistemas, é norteadora de toda a discussão acerca da agroecologia, pois, a agricultura agroecológica acontece em níveis, a médio e longo prazo. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004); (ALTIERI, 2004).

A agricultura agroecológica constitui um desafio para os camponeses acostumados ao pacote químico ou que receberam terras degradadas, por isso é importante que haja a transição. Nesse sentido, vejamos a fala de Araticum:

Vou fazer uma calda de mamona, por exemplo, tem que ficar, pelo menos, 15 dias curtindo no álcool pra eu usar. Quer dizer, não dá pra mim fazer isso imediato. [...] é na onde que todo mundo falha, é na onde a maioria das pessoas que trabalham com agroecologia acaba desistindo, porque muitas vezes a pessoa não consegue esperar... a pessoa não consegue ter esse tempo, porque é... hoje o que eu falo muito pro pessoal aqui, é isso ai, né? Quem quer trabalhar com agroecologia ela tem que ter isso na cabeça. Então quer dizer, por causa disso a gente tem um processo chamado transição, porque se você hoje for falar: 'vô começar agroecológico', cê não começa. Cê não começa porque, você não vai esperar 30 dias pra comer, suas contas não vai esperar 60 dias pra pagar... você tem que gerar... você tem que gerar [...]. (Entrevista concedida em 15 de jan. 2019).

Segundo Caporal e Costabeber (2004), apesar de a agroecologia objetivar auxiliar produções em agrossistemas, não há um método certo para as ações. Essa falta de caminhos únicos para atingir algum resultado, deve-se a dois dos seus princípios: a prática e o movimento – a agroecologia potencializa os saberes endógenos, numa dimensão local. Proporciona, dessa forma, uma construção contrária do conhecimento embasado no positivismo lógico. (PETERSEN *et al.* 2009).

Para os supracitados autores:

A tradução prática da visão agroecológica nos movimentos sociais do campo se expressa em duas frentes de resistência que se complementam mutuamente. De um lado, nas lutas contra políticas públicas que amparam e estimulam a expansão da agricultura industrial. De outro, no estímulo a dinâmicas sociais voltadas à experimentação agroecológica. Ambas as frentes integram-se como faces de uma mesma moeda, evidenciando que a Agroecologia pode ser apreendida simultaneamente como enfoque científico e como movimento social. (PETERSEN *et al.* 2009, p. 86).

No entanto, a transição agroecológica vista como potencializadora endógena, possui alguns desafios, são eles: a) a redução da utilização de insumos químicos na

⁵⁵ Segundo Caporal e Costabeber (2004), a transição agroecológica tem muitas variáveis: cultural, política, ética de produção, socioeconômicas e ambientais.

agricultura convencional; b) a substituição total dos pacotes químicos e manejo do solo de forma convencional – nesse nível é comum que apareçam alguns problemas semelhantes a agricultura convencional, pois, a utilização errada das práticas sustentáveis, pode trazer algum desequilíbrio no ecossistema; c) redesenho dos ecossistemas, atingindo e potencializando suas funcionalidades nos processos ecológicos (GLIESSMAN, 2000 apud CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Ao falarmos de potencialidades endógenas, incluímos os saberes populares da lida com a terra e a forma como se organiza a economia camponesa – no caso dessa pesquisa. Nesse sentido, concordamos com Caporal e Costabeber (2004) na definição do que é a transição agroecológica sob bases de uma agricultura sustentável:

Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender *requisitos sociais*, considerar *aspectos culturais*, preservar *recursos ambientais*, considerar a *participação política e o empoderamento dos seus atores*, além de permitir a obtenção de *resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade*, com uma *perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável*. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 15. Grifo dos autores).

O desenvolvimento sustentável a serviço do modo de produção capitalista, diferencia-se da sustentabilidade entendida a partir da agroecologia. Para o modo de produzir capitalista, suas ações de desenvolvimento rural sustentável servem para atender interesses do capitalismo verde e da produção orgânica. A transição agroecológica, quando percorre seus três níveis (diminuição dos insumos químicos, substituição dos insumos químicos e redesenho o agroecossistema), atinge a sustentabilidade, ou seja, tem seu potencial endógeno (figura 10) fortalecido pela produção feita em agroecossistemas sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Logo, gera autonomia com baixa dependência exógena.

CAPÍTULO III – GEOGRAFIAS CAMPONESAS NO PA 20 DE MARÇO, EM TRÊS LAGOAS/MS: CAMINHOS AGROECOLÓGICOS

“Minha terra é a terra que é minha
E sempre será
Minha terra tem a lua, tem estrelas
E sempre terá.”
(Metal contra as nuvens – Legião Urbana)

Figura 10 – PA 20 de Março, Três Lagoas (MS): arar a terra para plantar



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 8 de dez. 2020.

3.1 Agroecologia e Desenvolvimento Endógeno: a importância do local

A dicotomia entre seres humanos e natureza segue um modelo ocidental. Essa forma de evolução, que tornou o homem um ser não natural, teve seu ápice no desenvolvimento das forças produtivas de modo de produção capitalista, transformando tudo em mercadoria, substituindo os valores de uso pelos valores de troca.

Entendemos mercadoria como tudo aquilo que possui utilidade, cujo valor de troca (medido pelo trabalho humano igual) é independente do valor de uso (medido pelas diferentes qualidades de tempos de trabalhos). O valor de uso dá suportes materiais para a existência do valor de troca⁵⁶, isso porque, para que a mercadoria possua valor, ela precisa ser útil para mais de uma pessoa. (MARX, 2013). Nesse sentido, Marx (2013) explica:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [*Bestimmtheit*] quantitativa, como uma dúzia de relógios, 1 braça de linho, 1 tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. (MARX, 2013, p. 158. Grifos do autor).

Compreendendo o valor de uso e valor de troca para as relações sociais, enxergamos a agricultura convencional como insustentável a longo prazo porque atenta contra a vida e é estruturada nas bases do valor de troca, pois, transforma em mercadoria aquilo que não é fruto do trabalho humano e/ou possuidor de valor de uso, a exemplo da terra e todos os seus frutos. Dessa forma, é importante se pensar/fazer uma produção de forma responsável no presente e para o futuro ao

⁵⁶ O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]. (MARX, 2013, p. 97. Grifos do autor).

[...] consolidar um novo paradigma de desenvolvimento rural, que considere as seis dimensões (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética) da sustentabilidade. Como enfoque científico e estratégico de caráter multidisciplinar, a Agroecologia apresenta a potencialidade para fazer florescer novos estilos de agricultura e processos de desenvolvimento rural sustentáveis que garantam a máxima preservação ambiental, respeitando princípios éticos de solidariedade sincrônica e diacrônica. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 19).

Nesse sentido, articula-se junto com a produção científica brasileira a criação de organizações que objetivam construir um conhecimento científico a serviço da sociedade, a exemplo da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), no início dos anos 2000. Sobre as articulações para os eventos de Agroecologia, vejamos:

A realização do I Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2003, concomitante ao V Seminário Estadual e ao IV Seminário Internacional, começou a atender a essa enorme demanda reprimida para a apresentação, publicação e debate de trabalhos científicos na área. A criação de uma sociedade científica que a partir de então assumisse a organização desses congressos foi uma importante deliberação tomada naquele momento. Logo no ano seguinte, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Agroecologia, também em Porto Alegre, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) foi confirmada em plenária. Com objetivo principal de *unir em seu quadro social todos aqueles que profissionalmente ou não se dediquem à Agroecologia e a Ciências afins* (estatuto da associação), a ABA-Agroecologia toma para si o desafio de manter e fortalecer os espaços científico-acadêmicos, como congressos e seminários, assim como promover a divulgação do conhecimento agroecológico elaborado de forma participativa por meio de publicações. Ademais, compromete-se a se engajar no processo político em defesa da agricultura familiar e da agrobiodiversidade. (PETERSEN *et al.* 2009, p. 96. Grifo dos autores).

A agroecologia como ciência busca, a partir das contribuições da Economia Ecológica, preocupa-se com o valor e não o preço. (COSTABEBER; PAULUS, 2009).

Portanto, a agroecologia quer fortalecer os valores de uso (utilidade das coisas passível ou não de venda/compra para cada indivíduo), para que ocorram os socialmente justos valores de troca (mercadoria precificada, materializada e mensurada por meio do trabalho humano abstrato e cristalizado).

A agroecologia na busca por alternativas ao modelo convencional de produção de alimentos, precisa desenvolver seu caráter científico fundamentado em agriculturas de bases ecológicas para avançar na construção de um novo paradigma científico. (COSTABEBER; PAULUS, 2009).

Os autores supracitados, apontam para algumas contribuições buscadas pela agroecologia nas diversas ciências, evidenciando a sua complexidade e multidimensionalidade. As contribuições buscadas na Física evidenciam o desequilíbrio do ecossistema produzido pelo monocultivo (práticas exógenas que degradam a vida e não vida). Uma Agronomia aproximada da ecologia, auxilia no redesenho dos ecossistemas e no manejo do solo aliando ciência e saber popular na produção, procurando articulação entre os componentes do agroecossistema. A Educação e a Comunicação a serviço da agroecologia possibilita o movimento de expansão e complexidade de seus princípios (prática, movimento social e ciência), logo a Educação e a Comunicação, nesse sentido, são indissociáveis. A Educação para agroecologia, mantém vivas as práticas/saberes populares, e a Comunicação é o movimento, pois, na mesma medida em que se ensina, se aprende. Por sua vez, a História pode contribuir com a ideia de metabolismo social, em que sociedade e natureza são compreendidos como algo indissociável, uma coevolução ao longo do processo histórico que nega o atual distanciamento sociedade e natureza.

Endógeno é outro conceito importante para a agroecologia. Este é entendido como movimento possuidor de uma dinâmica própria e local que assimila e incorpora elementos externos, os dissolvendo nas práticas internas, desde que, sejam necessários e que respeitem os princípios e dinâmicas dos processos internos. (GUZMÁN, 2001).

Ao compreendermos a importância do endógeno para as dimensões da agroecologia, enxergamos a realização das práticas endógenas no conceito de lugar, assim, segundo a Profa. Dra. Ângela Massumi Katuta,⁵⁷ primeiramente temos que definir o que é conceito: um instrumento para olhar a realidade e compreendê-la. Nesse sentido, não é possível compreender a realidade e fazer a crítica sem a teoria, sem entender os conceitos. A centralidade dos estudos está na humanização e emancipação dos sujeitos por meio das práticas sociais e territoriais em diferentes níveis de conhecimento, sendo a prática social inerente a vivência do sujeito. Vejamos a explicação transcrita de Katuta:

Todos nós somos intelectuais, mas, apenas alguns trabalham com intelectuais. Os conhecimentos, conteúdos são fundamentais para

⁵⁷ Fala num colóquio de estudos feito pelo Programa de Educação Tutorial (PET) de Geografia da UFMS/CPTL. PET Geografia CPTL. **Colóquio Estudos geográficos do lugar: caminhos de pesquisa.** Youtube. 74 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=76Ukxy13vrc&ab_channel=PETGeografiaCPTL&fbclid=IwAR2v4raJ6FKdy-4gPMBuxCbG3SxKWcZ1m1egFR1tf3V7nSWVzmyR98gdMe8>. Acesso em: 20 nov. 2020.

pedagogia marxista. É por meio deles que a gente muda qualitativamente a forma de pensar o mundo, portanto a forma de estar e, portanto, ser no mundo. Nós só somos porque estamos no mundo. E é isso que a Geografia nos auxilia: a compreender que as nossas identidades, os nossos conhecimentos, eles são territorialmente produzidos, geograficamente produzidos.

Ao compreender que os conceitos explicam e ajudam a entender a realidade, a luta também acontece para acessar os conteúdos – culturais e historicamente produzidos – e conhecimento que a classe hegemônica domina e, assim, entender a realidade concreta.

Segundo a Profa. Dra. Ângela Katuta, a Geografia, a partir da década de 1980, produziu diferentes grafias sobre o estar e ser dos indivíduos no mundo. E a percepção das formas concretas e suas disposições territoriais, são entendidas como a linguagem do modo de produção que são específicos e reforçam as características do lugar. É no local que os modos de produção e grafias sobre ser e estar no mundo se expressam. As bases territoriais historicamente determinadas, são distintas, a exemplo do lugar dos assentados e do agronegócio, possuidores de dois modos de produção distintos. A realidade mostra diferentes modos de produzir o espaço, diferentes modos de Geografia.

Para a referida professora, o conceito de lugar como instrumento para compreender o mundo, por meio das categorias da prática ou porções da realidade selecionadas, busca o ponto de partida na análise empírica (por vezes alienada), para o entendimento da realidade concreta. O ponto de partida de análise deve partir do local para outras escalas (regional, estadual, nacional e internacional), uma vez que, o mundo é globalizado. É preciso que os sujeitos entendam que são reprodutores e produtores do espaço do capital, para transformar a realidade.

Parafraseando a fala da supracitada professora, a percepção sobre a realidade concreta do local passa pelo vivido/percebido (singular), isso quer dizer perceber, de forma multiescalar, as coisas do e no mundo a partir do lugar. Dessa forma, o processo cognitivo mediado, passa para aquilo que efetivamente é pensado/representado (particular). A teoria é o meio para o entendimento do lugar, sendo este, o ponto de partida e de chegada.

A definição e a escolha do conceito de lugar é importante, uma vez que, construído por diversas correntes, possui contornos e enfoques diferentes, alguns mais distantes do local, como o conceito de lugar amparado pela fenomenologia e

existencialismo, cuja possibilita a apreensão do lugar segundo sua potencialidade mercantil, a exemplo da vocação florestal dada ao município de Três Lagoas.

Para Katuta (2020), numa perspectiva marxista, o lugar não é somente onde a essência de ser está enraizada, o lugar é a:

[...] síntese de múltiplas determinações no contexto da materialidade do capital e das relações de poder. O lugar é visto nessa perspectiva [...] como construção social. O lugar é uma relação que se dá espaço-temporalmente num determinado ambiente, num determinado ecossistema e, que resulta, portanto, direta e/ou indiretamente nas relações com o capital e isso, obviamente, num contexto planetário, por conta de um processo de globalização.

Para Katuta (2020) o lugar, seguindo a lógica mercantil, é imposta a dinâmica de elementos externos à cultura dos indivíduos enraizados ali, isso forma uma hierarquia dos lugares e, assim, dos povos. O conceito de lugar adotado aqui, legitima as diversas formas de violência, como é o caso da xenofobia. O local apresenta-se reacionário, estabelecendo fronteiras nos lugares e dando a sensação de que os sujeitos são únicos no mundo.

De acordo com Katuta (2020), é preciso compreender o lugar no sentido progressista: como lugar de encontro, multiescalar, de processos, identidade e relações múltiplas dos sujeitos – cujas camadas de sobrepõem – e possuidor de conflitos internos. O conceito de lugar progressista é fundamental para entendimento da realidade, pois auxilia a compreender as contradições sociais, geradoras de conflitos, contribuindo para romper com a alienação dos indivíduos e, a partir daí, possibilitar a modificação de forma crítica da realidade, produzindo outros espaços. Precisamos romper com as percepções de lugar/local ancoradas na vertente que potencializa a visão mercantil capitalista do espaço.

O fortalecimento das práticas endógenas no local não excluí as tecnologias e a construção do conhecimento científico, apenas modifica o pilar central para aplicabilidade da ciência. As práticas, projetos e técnicas que eram usadas de forma a alimentar o lucro capitalista, no enfoque agroecológico são usadas para servir e resolver demandas e questões locais, dentro dos princípios norteadores da agroecologia.

Segundo Guzmán (2001), há algumas características nesse processo endógeno para ocorrer centralidade das ações e técnicas: a) integralidade: estratégias de desenvolvimento a favor das demandas das comunidades locais; b) Harmonia e equilíbrio: a produção deve prezar pelo equilíbrio entre sistema econômico e

ecológico; c) autonomia de gestão e controle: a gestão pública deve ser aliada (e não protagonista) às demandas e dinâmicas das comunidades locais; d) minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas: o modo de produzir e de comercializar a produção, está intimamente ligado ao que se espera quando se produz. Na produção convencional, todo o processo de produção e comercialização, geram dependência e trabalham com escalas grandes (tanto na retirada de matérias-primas, circulação, até a venda em grande número da produção), a produção baseada nos princípios agroecológicos, objetiva a qualidade e diversidade, não a quantidade; e) Manutenção e potencialização dos circuitos curtos: consiste no fortalecimento dos canais curtos de comercialização, que podem tornar-se mais longos de forma solidária, acabando com dependência externa no processo produtivo; f) Utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais: consiste no entendimento sobre a sazonalidade da natureza e em como isso pode potencializar a produção local (ex: plantar as folhosas no inverno).

Esse modelo é complexo, multidimensional e não possui limites na absorção das diversidades de conhecimentos: desde saberes populares aos científicos. A agroecologia, dessa forma, busca a articulação das ciências sociais e naturais, ao contrário do paradigma da ciência convencional que primou pela separação a fim de justificar a ideia de natureza a ser dominada, externa a sociedade. (COSTABEBER; PAULUS, 2009).

Agriculturas de bases ecológicas buscam distinguir os conceitos agroecológicos das práticas convencionais (aliançadas com a utilização de recursos não-renováveis e princípios da Revolução Verde). É necessário distinguir agriculturas de bases ecológicas, embasadas nos princípios da agroecologia, das agriculturas alternativas, cujas práticas e técnicas objetivam a produção de alimentos “limpos” (amparados somente a não utilização dos pacotes químicos na produção), produtora do alimento orgânico para o mercado, sem outra pretensão que fuja dos lucros. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A simples substituição dos pacotes químicos na produção, não garante a plenitude dos princípios agroecológicos dentro das agriculturas de bases ecológicas. Inclusive, um mau manejo do solo, com quantidades de minerais mensuradas de forma errada, pode causar contaminação e desequilíbrio do agroecossistema. É preciso um entendimento das questões sociais e econômicas, cujas, estão intrínsecas ao modo de produção e consumo dos alimentos.

Parafraseando Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia, como perspectiva de futuro sustentável, é a soma de conhecimentos e práticas diversas, que, adotando o agroecossistema como unidade de análise, objetiva a transição (considerando aspectos socioeconômicos), com o auxílio científico de vários campos do saber. Nesse sentido, a dimensão do local é indispensável, uma vez que a agroecologia tem uma base física, ou seja, é alimentada por modos de vida, no caso camponeses, com saberes construídos no chão, na terra de trabalho.

Segundo Guzmán e Molina (1995), é possível repensar o conceito de desenvolvimento de uma forma diferente do proposto pelo modo de produção capitalista: um desenvolvimento rural mais harmonioso via transição agroecológica.

Para pensar na transição, os autores fizeram breve interpretação sobre os estudos de Marx, cujo associa a transição a dinâmica econômica, assim, explicam as diferentes linhas de estudos sobre o desaparecimento dos camponeses. Nesse sentido, nas análises de Marx e marxistas (marxismo ortodoxo), os camponeses tenderiam ao desaparecimento, uma vez que se tornariam pequenos burgueses ou proletariados e, dessa forma, não seriam considerados entraves à revolução. (GUZMÁN; MOLINA, 1995).

Dentro do marxismo ortodoxo, o conceito de transição está ligado a dinâmica econômica do desenvolvimento das forças produtivas, nesse sentido, seria necessário passar pelo feudalismo para se chegar ao socialismo e, assim, ao comunismo. (GUZMÁN; MOLINA, 1995).

A resposta para uma ressignificação do conceito de transição em Marx, ficaria a cargo do “neomarxismo”:

En efecto, aunque fueron ambos quienes sentaron las bases teóricas del Marxismo Ortodoxo en la Cuestión Agraria (hasta aquí caracterizado a través de una lectura, por parte de sus seguidores, de sus obras en el 'contexto teórico distorsionado' de El Capital) también han sido ellos quienes, en el seno de los Estudios Campesinos y de la Sociología de la Agricultura han contribuido a la renovación teórica del neomarxismo que desembocaría en la Agroecología. (GUZMÁN e MOLINA, 1995, p. 08).

O desenvolvimento do capitalismo não é homogêneo, ou seja, não se desenvolve da mesma forma em todas as frações do território, embora ele seja hegemônico até mesmo onde está pouco desenvolvido.

No marxismo ortodoxo, a transição ocorre centro-periferia: sendo o centro, aquele cujo o capitalismo se desenvolveu mais (tendo menos relações sociais e

econômicas heterogêneas) e periferia (tendo mais relações sociais econômicas heterogêneas). Essa corrente teórica, apresenta um desenvolvimento unilateral: as relações socioeconômicas heterogêneas se renderiam ao desenvolvimento capitalista. (GUZMÁN; MOLINA, 1995).

Ao considerar as especificidades dos camponeses enquanto classe, as correntes teóricas neomarxistas alimentam a ideia de que esse desenvolvimento não ocorre de forma unilateral (centro para periferia).

Para Guzmán e Molina (1995), o conceito de transição dentro do desenvolvimento socioeconômico, é multidimensional, pois as diversas culturas heterogêneas possuirão maior ou menor relevância para outros grupos, segundo a sua flexibilidade.

Para o fortalecimento da resignificação do conceito de transição, a dimensão local/comunidade e a construção do real coletivo, são indispensáveis, pois, essa proposta precisa desenvolver-se da melhor forma possível na escala local, levando em consideração os princípios agroecológicos.

3.2 Ecologia dos Saberes: Interação do saber científico e camponês

Nos últimos 1950 anos, a produção do conhecimento científico tem sido embasada na “ciência enxuta” e, muitas vezes, a matematização das relações sociais escamoteiam a realidade. Outra característica é o movimento de especializações que não permitem a busca pela aproximação da realidade de forma a contemplar o fragmento em articulação com um todo. Segundo Gitahy (2008):

Essa tendência promove o aprofundamento do movimento de especializações, não deixa espaço para reflexão e promove epidemias de doenças ocupacionais, repetindo o evento que assistimos no interior das empresas industriais. (GITAHY, 2008, p. 11).

E preciso a ciência feita da reflexão a partir das relações sociais, orientadas pela solidariedade com os outros mundos que compõe o mundo. Assim, é necessário levar em consideração a emancipação social (produções acadêmicas, cujas trabalham com o cotidiano e demandas diretas das comunidades e movimentos sociais, mostrando o sucesso dos “saberes ecológicos” para a economia desses sujeitos, e, evidenciando uma nova forma de fazer e socializar a ciência). (GITAHY, 2008).

Essa articulação de saberes universitários e não-universitários (tratados simetricamente) pode ter um grande poder transformador da própria vida universitária. Dessa forma, a relação social entre a universidade e a sociedade pode ser transformadora, não só no sentido da busca da melhoria da qualidade de vida, mas de inovação nas formas de produção do conhecimento. Na interação de diferentes grupos sociais numa relação de mão-dupla e de troca de saberes, há uma tendência a produzir e a socializar conhecimentos novos que contribuam para a superação das desigualdades sociais, temas centrais do debate atual sobre o papel da universidade pública. (GITAHY, 2008, p. 11).

Segundo Sousa Santos 2007, o pensamento moderno ocidental abissal é fomentado por linhas invisíveis que justificam as visíveis e, dessa forma, torna imperceptível o que é diferente do comum.

Em outras palavras, o que embasa a “ciência enxuta” é o pensamento moderno ocidental abissal, uma construção do pensar a realidade a partir de aspectos que interessam as hegemonias da sociedade, criando uma fissura, separando, desconsiderando, tornando inviáveis outras formas de aproximação da realidade feita pelo conhecimento científico.

O conhecimento científico é sinônimo de poder porque impacta a vida das pessoas, portanto, numa sociedade de classes, possui função essencial de controle da população – o grupo hegemônico se privilegia de sua falsa neutralidade.

Numa tentativa de explicar o mundo, partindo dele, mas sem manter um engajamento sério com a realidade mutável, a ciência moderna nasceu dos conhecimentos científicos hegemônicos ocidentais, alimentando as dualidades científicas e desconsiderando outras formas de percepções das realidades para as construções do conhecimento científico. Portanto, a forma de construir um outro paradigma científico emergindo da diversidade de realidades, se baseia na escolha do pesquisador sobre a epistemologia a ser seguida.

O que caracteriza o pensamento ocidental moderno, é a sua capacidade de reproduzir e criar distinções nas linhas invisíveis que cercam as relações sociais (tornando visível somente aquilo que convém), por isso, não tem sua potencialidade reduzida na sua aceitação universal.

Na construção do conhecimento científico, desconsidera-se/inviabiliza-se (pelo monopólio da verdade universal embasada sobre o que é verdadeiro e falso para a ciência, e, no que é aceitável pela filosofia e teologia), os outros saberes:

conhecimentos alternativos (o saber/fazer). (SOUSA SANTOS, 2007). Assim, a visibilidade do pensamento moderno abissal se:

assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas modalidades. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha, que desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 72-73).

O marco das linhas invisíveis que tramam a modernidade e as concepções do que é verdadeiro/falso, legal/ilegal, está depois do século XVI, pois, o pacto civilizatório no seio da colonização, separa o selvagem e o natural do que é aceito pela sociedade. As sociedades construídas sob perspectiva colonial, geradas pela lógica da apropriação/violência, destrói o que está fora do limite aceitável daquilo que é comum (hegemônico), em todos os campos: religioso, cultural e racial. (SOUSA SANTOS, 2007).

No tocante ao direito, a tensão entre apropriação e violência é particularmente complexa em virtude de sua relação direta com a extração de valor: tráfico de escravos e trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais por meio do governo indireto (*indirect rule*), pilhagem de recursos naturais, deslocação maciça de populações, guerras e tratados desiguais, diferentes formas de *apartheid* e assimilação forçada etc. Enquanto a lógica da regulação/emancipação é impensável sem a distinção matricial entre o direito das pessoas e o direito das coisas, a lógica da apropriação/violência reconhece apenas o direito das coisas, sejam elas humanas ou não. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 79. Grifos do autor).

Sousa Santos (2007), aponta dois pontos de crise do paradigma hegemônico: a) os movimentos anticoloniais; b) a intensificação da lógica apropriação/violência na década de 1970 (os projetos para o futuro, encontram nas culturas alternativas princípios com os quais compactuam, tornando-os consequência da lógica apropriação/violência intensificada).

O novo colonial vai se enraizando, não nos moldes como era na era colonial, mas de forma subtendida, entrelinhas, como é o caso dos imigrantes, terroristas e refugiados (são resultados de políticas estabelecidas pela apropriação/violência). Assim, a nova cartografia das linhas abissais, torna-se confusa sobre seus limites. (SOUSA SANTOS, 2007). Nesse sentido:

De forma mais ampla, parece que a modernidade ocidental só poderá se expandir globalmente na medida em que viole todos os princípios sobre os quais fez assentar a legitimidade histórica do paradigma da regulação/emancipação deste lado da linha. Assim, direitos humanos são violados para que possam ser defendidos, a democracia é

destruída para que se garanta sua salvaguarda e a vida é eliminada em nome da sua preservação. Linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal quanto no metafórico. No sentido literal, são linhas que demarcam fronteiras como vedações e campos de morte; dividem cidades em zonas civilizadas (condomínios fechados sem profusão) e zonas selvagens, e distinguem prisões como locais de detenção legal e à margem da lei. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 79).

Nesse sentido, o Estado pode adquirir características fascistas, como é o exemplo: a) fascismo do *apartheid* social (configurado pela exclusão de parte da população a alguns espaços. Temos como exemplo os condomínios fechados); b) fascismo contratual (é aquele que pode vir com as políticas liberais, marcado pelo sucateamento da mão-de-obra e das instituições); c) fascismo territorial (quando a classe hegemônica detém o poder de decisões particulares, impondo-as para toda a sociedade como causas comuns); d) fascismo social (marcado pela exclusão do contrato social das classes não-hegemônicas, essa característica é evidenciada pela negação de direitos ou falta deles). (SOUSA SANTOS, 2007). Sobre as características fascistas que o Estado pode adquirir, Sousa Santos (2007) explica:

Em suma, o pensamento abissal moderno, que deste lado da linha era chamado a regular as relações entre cidadãos e entre estes e o Estado, é agora chamado, nos domínios sociais sujeitos a uma maior pressão por parte da lógica da apropriação/violência, a lidar com os cidadãos como se fossem não-cidadãos e com os não-cidadãos como se fossem perigosos selvagens coloniais. Assim como o fascismo social coexiste com a democracia liberal, o estado de exceção coexiste com a normalidade constitucional, a sociedade civil coexiste com o estado de natureza e o governo indireto coexiste com o primado do direito. Longe de ser a perversão de alguma regra normal, fundadora, esse estado de coisas constitui o projeto original da epistemologia e da legalidade modernas, ainda que a linha abissal entre o metropolitano e o colonial tenha se deslocado, transformando o colonial numa dimensão interna do metropolitano. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 83).

Portanto, é necessário pensar em alternativas socioambientais que fujam da apropriação/violência para gerar lucro.

Nesse sentido, faz-se necessário superar a monopolização da ciência ocidental (abissal), dando lugar ao paradigma emergente, embasado na ecologia dos saberes e nas práticas sociais como meios alternativos de quebrar a hegemonia da apropriação/violência que percorrem os campos da ciência, religião e filosofia (pós-abissal), por meio da co-presença radical (o reconhecimento de um bem comum entre indivíduos). Portanto as análises da realidade devem ser pensadas para além as formas que compõe o pensamento abissal dos métodos da monopolização científica.

Para Sousa Santos (2008), esse paradigma emergente, é construído no elo das ciências sociais e ciências biológicas e preconiza:

As novas ciências, que se desenvolveram dramaticamente a partir de meados do século XX, são anti-reducionistas. Em vez do simples, o complexo; em vez de reversibilidade, a irreversibilidade; em vez do tempo linear, os tempos não lineares; em vez da continuidade, a descontinuidade; em vez da realidade construída ou criada, os processos de criação e as qualidades emergentes; em vez da ordem, a desordem; em vez da certeza, a incerteza; em vez do equilíbrio, a instabilidade e as ramificações (*'branching'*); em vez do determinismo e dos sistemas lineares, o caos e o caos determinista e a teoria das catástrofes: em vez da propriedade da investigação da relação causa-efeito, a propriedade da investigação dos meios para atingir objectivos; em vez da separação entre sujeito-objecto que é sujeito; em vez da separação observador e observado, o observador na observação; em vez da separação entre o pensar e o agir, a interactividade entre ambos no processo de investigação. (SOUSA SANTOS, 2008, p. 141. Grifo do autor).

Nessa perspectiva, a construção do conhecimento científico é pautada na coletividade de realidades vividas, na diversidade de percepções sobre o real e na vivência não linear e mutável da história construída no local-global. Em outras palavras, consiste na superação das culturas hegemônicas – intrínsecas à expansão do modo capitalista de produção.

Parafraseando Santos (2001) e Sousa Santos (2008), o pluralismo de ideias e percepções, é inerente às culturas resistentes (a exemplo das culturas encontradas no hemisfério sul), entendido como pensamento utópico: uma nova globalização feita pela diversidade das realidades e redes locais.

Dentro da diversidade epistemológica, há duas vertentes: o pluralismo interno – caracterizado por questões que vão desde o entendimento do que é objeto e sujeito, até os caminhos teóricos trilhados, muitas vezes embebidos da perspectiva ocidental – e o pluralismo externo – fundamentado nas diversidades epistêmicas de infinitas culturas: uma ecologia de saberes. (SOUSA SANTOS, 2008).

A ecologia dos saberes e as ciências feitas por meio do “cosmopolitismo subalterno”, tem ganhado força nas últimas décadas, entretanto, a crença na ciência ainda é a ideia mais aceita, é hegemônica. A ciência é concebida pela junção entre as ideias e as crenças. “A relação entre crenças e idéias como duas entidades distintas passa a ser uma relação entre duas maneiras de experienciar socialmente a ciência.” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 86).

A ecologia dos saberes representa uma forma pós-abissal na construção do conhecimento científico, uma vez que busca responder e representa as demandas sociais, construindo hierarquias de saberes (atemporal e transescalar). Sem ignorar o que é real e o conhecimento não-científico, a ecologia dos saberes compreende que não é impossível a utilização das técnicas modernas, entretanto, no fazer ciência, não compreende como só uma possibilidade a inserção das técnicas, e, parte da ideia de que essas últimas, sirvam toda a sociedade (sem linhas divisórias). Para Sousa Santos (2007, p. 87-88):

Na ecologia de saberes, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica simplesmente a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que têm se tornado visíveis por meio das epistemologias feministas e pós-coloniais, e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos.

E ainda:

É próprio da natureza da ecologia de saberes constituir-se mediante perguntas constantes e respostas incompletas. Aí reside sua característica de conhecimento prudente. A ecologia de saberes nos capacita a uma visão mais abrangente tanto daquilo que conhecemos como daquilo que desconhecemos, e também nos previne de que aquilo que não sabemos é ignorância nossa e não ignorância em geral. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 94).

A ecologia de saberes ou ecologia de práticas de saberes, representa a força contra-hegemônica, é a diversidade cultural e epistemológica como motor para compreensão da realidade a partir das práticas vivenciadas no decorrer da história, são as ideias que desmancham as crenças nos dogmas da ciência hegemônica.

Na ecologia de saberes, aquilo que se aprende sem desconsiderar os próprios conhecimentos em dados momentos, faz parte de um processo de interconhecimento: a absorção do conhecimento – aquilo que, reciprocamente, se aprende – e desqualificação da ignorância – aquilo que é esquecido, desaprendido, diante do entendimento da importância do novo conhecimento, cujo corresponde à realidade. (SOUSA SANTOS, 2008).

A ecologia de saberes busca a justiça cognitiva, dessa forma, é embasada na ética, nos conhecimentos alternativos engajados a prudência no uso das tecnologias à realidade, no respeito a diversidade cultural, na busca da superação das dicotomias

e dogmas científicos, na mensuração da importância da fabricação e uso das técnicas produzidas pela ciência para o meio, nos limites internos e externos inerentes ao conhecimento, no conhecimento, interconhecimento e reconhecimento, na construção do conhecimento por diferentes formas de saberes e sujeitos. A ecologia de saberes, não desconsidera o conhecimento e as técnicas produzidas pelo mundo ocidental, somente os tornam inadmissíveis como única forma de produzir/fazer ciência frente a diversidade (cultura, epistemológica e do que é real).

A ecologia de saberes é elemento fortalecedor da agroecologia e, assim, colabora para a superação da centralidade do dinheiro. Sobre isso, Santos (2001), aponta para uma nova globalização, embasada na superação da centralidade do dinheiro alimentado pela tirania da informação e das técnicas a serviço de uma hegemonia econômica, por uma centralidade do homem, onde a vida, a solidariedade e culturas locais fariam com que a globalização perversa, tivesse sua existência ameaçada por não ter mais uma centralidade concreta.

Para Santos (2001), a mudança em marcha para uma nova globalização feita “por baixo”, é destino da não aceitação da submissão territorial dos países de terceiro mundo a países de primeiro mundo, oriunda dos pactos entre empresas multinacionais e Estados em suas dimensões: culturais, econômicas e políticas. As culturas das massas disseminadas, não atingiriam o local, cujo é fortalecido por culturas populares, tradicionais e herdadas.

Parafrazeando Santos (2001), há então a “nação ativa” (que na verdade é passiva, uma vez que possui um motor externo, não genuíno e impunha uma globalização feita “de cima pra baixo” por meio da tirania da informação e da centralidade do dinheiro), e “nação passiva” (que deveria ser considerada ativa, pois, é enraizada, fomenta as dinâmicas locais próprias através da cultura e possui formas próprias de conhecimento e modos de vida).

Nesse sentido, um novo projeto centralizado no homem, nos diversos modos de vida, culturas e conhecimentos, é entendido como utópico frente a hegemonia não homogênea da centralidade do dinheiro. Por não ser homogênea, não sucumbe todos os lugares possuidores de dinâmicas próprias, e, é na escassez e mazelas humanas, as quais são resultados da hegemonia capitalista, que uma nova globalização encontra força motriz da tomada da autoconsciência e, a partir desta, de uma consciência coletiva, partilhada e construída com o auxílio das técnicas dóceis. (SANTOS, 2001).

Para a realização desse novo projeto centralizado na vida humana e não humana, Sousa Santos (2018) aponta à luta pela legitimidade na produção do conhecimento científico não-hegemônico, cuja acontece em quatro áreas de domínio:

- **Acesso:** os métodos de acesso à universidade pública de qualidade a estudantes da educação básica pública, cujos representam menor número nas universidades públicas, em cursos elitizados. As políticas para acesso e permanência de estudantes da classe trabalhadora (resultado de lutas dos movimentos sociais), reivindicam o papel social (dos conhecimentos alternativos, da ecologia de saberes, da agroecologia familiar camponesa) da universidade na sua tríade: pesquisa, extensão e ensino, tornando a ciência feita nas universidades públicas, menos elitizada.

Tomo a liberdade nessas linhas de minha dissertação em exemplificar com o meu ingresso na UFMS/CPTL. Filha de assalariados, com toda formação (uma vida no gerúndio) dentro das escolas públicas, ocupei por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), uma cadeira no curso de Geografia, me graduando em 2017 e, mais tarde no ano de 2018, retornando para o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO).

No aprimorar da rotina de estudos das disciplinas (primeiro contato com o ensino), em 2014, conheci alguns camponeses do Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul, numa saída de campo ao PA São Joaquim (Selvíria – MS), da disciplina “Geografia Agrária” ministrada pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida. A partir daquele ano, em contato com o LABET (hoje, GeoAgrária), participei dos projetos de extensão, com destaque para o NEDET e Dinamizando a Agricultura Familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas-MS (divisores de águas na minha vida acadêmica e marcos para os projetos posteriores do GeoAgrária).

A pesquisa entrou na minha vida entre a graduação e as ações do GeoAgrária, articulada com ensino e extensão, que resultou na realização da monografia⁵⁸ e dessa dissertação, que tem nos camponeses e na agroecologia do PA 20 de Março o cerne da recriação de caminhos alternativos de produção e comercialização como forças potencializadoras da Reforma Agrária em Três Lagoas, dando visibilidade a essas

⁵⁸ Monografia intitulada: “As contradições do cerceamento das políticas públicas para a Educação do Campo em Três Lagoas (MS): Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Trannin e Escola Municipal Profa. Elma Garcia Lata Batista”, orientada pelo Prof. Dr. Sedeval Nardoque e defendida em 2017.

práticas alternativas frente aos desafios impostos em terras cuja concentração fundiária cerca a agricultura familiar camponesa.

- **Extensão:** a extensão dentro da universidade é a possibilidade de a sociedade apresentar suas demandas. A extensão coordenada e orientada por docentes que entendem a demanda social, impede a “terceirização disfarçada” das ações da universidade a serviço do capitalismo: a extensão não deve objetivar as atividades mais lucrativas.

A busca por uma Universidade viva que valoriza a ecologia dos saberes tem seu alicerce no Bolsão nos projetos do GeoAgrária, nas dimensões do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), colocadas em movimento a favor de uma ciência geográfica dos camponeses e da agroecologia.

Em 2014, foram aprovados dois projetos, sendo eles: das Sacolas Agroecológicas e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão (NEDET-Bolsão)⁵⁹. O projeto das Sacolas Agroecológicas, consistia na compra da produção em transição agroecológica do PA 20 de Março pela comunidade acadêmica (figura 11).

Figura 11 - Sacolas Agroecológicas na UFMS/CPTL



Fonte: Acervo LABET. **Foto:** MACEDO, F. R. 18 de ago. 2015.

⁵⁹ Tal núcleo é resultante do Projeto Implantação e Manutenção do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão/MS, do Edital CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, coordenado pelo Prof. Dr. Sedeval Nardoque. Esse projeto, juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), encerrou em 2017.

No ano de 2015, o projeto da Feira Agroecológica foi aprovado e a dinâmica das Sacolas Agroecológica modificou-se, passou-se a entrega direta dos pequenos agricultores aos consumidores, assim, estreitou-se a relação consumidor-agricultor e possibilitou maior conhecimento sobre a origem e de como é feita a produção vendida, corroborando para a quebra dos mitos de improdutividade que cercam a potencialidade da agricultura agroecológica camponesa, dando visibilidade à Reforma Agrária exitosa.

Atualmente são vendidos na feira agroecológica na UFMS/CPTL (figuras 12 e 13), mais de 30 diversidades de produtos: abóboras; almeirão; bananas; berinjelas; bolachas de nata (beliscão); bolos de mandioca e de milho; cebolinhas; cenouras; coentros; compotas de mamão; couves; doces de banana e de leite; geleias de acerola e amora; hortelã; jilós; limões; mandiocas; maracujás; maxixes; mel; pães; pimenta biquinho (in natura); pimenta malagueta (em conserva); pimentões; polpas de frutas; queijos; rabanetes; requeijão; roscas; rúculas; salsa; sopa paraguaia; tomates cereja; dentre outros.

Figura 12 - Feira agroecológica na UFMS/CPTL, diversidades de hortaliças, legumes e frutas



Fonte: trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 15 de fev. 2017.

Figura 13 - Feira agroecológica na UFMS/CPTL, diversidades de pães, doces, geleias e mel



Fonte: trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 15 de fev. 2017.

- **Pesquisa-ação:** A pesquisa-ação é a responsabilidade social dos projetos fomentados pela universidade. Os objetivos da pesquisa-ação, caminham juntos com as comunidades, organizações e movimentos sociais para a resolução de problemas das populações excluídas.

Em 2017, a transição agroecológica na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul teve outra vitória: a aprovação da Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão – MS. As ações começaram em 2018 e objetivam:

Contribuir para transição agroecológica por meio da criação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Território Rural do Bolsão, Estado de Mato Grosso do Sul, e para articulação das políticas públicas integrantes da matriz da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Especial esforço para ações de ensino, extensão e pesquisa voltadas à transição agroecológica proporcionando superação das desigualdades de renda e gênero via articulação institucional e operacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.⁶⁰

Com a aprovação desse projeto de pesquisa a serviço dos camponeses e da agroecologia, criou-se o Núcleo de Estudos em Agroecologia do Bolsão (NEA – Bolsão), envolvendo parceria com diversas instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)⁶¹; EMBRAPA; Agraer; UFMS; Instituto Federal de Mato

⁶⁰ Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – Casa Civil/CNPq Nº 21/2016.

⁶¹ Principal referência das ações do projeto NEA.

Grosso do Sul (IFMS); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Articulação pesquisa e extensão públicas a serviço do povo para suprir o espaço deixado pela ausência do Estado, enfrentando assim o saber das empresas de celulose na organização produtiva e política dos agricultores do Bolsão.

As ações desse projeto iniciaram-se experimentalmente no PA 20 de Março. As primeiras atividades foram iniciadas no começo do ano de 2018, com uma reunião cujos participantes foram: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel da UFRN, Prof. Dr. Sedeval Nardoque, Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, ambos da UFMS/CPTL, equipe LABET, representantes da Agraer e assentados.

A reunião tinha como pauta, explicar e apresentar o projeto aos assentados e iniciar a organização para dar andamento ao cronograma planejado. Prof. Dr. Locatel explicou que o projeto segue alguns passos: primeiro passo, o autoconhecimento dos assentados sobre sua própria história (quem são os assentados?); segundo passo, é referente ao diagnóstico de tudo o que foi conquistado ou não dentro do assentamento (o que tem no assentamento?); terceiro passo, a partir do autoconhecimento e da visibilidade dos problemas e conquistas, será feito o prognóstico (o que melhorar?).

Nesse sentido, os alunos do PET-Geo e LABET (GeoAgrária), auxiliaram no levantamento das histórias dos assentados sobre a conquista sobre a terra: desafios, momentos marcantes, vitórias e significado do acesso à terra. O relembrar a história, além de autoconhecimento, proporcionou o fortalecimento da ajuda mútua e vínculo com a terra de trabalho⁶².

No primeiro semestre do ano de 2019, foram feitas coletas de amostragens dos solos⁶³ dos 69 lotes pela equipe do Laboratório de Estudos Ambientais (LABORAM), Programa de Educação Tutorial de Geografia (PET-Geo), LABET⁶⁴ e UNESP (figura 14).

⁶² PEREIRA, Alessandra Alves. [et al.] Luta pela terra e identidade comunitária: os caminhos da conquista do assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS. In: Anais 2018 [do]: **XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária** [recurso eletrônico]. – Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. p. 1633-1643.

⁶³ Por meio da técnica da tradagem as atividades foram coordenadas pelo Prof. Dr. Mauro Henrique Soares da Silva membro da equipe do NEA-Bolsão, objetivam construir mapas temáticos do agroecossistema local que possam contribuir para a transição agroecológica.

⁶⁴ Vinculados a UFMS/CPTL).

Figura 14 - Coletas de amostragens de solos pela equipe NEA-Bolsão



Fonte: trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 19 de set. 2018.

O trabalho de tradagem objetiva fazer um perfil geral dos solos do PA 20 de Março, para que se possa auxiliar nas plantações apropriadas para cada tipo de solo, bem como servir de referência como ponte de partida na recuperação agroecológica dos solos.

No fim do primeiro semestre do ano de 2019, iniciou-se também a implantação de uma estufa automatizada para a geração de mudas (figuras 15, 16 e 17). Essa ação do NEA-Bolsão proporcionará maior autonomia camponesa, já que grande parte das mudas são compradas fora do PA 20 de Março. O projeto encontra-se em curso coordenado pelo IFMS-Três Lagoas – parceiro do NEA-Bolsão.

Figura 15 - Estufa de hortaliças no PA 20 de Março, Três Lagoas (MS)



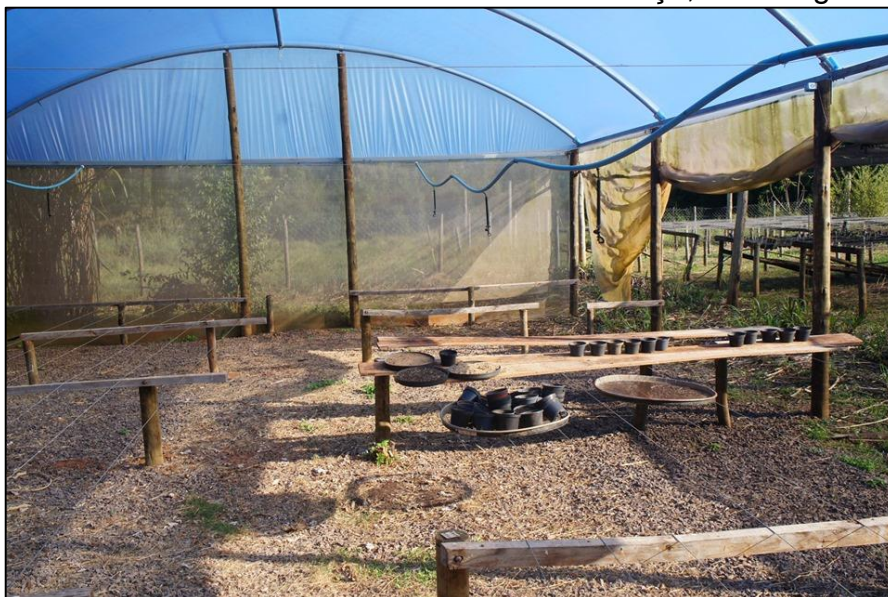
Fonte: Acervo NEA-Bolsão. 10 de mai. 2019.

Figura 16 - Implantação da estufa automatizada no PA 20 de Março, Três Lagoas (MS)



Fonte: Acervo NEA-Bolsão. 10 de mai. 2019.

Figura 17 - Estufa automatizada do PA 20 de Março, Três Lagoas (MS)



Fonte: Acervo NEA-Bolsão. 10 de mai. 2019.

- **Ecologias de saberes:** As ecologias de saberes é o estreitamento entre produção do conhecimento científico das universidades e da diversidade dos conhecimentos populares, por isso, representa a correção da injustiça cognitiva da hegemonia da ciência imposta a países do hemisfério Sul ao longo da história.

As ecologias de saberes são um aprofundamento da pesquisa-acção. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade e, como tal, não pode ser decretada por lei. A reforma deve apenas criar espaços institucionais que facilitem e incentivem a sua ocorrência. A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade. (SOUSA SANTOS, 2018, p. 639-640).

As ações do NEDET - Bolsão tiveram início no ano de 2015 e findou-se no início de 2017. Esse projeto, em especial, apesar de representar possibilidade de apoio público aos agricultores do Bolsão teve grande atraso na liberação dos recursos (um semestre) para a realização do seu objetivo central: promover articulação entre os sujeitos da base social e política dos municípios da região do Bolsão de Mato Grosso do Sul, disseminando a autonomia camponesa através de auxílio em projetos que interessavam os assentamentos (formando para isso, colegiado entre representantes da sociedade civil e autoridades dos oito municípios, e, comitês entre assentados).

Por meio desse projeto de extensão, originou-se o Comitê de Mulheres (entre os assentamentos de Selvíria, Três Lagoas e Paranaíba), cuja organização de forma

autônoma permitiu a continuidade a despeito da extinção do NEDET, haja visto que o Encontro de Mulheres Camponesas do Bolsão⁶⁵.

O supracitado encontro tornou-se marco histórico (figura 18), visto que, simboliza a capacidade de autonomia e organização das assentadas visando promovê-lo duas vezes no ano. Ações como: diagnósticos prévios e orientação de saúde aos assentados; orientação e informação sobre as políticas atuais e as influências dessas para o povo do campo; informações sobre o clima e solos; palestras sobre acesso aos recursos públicos para os camponeses; aulas sobre como fazer e utilização de caldas defensivas, onde e quando usá-las. Essas ações são feitas em parcerias com a EMBRAPA, Agraer, e, com os professores e alunos dos mais diversos laboratórios e cursos da UFMS/CPTL.

Figura 18 - 7º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão: palestra de representante da EMBRAPA sobre caldas defensivas e predadores naturais para equilíbrio ecológico nas roças



Fonte: Acervo NEA - Bolsão. **Foto:** MACEDO, F. R. 16 de mar. 2019.

Outro ponto singular do evento é a partilha farta de alimentos em grande parte doada pelos assentamentos para os participantes (café da manhã, almoço e sobremesa, café da tarde); cantorias de modas de viola e apresentações culturais camponesas; venda e compra de produtos da economia camponesa; troca de

⁶⁵ O evento atingiu na sua 6ª edição seu maior público, no assentamento 20 de Março, com a marca de 400 participantes entre assentados; alunos, professores e servidores da UFMS/CPTL; sociedade civil em geral; parceiros de demais setores públicos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), e, representantes dos governos municipais.

sementes crioulas, também fazem parte do evento, evidenciando elementos do capital simbólico e economia familiar camponesa (figura 19). Sem dúvida, esses eventos representam espaço de diálogo e socialização política do campesinato do Bolsão, espaços que inexistiam na história de luta desses povos.

Figura 19 - 7º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão: fartura e partilha de doces



Fonte: Acervo NEA - Bolsão. **Foto:** KUDLAVICZ, M. 16 de mar. 2019.

Outras atividades relacionadas à transição agroecológica que aproxima ciência e prática, são feitas por meio de algumas pesquisas desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculadas aos projetos de extensão do LABET. Todas essas ações visam dar visibilidade à produção e cultura camponesa promovendo cafés agroecológicos abertos a comunidade acadêmica (figura 20), com cantorias e modas de violas feitas por camponeses (figura 21) dentro da UFMS/CPTL.

Figura 20 - Café agroecológico na UFMS/CPTL



Fonte: Acervo NEA-Bolsão. **Foto:** FERREIRA, J. E. B. 4 de jun. 2019.

Figura 21 - Cantoria no café agroecológico na UFMS/CPTL



Fonte: Acervo NEA-Bolsão. **Foto:** FERREIRA, J. E. B. 4 de jun. 2019.

Esses projetos dão visibilidade aos sujeitos do campo que cumprem a função social da terra, proporcionando diálogo e parcerias que superam ideologias sobre a incapacidade da agricultura agroecológica, dando ênfase a potencialidade da economia camponesa e a Reforma Agrária. Evidencia-se assim a existência de um

modo de vida próprio das famílias camponesas. Em parceria horizontal com essas famílias, a Universidade faz uma produção científica profundamente engajada com a busca de um novo paradigma científico produzido de “baixo para cima”. Que a partir dos espaços “ausentes” encontram na agroecologia um projeto de presente e de futuro, embasados na sustentabilidade e autonomia da produção familiar camponesa. A agroecologia, nesse sentido, apresenta-se como forma alternativa de produção e (re)produção familiar camponesa e é elo entre a ciência e a prática popular.

Sobre a construção do conhecimento científico não-hegemônico, fortalecedor do novo paradigma, Rigotto (2011) discorre:

A Agroecologia, campo científico-social inovador e vivo, está descobrindo caminhos de ser:

- uma ciência que não esteja a serviço do capital e da ampliação da exploração da Natureza e dos seres humanos que trabalham
- uma ciência que vá ao mundo vivido recolher seus objetos de estudo, a partir das lentes da sensibilidade engajada, ao encontro daqueles que sofrem, dos grupos humanos e classes sociais mais vulneráveis;
- que reaprenda a ouvir, com respeito profundo e humildade, os saberes construídos em longa linha do tempo por povos indígenas, afro-descendentes ou comunidades tradicionais;
- que atente para a complexidade dos dramas de nossas sociedades contemporâneas, e saiba pedir ajuda a outros campos de saber para aproximar-se de compreendê-los;
- que reconheça a ancestral interdependência entre todos os seres vivos e a Natureza, e opte radicalmente pela solidariedade como base para a evolução da vida;
- que parta de bases epistemológicas renovadas e avance também na construção inventiva dos caminhos metodológicos, criando novos processos de trabalho em pesquisa, capazes de dar conta de apreender as diferentes dimensões, as inter-relações, as nuances e as sementes de futuro, no que Boaventura dos Santos chamou de hermenêutica da emergência;
- que nunca abra mão de retornar aos sujeitos da pesquisa para apresentar e validar ou não seus resultados, devolvendo a eles a matéria-prima ofertada em forma compatível com sua apropriação;
- que cuide de plantar no coração das novas gerações de pesquisadores o fogo da utopia, o vento bravo do compromisso com os desempoderados e invisibilizados de nosso tempo, a radicalidade da coerência e da ética. (RIGOTTO, 2011, p. 137).

Neste sentido, concordamos com Rigotto (2011) quando, ao analisar a produção do conhecimento científico engendrado com as questões sociais, afirma que precisamos de ciência viva, que dê voz e auxilie nas necessidades da população.

3.3 A Agroecologia dos camponeses: geografias no chão da terra

No decorrer da construção dessa dissertação, o campo e os sujeitos da pesquisa, apareceram na forma de entrevistas. Os relatos são amparados nas lembranças/memórias vividas e construídas, por vezes, de forma coletiva. Decidiu-se trabalhar com fontes orais para apreender a recriação camponesa pelos caminhos agroecológicos por entender que não seria possível aproximação maior da realidade, sem os relatos daqueles que a vivem. Escolhemos para os relatos mulheres em sua maioria, uma vez que não acreditamos em agricultura agroecológica camponesa sem a participação delas. Ao compreender que os caminhos agroecológicos promovem autonomia e abarcam a soberania alimentar “[...] não pode nos escapar despercebida a questão que as mulheres reivindicam e com razão, é que a soberania alimentar tem cara, coração, mão, energias, criatividade das mulheres”. (ZANOTTO, 2017, p. 84).

Dito isso e compreendendo que as memórias condicionam as ações dos indivíduos, algumas considerações acerca da construção desse subitem se fazem necessárias.

As escolhas dos camponeses para essa dissertação, não foram feitas para se extrair números e tampouco se importou aqui em deixar as falas limpas dos erros gramaticais e jargões. As histórias foram contadas porque construiu-se um vínculo durante anos de confiança entre os integrantes do Laboratório GeoAgrária e os camponeses. “Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal”. (BOSI, 1987, p. 01).

O indivíduo pode ressignificar os símbolos de sua memória segundo a aceitação grupal. O grupo pode absorver os símbolos e/ou pode dar novos significados. As memórias construídas em um grupo, quando não vividas pelo sujeito que as evoca, tendem a tomar contornos gerais, assim, as lembranças individuais são mais vivas, numa narrativa própria de quem as viveu. A forma predominante de memória de cada indivíduo, só é possível descobrir levando “[...] o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória”. (BOSI, 1987, p. 29).

Segundo Bosi (1987), há uma diferença entre informação e comunicação. A informação é aquela que nos interessa imediatamente, muitas vezes de fácil esquecimento e que não atravessa a vida do narrador. A comunicação faz com que o

narrador evoque suas vivências e memórias, conte para o receptor, nesse momento, a história do narrador adentra as memórias do receptor de forma que, mesmo após sua morte, as memórias do narrador continuam vivas no receptor. Para Bosi (1987, p. 48):

Entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos.

A memória individual é amparada, por vezes, pela memória coletiva. Tem-se, por exemplo as lembranças do tempo de criança cujas histórias que as compõe são contadas, recontadas e recordadas várias vezes por pessoas próximas daquilo que aquele adulto viveu e guarda como memórias individuais. Numa outra situação, a memória coletiva ampara a memória individual quando dá contorno para lembranças evocadas pelo indivíduo de forma confusa, nublada. (BOSI, 1987).

Os fatos vividos permanecem vivos na memória quando possuem ligações com as ações coletivas. Se as lembranças individuais foram construídas em um outro grupo, podem viver ou não no indivíduo com suas raízes longe das ações coletivas, nessa situação, a presença de alguém que lhe ajude a recordar impede que a lembrança morra. (BOSI, 1987).

Há lembranças coletivas que significam e ecoam individualmente de forma profunda e vivem por anos para o indivíduo, mesmo que para o coletivo ela tenha morrido ou possua pouca importância, assim:

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação[...]. (BOSI, 1987, p. 332 e 333).

Para Bosi (1987), um fato pode ter significados diferentes para diversas pessoas do mesmo grupo, assim as memórias quando evocadas individualmente são construções de vivências, singularidades e seleção daqueles que se lembram junto. Alguns fatores condicionam a seleção do que é relevante lembrar:

- A hierarquia entre aqueles compõe o grupo: os membros tendem a lembrar e absorver as memórias daqueles possuidores de alguma liderança, quanto que outros menos ativos e suas lembranças são pouco possuidores de relevância;
- O tempo de vivência entre os indivíduos: como as lembranças são construções coletivas, o tempo de vivência também condiciona as lembranças e suas relevâncias.

A memória individual torna-se um quebra-cabeça de várias memórias individuais do grupo (memória coletiva), nesse sentido:

As lembranças grupais se apoiam umas às outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral... (BOSI, 1987, p. 336).

As memórias acompanham os ciclos de vidas dos indivíduos, assim, é na infância que as memórias mais detalhadas e afetivas se encontram, na juventude e na idade madura, as memórias possuem um outro ritmo (mais apressado e menos detalhado). Algumas lembranças são marcos e possuem grandes significados para as pessoas, pois, encerra uma etapa da vida e inicia outro. O tempo passa de forma individual e singular para as pessoas segundo a sua atividade grupal. “O tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele. Cada grupo vive diferentemente o tempo da família, o tempo da escola, o tempo do escritório... Em meios diferentes ele não corre com a mesma exatidão.” (BOSI, 1987, p. 339).

O tempo então, passa para cada pessoa de uma forma, segundo as épocas e ciclos de vida mais ou menos ativos. Para os velhos, as memórias do tempo vivido, estão ancoradas diretamente nas atividades do passado e do que se vive no presente. Os fatos quando vistos possuem contornos mais firmes de forma individual, dessa forma, as lembranças coletivas vencem as distorções. Quando os fatos são sabidos de ouvir falar, podem se tornar memórias com distorções, principalmente quando quem as viveu e viu morre no grupo daquele que as ouviu. (BOSI, 1987).

Para Bosi (1987), os espaços das lembranças são: 1 – a casa, dentro e fora: a casa onde memórias são construídas, como a casa dos pais para a criança, a primeira moradia de recém-casados ou a rua e vizinhança para crianças de famílias com poucos recursos financeiros. As lembranças são ancoradas nas formas físicas como as janelas, formato e tamanho das casas, terrenos baldios e a dinâmica de brincar quando criança, os portões, dentre outros elementos da cidade. Os rios, pastos e demais elementos que compõe ciclos de vidas no campo. A casa onde se vive a primeira infância, independente do lugar, sempre será receptáculo das primeiras lembranças. 2 – Objetos: ajudam a guardar memórias, como uma manta que era usada quando criança. Quando esses objetos envelhecidos com as pessoas são perdidos, não podem ser substituídos. 3 – As pedras da cidade: um grupo pode modificar os aspectos da paisagem de um lugar, bem como a mudança das atividades econômicas, mas há elementos que preservam as lembranças (sons, o chão e a construção afetiva do lugar de infância, de juventude).

A memória política é vinculada a localização de classe e tipo de trabalho exercido pelo sujeito. Para os aqueles menos politizados, as lembranças são ancoradas pelas melhorias ou pioras para a população antes e depois daquele determinado governo, isso porque a política passa a se misturar com ambiente doméstico. Há aqueles que atuaram ou estiveram por dentro de forma mais ativa nas organizações em defesa de suas classes, para esses, a ajuda mútua também representa aspecto de uma memória política, e, é por isso que esta última é uma construção individual e grupal. Para Bosi (1987):

Na memória política, os juízos de valor intervém com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (BOSI, 1987, p. 371).

A memória do trabalho por vezes é construída nas atividades domésticas: a menina que brinca de cozinhar e torna-se cozinheira; o menino cujo o pai o ensina um ofício por meio de brincadeira, condicionando e direcionando para a vida de trabalho, são exemplos que se observa nas classes menos abastadas, uma vez que, as famílias precisam que todos os membros colaborem de alguma forma para o sustento dos seus. Nesse sentido, o lúdico se mistura com a atividade laborativa.

Na trajetória de vida de um trabalhador, cruzam-se outras memórias. Um assalariado que sabe bem seu ofício, sabe dos ambientes do local do trabalho, das

mazelas e benefícios de estar ali, labutando daquela forma, constrói uma memória política, constrói uma memória social. A memória lúdica do trabalho, acaba quando o trabalhador toma consciência do sentido e da exploração daquilo que faz e para quem faz. A memória do trabalho “É um campo associativo completo, pois reúne as dimensões corporal, social e política do trabalho, vividas intensamente por todo o seu grupo de convívio”. (BOSI, 1987, p. 394).

Para Almeida (2003), ouvir histórias de vida e trabalho camponês implica em adotar uma metodologia, qual seja, o uso das fontes orais. Por sua vez, estas se constituem em grande desafio, pois, exige do pesquisador uma concepção do conhecimento como algo em disputa que, não raras vezes, é vencida por classes dominantes porque são aquelas que podem deixar suas histórias registradas. Isso significa entender que o uso de fontes orais para apreender a recriação camponesa agroecológica é uma escolha de investigação voltada a dar espaço aos sujeitos invisibilizados, em especial as mulheres. Segundo Almeida (2003), a importância em trabalhar com fontes orais é contar a história das classes oprimidas:

Uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais é a de que estas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, logo que as entrevistas permitem às ‘pessoas comuns’ contarem sobre fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante a história das classes não-hegemônicas, verdadeiras ‘áreas inexploradas’. Isto significa dizer que as classes dominantes têm uma tradição escrita que permite deixar um abundante registro, ao contrário das demais classes. Entendemos ainda que, embora o trabalho com fontes orais não seja para nós um instrumento de ‘conscientização política’, ele permite a superação da pretensão prática da neutralidade na pesquisa. (ALMEIDA, 2003, p. 38).

As fontes orais não substituem as fontes escritas, nem vice-versa. Elas possuem contornos diferentes, logo, se complementam e não se anulam. Os esforços nessa pesquisa foram para trabalhar com as memórias dos camponeses, meandrando pelas formas do capital de Bourdieu, para revelar caminhos e saberes agroecológicos nos lotes do Assentamento 20 de Março.

O planejamento para o roteiro de entrevistas sobretudo desse último capítulo, seguiu parte da metodologia da tese de Almeida (2003): estruturei as questões da pesquisa em eixos temáticos objetivando melhor organização da teoria. Assim:

[...] é importante destacar que nossa opção pelo trabalho com fontes orais se sustenta na concepção de que os camponeses são construtores cotidianos de sua própria composição enquanto classe, e que o trabalho com fontes orais, ao permitir a sua expressão, por meio do testemunho, busca resgatar suas experiências e utopias

camponesas passadas e presentes que por não serem da classe hegemônica ou, para alguns, não serem nem mesmo de uma classe, tem tido pouca ou nenhuma possibilidade de deixar marcas. (ALMEIDA, 2003, p. 45).

A forma como se estruturam as relações sociais, está diretamente ligada aos contornos econômicos da sociedade classista. Para Martínéz (2015), somente pode-se compreender a economia camponesa, segundo a sua relação com a terra. Há diferenciações de famílias e suas respectivas relações com a terra, isso dificulta em universalizar o conceito de campesinato. “Estos productores como regla se ocupan de la explotación de la tierra con ayuda de su familia y poseen una cultura e identidad relacionadas con la producción agraria.” (MARTINÉZ, 2015, p. 478).

Para Taruma, o vínculo com a terra nasceu pós casamento. Vinda de uma família cujo pai trabalhava em olaria, ela atribui essa relação com a terra aos ensinamentos do marido, nascido em fazenda e assim relata:

Olha, esse desejo veio com o meu marido, ele sempre morou em fazenda, né? E ele sempre tinha vontade de ter um sítio pra poder trabalhar por conta. Surgiu essa oportunidade pelo INCRA, né? Aí, nós entremo nos acampamento pra conseguir essa terra, né? Com seis anos depois, conseguimos entrar aqui. [...] Eu casei com 16 anos, quando eu casei com ele. Quando eu fui aprender a andar a cavalo, eu já tava com 25 anos. Aprendi a mexer com isso, trabalhei na fazenda registrada quase 11 anos. Eu e ele. Mexia com gado leiteiro, gado de corte, as vaca de cria, Nelore... ajudava a fazer cerca, tudo... tudo o que tinha na fazenda pra ele fazer, eu ajudava. (Entrevista concedida em 05 de dez. 2020).

Para Pitanga, as relações com a terra, foram herdadas dos pais. Nascida no campo e vinda de família camponesa, negando-se a trabalhar em outra terra que não fosse a sua. Os sonhos iniciais na terra de trabalho tomaram outros rumos depois do falecimento de seu esposo, peça fundamental para a continuidade de alguns projetos não realizados, como a criação de algumas vacas para investimento na indústria doméstica. Outros planos encontraram, na vinda do genro para o lote, suas realizações. Nas palavras de Pitanga:

O desejo pela terra, foi porque eu nasci em fazenda, me criei em fazenda, né? Vivi 31 anos na roça. Aí como eu tive um descaso muito grande, quando eu trabalhava na roça, das fazendas, então eu peguei e optei pra que eu saísse da fazenda, e fui pra luta pela terra. Eu falei pra você: ‘ – Morar em fazenda dos outros, eu não vou mais’. Aí eu peguei e falei: ‘ – O dia que eu tiver a minha terra, eu volto pra terra’. Então foi por isso que eu vim morar na terra, por causa disso aí. Pela desfeita que eu tive, de não poder tá plantando, nem nada, né? Ontem tá morando numa fazenda, hoje tá morando em outra... então foi por isso. [...] Maior sonho meu, era assim, nós plantar, colher... Eu queria

ter gado, mas, não pude ter gado porque, infelizmente, meu esposo faleceu, aqui, né? Com 12 dias que eu peguei a terra. Então muitos planos meus, não foram em prática, né? [...] Meu véio também queria plantar horta, porque ele gostava muito de mexer com planta, entendeu? E eu também, né? Mas depois eu fiquei viúva, então muitos planos se mudaram. O leite, eu não ia vender o leite, eu ia desmanchar o leite. Fazer meus doce, fazer meu queijo, meu requeijão, né? Então nós ia ter o leite, que eu falo o gado, né? E também a produção de alimento, porque tudo é alimento, né? Então nós ia produzir aqui, plantar batata, fazer isso, fazer aquilo... Então nós tinha muito sonho. Mas graças a Deus que, meu genro veio comigo, veio pra cá é tá realizando meu sonho. (Entrevista concedida em 05 de dez. 2020).

Para Balsamo, a motivação em lutar pela terra se explica pela recusa em trabalhar como empregado e por sentir a necessidade, assim como Pitanga, de encontrar lugar de ser, de viver, o seu modo de vida. O seu modo de vida entendido como a possibilidade de gestão do tempo para manejo da sua terra. Em suas palavras:

A vontade de morar é que sempre eu trabalhei de empregado, né? Trabalhei muito de empregado e aguentei muito... O cara quando trabalha de empregado guenta muita coisa, né? Então sempre eu pedia vida e pedia a Deus, de um dia ter um pedaço de chão, pra mim lutar dentro e ficar mais sossegado. [...] No quintal mesmo, esses dias atrás, tava um solão quente, aí a mulher falou: ‘— Sai desse sol’. Falei: ‘— Tem que aproveitar o sol, carpir, deixar tudo limpinho porque hora que chover, aí começa a chuva, depois vai falar assim: é podia a chuva parar, pra mim pode carpir que o mato tá tomando conta’. A gente tem que fazer primeiro, porque na hora de chover, aí ocê tá mais sossegado, que tá tudo limpinho, aí não tá tendo aquela preocupação com o mato. (Entrevista concedida em 05 de dez. 2020).

Segundo Jequitibá, o modo de vida no campo foi herdado dos pais e fortalecido pelo apoio do esposo, nascido em fazenda, filho de trabalhadores. O desejo pela terra veio da necessidade de cuidar do lote no PA 20 de março, onde a energia foi conquistada em 2014, antes da morte de seu pai (em 2015). A filha de pais assentados, hoje, não se vê morando fora do lote e recorda do modo de vida camponês cultivado nos quintais e ruas da cidade e salienta com orgulho, assim como Balsamo, o controle do seu tempo de trabalho na terra conquistada:

Minha mãe ela pastoreava na rua... ela tinha as vacas lá na cidade, aí, o promotor... prefeito... começou a implicar com eles na rua. Foi mais mesmo a necessidade de tirar a criação da rua. [...] Na nossa casa nunca faltou (alimentos)! Minha mãe sempre teve. No quintal... até uva tinha... coco, ela plantou. [...] A gente não trabalha debaixo do sol [...] dia de, a gente não trabalha. Dia de domingo é só curtir [risos]. Hoje eu tenho que fazer um doce de leite, mas é mais tarde. (Entrevista concedida em 06 de dez. 2020).

Para Jenipapo, o modo de vida camponês, bem como Pitanga, Balsamo e Jequitibá, é herança dos pais. Para Jequitibá, Pitanga e Taruma, o desejo pela terra foi fortalecido pelo grupo familiar, embora destaquem neste a figura do esposo. Após assentados na terra, o sonho do casal foi a construção da casa feita por Jenipapo e seu esposo, erguida em 26 dias. Em suas palavras:

Eu nasci no campo mesmo, lá na roça mesmo, eu e minha mãe. Sempre morei no sítio, né? Aí eu me casei, a gente acabou indo morar uns tempos na cidade, né? Mas a vontade de voltar pro campo era grande, né? Até que Deus abençoou pra sair essas terra aqui, né? E graças a Deus, deu pra gente abraçar, né? Tamos aí. O desejo pela terra, vem mesmo do sangue, mesmo... fui nascida e criada no sítio. [...] A primeira coisa que a gente quis fazer aqui, foi a casa, que... no barraco, aqui venta muito, aliás, em toda fazenda venta muito, lugar muito aberto e caiu um pau do barraco na minha cabeça e a gente não tinha acesso aqui, não tinha ponte, porque tinha posto fogo, o carro tava lá na sede e só tava eu e meu marido, foi por volta de meio dia... uma hora da tarde que deu esse vento e caiu um pau na minha cabeça, eu desmaiei. Aí a gente falou: '—Não. Primeira coisa que a gente vai fazer, é a casa', porque, a gente já tinha algumas coisas em casa, meu marido é pedreiro... um pouco de bloco, a gente já tinha metade da laje de casa, a gente já tinha, porque ele pegava como pagamento de construção também, né? Então ele sempre trazia. Aí a gente juntou tudo o que a gente tinha lá na cidade, o material e trouxe e construiu a nossa casa, então foi a primeira coisa assim, que a gente começou. Aí, a gente foi limpar pasto pra poder comprar vaca e compramos duas vaca, e começamos assim, sabe? Foi por aí. Aí depois começou a história da horta, que a gente tá desde o início também, e não pretendemos parar com nenhum desses projetos, a gente pretende dar andamento. Agora que os meninos tão aí, é mais fácil, porque, um vai apartar vaca, outro ajuda na horta... tem mais mão de obra, então a gente tá aproveitando, né? Que os meninos tão aí, tá reformando cerca, tá fazendo serviços... aproveitando a mão de obra do pessoal, porque quando eles voltarem pra faculdade, né? Aí vai ficar só nós dois de novo [risos]. (Entrevista concedida em 06 de dez. 2020).

Jenipapo aponta para um importante elemento da economia familiar camponesa: o equilíbrio trabalho-consumo. O retorno dos filhos para o lote, mesmo que temporariamente, significou o aporte de trabalho essencial para a realização dos afazeres do cotidiano, representando melhoria de vida.

A reprodução de uma classe está intimamente ligada ao processo de produção de vida material, isto constitui a base para compreender as subjetividades humanas. Nesse sentido, a cultura é de extrema importância em uma sociedade de classes, pois dela depende o modo de vida. (MARTINÉZ, 2015).

Para Bourdieu (1986), o mundo é história acumulada e as pessoas são como partículas que se intercambiam segundo o tipo de capital acumulado e seu uso. Para

explicar a estrutura e funcionamento do mundo social, se faz imprescindível a inclusão de todas as formas do capital, não somente aquela impulsionada pelos estudos econômicos. O interesse pela ciência que estuda economia em práticas que visam a matematização e quantificação das coisas – aquilo que pode ser convertido em dinheiro rapidamente –, e, desinteresse por outras práticas, contidas em outras formas do capital, somente serve como instrumento que protege a classe dominante. Nesse sentido, o capital apresenta-se em três formas: capital econômico; capital cultural; capital social.

Na recriação camponesa pela via agroecológica, interessa pensar a aquisição do capital cultural, uma vez que, segundo Bourdieu (1986), ela é feita pelo indivíduo segundo seu tempo e sua classe social, representando uma espécie de herança. A aquisição e transmissão do capital cultural é menos visível que o capital econômico e, por vezes, passa despercebido, estando predisposto a funcionar como capital simbólico. Sendo um diferencial entre os sujeitos, a falta de distribuição de renda na sociedade, colabora que o trabalhador somente se reproduza enquanto tal, não excedendo para além do mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho, assim, a distribuição do capital desigual é o ponto de apoio das disputas e concorrência entre os agentes. (BOURDIEU, 1986).

A agricultura agroecológica camponesa conta com o princípio educacional do saber/fazer camponês (capital cultural) que mantém vivos os conhecimentos ancestrais. É nesta direção que faz sentido os relatos dos entrevistados quando revelam que o modo de vida que recriam no assentamento é herança, seja na forma material ou simbólica. O capital cultural representa caminhos certos por onde trilhar e se orientar no mundo, em uma realidade mutável e dialética. Nesse sentido:

A agroecologia é parte da soberania alimentar porque está baseada no conhecimento camponês diverso, permite autonomia porque defende a produção de insumos da própria realidade, reproduz e partilha as sementes e convive com a contradição da própria natureza para dela extrair vida. (ZANOTTO, 2017, p. 80).

Não podemos pensar a recriação camponesa apenas como herança, ou seja, resgate de práticas, é preciso também discutir o capital cultural objetivado que existe sobre a forma de objetos materiais, a exemplo do biodigestor (figura 22) instalado no Assentamento 20 de Março pelo NEA-Bolsão. Assim, a apropriação deste capital exigiu investimento na formação dos sujeitos para que fossem capazes de fazer funcionar o biodigestor sem dependência externa. É deste processo de troca cultural

que advém a ideia de tecnologia social que significa o controle dos instrumentos e códigos capazes de decifrar o funcionamento dos bens culturais. Neste sentido, o capital objetivado é apropriado pelos agentes, podendo servir como armas nas lutas culturais e sociais. (BOURDIEU, 1986).

Figura 22 - Biodigestor: tecnologia social.



Fonte: trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 08 de dez. 2020.

Dentro do capital cultural objetivado, tem-se as técnicas. O biodigestor construído pelo NEA, no PA 20 de março (figura 22), exemplifica materialidade da teoria de Bourdieu e, se coloca como um dos exemplos símbolos da potencialidade dos caminhos agroecológicos para a autonomia econômica familiar camponesa.

Para produção de biogás, utilizado na indústria doméstica e para preparo das refeições da família no lote, o biodigestor é alimentado com esterco, proveniente também da criação de vacas pela família camponesa – portanto, um processo altamente endógeno. Jatobá exprime em desabafo à Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida⁶⁶ a importância que teve o biodigestor, para a produção e economia do lote, no final de ano de 2020:

[...] Quando aparece uma coisa dessa, dá uma alegria na gente, um ânimo... eu acabo até criando coragem de continuar lutando. Parar de lamentar um pouco e ver que as coisas dão certo. Dá trabalho mas dá certo. [...] isso aqui é uma coisa que, além de valer pra vida inteira, vai ser uma história que a gente não esquece nunca, né? Porque é possível. Ontem eu tava até falando aqui, fazendo o almoço e falando: ‘ – Quem dera eu pensar que um dia, eu tá cozinhando com gás de esterco. Nunca pensei isso na minha vida, nem depois de meus 30 anos de idade, eu acha isso impossível pra mim. Eu sei que existia há

⁶⁶ Coordenadora do Projeto NEA – Bolsão.

muito tempo, mas era uma coisa que... eu pensava que nunca ia chegar ao meu uso, cê entendeu? Que eu não ia ter condições de fazer um negócio desses e hoje eu sou uma das primeiras, né? Aqui de dentro (assentamento), beneficiada com esse gás. Muito bom! Nossa, é um prazer gigantesco [...] E aí agora, final de ano, né? Com as vendas fracas, muita coisa pra pagar... parece que falou assim: ‘ – Eu vou fazer esse gás, esse biodigestor bombar, pra essa mulher animar e voltar a ter coragem de produzir’ [...] É um milagre, é um esforço de todos, desde o início [...] com uma carriola por dia (abastecimento de esterco), ele (biodigestor) não para mais. Ele fica borbulhando o dia inteiro. Meu marido coloca todo dia uma carriola que é do gado nosso já. [...] então a gente vai pegando a força que vocês deu e criando forças pra fazer outras coisas, né? Senão, eu não tava até hoje juntando esterco das minhas vacas, tava jogado lá no pasto.

Como visto no relato de Jatobá, o biodigestor (tecnologia social apropriada), se converte em capital econômico e proporciona ganhos monetários. O capital cultural objetivado proporciona o capital econômico ao evitar a compra de gás, dando um destino para os estercos das criações, podendo, futuramente, gerar também biofertilizante para as hortas agroecológicas. Se converte também em capital político, pois, ao fortalecer a economia do núcleo familiar camponês, a tecnologia social gera autonomia uma vez que, o lote provê o que é necessário para sua funcionalidade e os camponeses, organizadores do próprio tempo de produção, podem alcançar emancipação que é ter tempo livre seja para ajudar outras famílias ou até mesmo aprofundar sua formação. O capital político para Bourdieu compõe um microcosmo, uma parte do campo político dotado de interesses particulares:

Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta-voz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação. (BOURDIEU, 2011, p. 196).

A agricultura agroecológica camponesa, portanto, colabora para a realização do capital político, pois, seus princípios explanam sobre o fortalecimento endógeno, proporcionando a autonomia na produção, logo, influi na gestão do tempo de plantar e tempo de colher. Podendo gerar tempo livre. A camponesa relata sobre seu tempo livre:

Essa parte é boa, você não ter que trabalhar pra ninguém. Você trabalha mais, assim, na questão de horas trabalhadas, né? Não é como na empresa que você chega lá, bate o cartão pra entrar e bate o cartão pra sair, né? Mas só de você saber que, você não precisa cumprir horário, que é pra você, já te dá ânimo pra você trabalhar até mais tarde, levantar mais cedo, sem problema nenhum. Desde que

você faça o que você gosta, tá tudo certo, né? E a gente gosta. (Entrevista concedida em 06 de dez. 2020).

Uma das manifestações das formas do capital descritas por Bourdieu pode ser apreendida no Encontro de Mulheres Camponesas do Bolsão, neste espaço o capital político está presente nas formas educacionais via palestras, minicursos e rodas de conversas ministradas por representantes governamentais, professores da faculdade e lideranças dos assentamentos.

Elementos do capital cultural que fortalecem a agroecologia dentro do PA 20 de Março foram fomentados nestes eventos em palestras e cursos sobre manejo da terra e agricultura agroecológica, ministrados pelos camponeses para os camponeses, como relembra Pitanga:

Aqui, nós já fizemos aqui, debaixo na nossa área, curso pro pessoal aqui também. Já tivemos curso nos outros lotes dos vizinhos, sabe? Então esse curso, ele já foi feito em vários lotes, cê entendeu? Aí, por exemplo, vem 10...12 aqui, aí na outra semana ia lá no outro. Todo mundo aqui, quiseram. Então aqui cê pode ficar despreocupada. Esse pé de limão aí, ele ficou cheio de coisinha branca, sabe o que eu joguei? Calda de pó de café. Sarou o bicho, ficou com uns limão bonito. (Entrevista concedida em 05 de dez. de 2020).

Por vezes, nas entrevistas, o capital cultural se manifestou em forma de ajuda para comercialização e de organização para efetivação de projetos, realizando-se em forma de vida comunitária e, colaborando para a realização do capital econômico. O relato de Taruma exemplifica a materialização do capital cultural:

Olha, no começo, teve muita dificuldade de comercialização. Mas daí, depois que veio pra cá, ele gosta muito dessas coisas, ele que corre atrás, ele é o coordenador daqui, né? Então ele que corre atrás, faz projeto, essas coisas, pra gente. Aí, depois que ele entrou, nós não teve mais dificuldade, não. Ficou mais fácil pra gente. Só não pega quem não quer. Porque, oportunidades tem pra todos aí. [...] Depois que ele entrou aqui, não tive dificuldade mais não. (Entrevista concedida em 05 de dez. 2020).

O capital social é ligado às redes reais e trocas (conhecimentos, reconhecimentos, trocas materiais e/ou simbólicas), mais ou menos institucionalizada, entre agentes membros de um grupo. É um capital construído na coletividade e seu volume individual, vai depender das redes de conexões feitas. (BOURDIEU, 1986).

Pitanga relata que tudo o que ela aprendeu, no que tange a indústria doméstica, foi em contato com o saber/fazer da sua mãe. Aqui, o capital social é exemplificado com os ensinamentos herdados de avó, de mãe para filha.

Olha, amor, eu vou te falar uma coisa: tudo o que eu aprendi, foi com a minha mãe [...] só de ver ela fazer. Farinha, requeijão, doce de leite, queijo e as outras coisas, assim, que nem geleia minha mãe não fazia, mas eu aprendi de ver falar, né? Assim, de ver os outros fazer. Esses dias atrás, eu fiz geleia de Mangaba e fiz o doce da Mangaba [...]. Fazia 30 anos que eu não fazia, aí, dei só para os meus filhos, sabe? O doce. A geleia, eu não imaginava que a Mangaba dava geleia. Quando ela cai do pé, no chão assim, madura, ela desmancha quase, né? Aí eu ganhei umas maduras e deixei na geladeira. Quando eu fui pegar pra mim comer no outro dia, porque ela é uma delícia, a Mangaba, ela tava desmanchada. Eu falei: ‘— Cê sabe de uma coisa? Vou passar isso aqui numa peneirinha e vou coar e vou por no fogo’. Menina, pensa na geleia maravilhosa! [...] A minha filha faz geleia pra vender, tem vez que eu ajudo ela. Colorau, eu ajudo. [...] Aprendeu tudo comigo. Ela faz geleia, ela faz doce de goiaba, só as vezes, quando ela tá muito apurada, ela pede pra mim fazer. Doce de abóbora cristalizado, doce de mamão, tudo ela sabe fazer hoje. O colorau, ela não sabia nem como começava, hoje ela faz o colorau sozinha. (Entrevista concedida em 05 de dez. 2020).

Na realização do NEA Bolsão, a recuperação de saberes e sabores é exemplificada na produção da série “Saberes e Sabores” (iniciada em 2020), transmitida pelo canal da UFMS no Youtube⁶⁷. Nessa série produzida pela equipe NEA – Bolsão, busca-se realimentar memórias e aprendizados da indústria doméstica, e as filmagens são sobre receitas de bolos, doces, compotas, tortas e outras, são passadas de mães para as filhas. A ideia inicial desta serie era ter ingredientes produzidos no lote no sentido de reforçar a autonomia camponesa pela via agroecológica, porém nem sempre foi possível garantir receitas endógenas porque o caminho agroecológico é construção – que foi interrompida pela pandemia de Covid19.

O *habitus*, manifestado na forma de manejo na terra de trabalho, também é relembado. A memória viva sobre práticas agroecológicas aprendidas com os pais e avós, exemplifica outros componentes do capital social. Jenipapo dá vida à teoria do *habitus* ao relatar sobre a calda de pimenta malagueta:

Essa produção agroecológica, eu creio que assim, quem nasceu no campo, já nasce com ela, porque a gente não tinha o hábito, antigamente, de usar veneno. Lá no sítio do meu vô, ele nunca foi de usar [...] a gente sempre usou, por exemplo assim, pra matar os bichinhos do jiló, da pimenta... comia tudo as folha, então, fazia calda de pimenta malagueta. Pegava pimenta malagueta, amassava bastante, colocava na água morna, ele pegava e pulverizava nas planta, pra matar os bichinhos, entendeu? E aí, quando a gente veio

⁶⁷ Para saber mais: <<https://www.youtube.com/watch?v=Op6G51oUnY&feature=share&fbclid=IwAR3XSovRRRwnpvBOI0G2JfmHUsl1bAxiKq3S30ygcOD3hQOTVV5NgHifoRo>>.

pra cá, aí o pessoal da Fibria veio com aqueles técnico aí, eles andou ensinando aí, uma calda bordalesa, algumas coisas que a gente já sabia, a gente já fazia e não sabia que estava fazendo! Entendeu? E ficou mais claro assim, porque a gente começou a conversar, explicaram: ‘—Olha, isso aí é uma técnica de agricultura familiar, antiga, da agroecologia’. Né? E tá, a gente continua nesse ritmo. Deu nome pra prática de quem já vivia no campo, né? Porque, tem bastante gente aqui, que veio da cidade, né? Então, essas pessoas, na verdade, não sabia, né? Agora, a gente, já fazia. (Entrevista concedida em 06 de dez. 2020).

O capital social aparece nas entrevistas ligado ao capital simbólico, materializado em prestígio, auto estima, identidade. Isso porque, segundo Bourdieu (1986), o capital social rende lucros simbólicos e materiais (capital econômico), assim, as conexões são feitas a partir de estratégias conscientes ou não, para relações sociais úteis a curto ou longo prazo. Sobre agricultura agroecológica e os ganhos, Jenipapo relata:

Aumento de renda e também benefício pessoal, você sabe o que você tá comendo, né? E quando você sabe o que você está comendo, é... te dá assim uma sensação melhor de saber que aquilo tá te engordando, mas não tá fazendo mal pra saúde [risos]. Até pra você entregar pra um cliente seu, que fica satisfeito, você fica satisfeita em tá atendendo a pessoa com um produto bom. Eu falo assim, que a gente entrega, aquilo que a gente tem certeza que a gente consegue comer, né? [...] Hoje, se eu disser assim, que eu chego na cidade, por exemplo, lá no camelô, né? Chego lá, né? Aí me falam: ‘—Cê é a mulher do queijo?’ Eu não me importo que me chamem assim, entendeu? Porque ninguém vai recordar o nome dos outros, entendeu? Agora com essa bendita dessa máscara, entendeu? Fica mais difícil o reconhecimento da pessoa. Aí, eu passo, as vez: ‘—Cê não é a mulher do queijo?’ Sabe? Eu entrego queijo lá. [...]. Então, assim, eu não me importo com isso, até acho bom, ser reconhecida por uma coisa que eu faço, né? (Entrevista concedida em 06 de dez. 2020).

Para Jequitibá, a agricultura agroecológica a deixa orgulhosa, trazendo-lhe, assim como para Jenipapo, ganhos para além do capital econômico, os frutos da transição agroecológica abarcam o capital social e simbólico.

Orgulhosa! A gente sente orgulho de tá aqui, na terra e... eu tenho ponto lá na feira também e a gente bate nessa tecla: agroecológica. [...] Mais saúde, porque a gente consome esse alimento, fora o ganho material, né? Ganha em saúde, também. (Entrevista concedida em 06 de dez. 2020).

Em cada grupo há limites relacionados à homogeneidade entre os membros, os eventos feitos, como, por exemplo: cerimônias culturais, festas, recepções,

esportes, dentre outros, servem para trocas, conhecimento e reconhecimento entre os agentes. (BOURDIEU, 1986).

Segundo Bourdieu (1986), o capital econômico é a raiz de todos os outros capitais, mas, a ciência que estuda a economia, ignora as potencialidades das outras formas do capital.

Quando seu cavalo morreu, Balsamo vivenciou outras trocas para além dos contornos do capital econômico. Impossibilitada de fazer o trajeto para levar a agricultura agroecológica de sua família para o ponto de recolhimento do PAA, viu na ajuda mútua camponesa o capital necessário para a continuidade da atividade.

Primeiro eu tive meu carrinho, carregava no meu carrinho, aí depois, meu cavalinho morreu e eu fiquei de pé. Só que aí, tinha o M⁶⁸. ali, ele levava minhas coisas. Aí, depois o M. pegou e falou: ‘—Eu não vou entrar no PAA, não, por causa que eu tenho que trabalhar (ele trabalha pra fora), como é que eu vou entregar verdura?’ Aí eu conversei com o J., falei: ‘—J, eu vim aqui, perguntar pra você, se você pega as minhas verduras, do PAA, se você não pegar, eu vou parar. Porque eu não tenho condições de levar, eu não tenho cavalo, eu não tenho condições de levar. Então eu vou parar... do PNAE cê pega aqui, mas do PAA tem que entregar lá embaixo então eu vou parar’. Ele falou: ‘—Não seu M. Vai parar não! Eu tenho que entregar a minha também, então é a mesma coisa. Eu pego a minha, passo aqui, pego a do senhor e levo lá embaixo’. Então, tudo bem. Igual hoje, deu crep lá no carro, quebrou, o outro carro tá pra fora buscando coisa, mas já tem o menino lá, que vai receber as verduras que vai levar pra nós. Então, quer dizer, que eu não posso reclamar, pra mim, tá tudo beleza. (Entrevista concedida em 07 de dez. 2020).

O desabafo de Pitanga aponta as consequências das barreiras impostas à recriação camponesa, a terra como fonte de recriação da vida.

Então, agora, cê vê, nós tamo com 69 famílias, né? Aqui dentro e o que que acontece? Quantas pessoas que tãno no nosso lote, tá se alimentando?! No nosso lote! Agora cê imagina, se todo mundo produzi num pedaço pequeno de terra... produzir! Tiver incentivo pra produzir, quantas pessoas não se alimenta? É isso que eu falo: tem terra aí, um monte de terra e alimenta 2...3 só. [...] Não me deram pra eu plantar um quintal de mandioca. Não é revoltante? Não é triste uma coisa dessas? Não é desigualdade? Não é falta de olhar com bons olhos pra gente? É isso é revoltante, né? Então isso aí me deixa triste. Me deixa chateada... muito chateada, porque, Deus deixou a terra pra nós desfrutar [...] terra é pra todos e muitos que só pra eles. Daí, quando a pessoa vai pra poder lutar pra um pedaço de terra, ainda é vagabundo, ainda quer tomar a terra dos outro. (Entrevista concedida em 05 de dez. 2020).

⁶⁸ As identidades, das pessoas mencionadas, foram protegidas. Por isso, consta nesse relato, apenas a inicial.

Para Zanotto (2017), os capitalistas negam a soberania alimentar porque para a produção de alimentos, segundo as culturas locais, é necessário ter distribuição de terras. A produção alinhada à soberania alimentar não está estruturada em negócios, alimentar não é negócio, alimentar é preservar a humanidade e a cultura, sem que para isso, precise se esgotar aquilo que não é humano.

Defender a soberania alimentar é entender que os povos são soberanos sobre as frações do território, pois, não há produção de alimentos dentro de um agroecossistema sem o acesso à terra. A Reforma Agrária é o ponto de partida para a construção das soberanias dos povos em alimentar o mundo, e, isso está diretamente ligado à importância de outras formas de capital, para além do capital econômico, estarem presentes nas políticas públicas para a proteção da agricultura. Segundo Zanotto (2017) as políticas públicas são frutos conquistados pela luta e mobilização dos camponeses:

Ainda assim, as políticas não são um fim em si mesmas, senão, quando conquistadas na luta e na mobilização, podem ser um meio de ir acumulando forças, de alcançar mudanças estruturais, de ir empoderando o campesinato, de abrir caminhos para uma relação com a sociedade quando oferece seu produto excedente para alimentar as cidades ou para trocas. Mas também é bom ficar alertas, porque as políticas públicas tanto são importantes para o campesinato, como para o agronegócio que também busca políticas que lhes dê sempre mais incentivos financeiros. (ZANOTTO, 2017, p. 77).

A falta de troca de outros capitais para além do econômico, possui resultados severos, como a invisibilidade da agricultura familiar camponesa, fomentando violência contra os camponeses e legitimando a concentração fundiária. Para Jenipapo, essas barreiras só serão minimizadas por meio da educação (capital cultural):

Olha, até hoje, quando você fala que você mora no assentamento, as pessoas te olham torto, como se você fosse invasor, sabe? O olhar de muita gente ainda é crítico, onde eu acho que a educação tem que se começar na escola, é lá, na base! Lá mesmo, no pré-vestibular, ensinando as crianças, a valorização da agricultura familiar, porque tem muito aluno aí, da oitava série, que acha que o milho nasce dentro da latinha, aqui em Três Lagoas. Tô falando porque eu fiz curso técnico em Meio Ambiente e a gente foi dar palestras nas escolas e o pessoal falou isso, entendeu? (Entrevista concedida em 06 de dez. 2020).

A produção para o PAA, apesar do enfraquecimento das políticas públicas populares⁶⁹, é um exemplo de resistência do campesinato no PA 20 de Março, e, apresenta-se como mais um dos símbolos concretos de potencialidade da agricultura agroecológica camponesa. A produção em transição agroecológica das verduras, mesmo fora da época ideal para plantio e colheita, evidencia o sucesso da Reforma Agrária e caminhos alternativos, dentro da soberania alimentar, para a erradicação da fome.

Foram entregues e pesados para o PAA (figura 23), no dia 07 de dezembro de 2020⁷⁰, exatos 401 quilos de alimentos (figura 24 e 25) diversificados entre frutas, verduras e legumes (cebolinha, berinjela, couve, abóboras, maxixe, jiló, mandioca, manga, tomate, chicória, salsa, rúcula, alface e almeirão). Segundo a camponesa responsável pelo recebimento, organização e pesagem dos alimentos, o assentamento já entregou 600 quilos, quando a sazonalidade permite e colabora para tanto.

Figura 23 – PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): pesagem e organização para entrega de verduras, legumes e frutas ao PAA



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 07 de dez. 2020.

⁶⁹ Apontado no capítulo II.

⁷⁰ Os lotes são identificados pelos nomes das camponesas. Nesse referido dia, participaram da pesagem oito famílias.

Figura 24 - PA 20 de Marçõ/Três Lagoas (MS): legumes e frutas pesados e organizados para o PAA



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 07 de dez. 2020.

Figura 25 - Verduras pesadas e organizadas para o PAA



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 07 de dez. 2020.

Em todo o processo de entrega, organização para a pesagem no entreposto dos alimentos entregues para o PAA (figura 26), estão presentes as formas de capital analisadas por Bourdieu (1986). Trocas de capital que se realizam para a recriação camponesa dentro da diversidade e autonomia da produção familiar agroecológica camponesa, seja no controle do processo de produção e comercialização (capital político), na ajuda mútua entre vizinhos para levar a produção de quem não possui veículo até o ponto de recolhimento (capital social), no retorno econômico que essa política pública possibilita as famílias (capital econômico), na recuperação da autoestima de terem o trabalho reconhecido (capital simbólico), por alimentarem outras pessoas com diversidade e qualidade (capital simbólico). As várias formas de capital se realizam na agricultura agroecológica camponesa porque o *habitus* camponês possibilita todas essas manifestações, é ele a matriz do modo de vida camponês.

Figura 26 - Entreposto do PA 20 de Março em dia de pesagem de alimentos para entrega ao PAA



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, F. R. 07 de dez. 2020.

Para Bourdieu (1989), o *habitus* está contido no indivíduo sem que o mesmo se dê conta. Mesmo não racionalizado por aquele que possui, o *habitus* o orienta de maneira racional no espaço, a exemplo dos relatos sobre os elementos motivacionais da luta pela e na terra evidenciado nos relatos. Esse desejo do roçado, evidente nas memórias, é o *habitus* a procura do campo para realizar-se plenamente.

O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na

tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o ‘primado da razão prática’[...]. (BOURDIEU, 1989, p. 61. Grifos do autor).

A entrevista de Jatobá exemplifica o *habitus* camponês, evidenciado pela herança de um modo de vida dos pais e, quando adulta, o retorno ao lote, depois de ter passado meses na cidade a pedido do marido. O *habitus* como disposição adquirida, além de permanecer incorporado se manifesta como busca da terra de trabalho, latência, desejo que o marido volte a morar no lote.

Minha mãe, meu pai, tudo... sempre teve terra, né? Minha mãe tem um lote [...] 42 hectares. Eu vivi com eles aqui, na terra que a gente tinha um sítio aqui, vendemos aqui fui pra lá com a intenção de aumentar. Aumentou mas não resolveu muito, porque também não mexe, né? Eu não queria uma terra pra isso, eu queria uma terra pra mim viver dela! A terra da minha mãe, ela vive da terra, porque ela alugou o sítio e eu não quero. Eu quero viver aqui dentro e o que produzir, é meu, né? [...] A gente alugou uma casa lá [na cidade], porque aqui ele tinha... no começo do ano passado ele conseguiu fazer minha cabeça: ‘– É porque tem que ir embora, isso aqui não vira nada e eu só vou arrumar serviço na cidade, se você for’ [...] o meu menino mais velho falou: ‘– Mãe, faz o seguinte ele quer ir, vai, chega lá, com uns dois meses, oh... a senhora chispa pra trás, deixa ele’. Assim eu fiz, só que eu fiquei mais tempo, eu fiquei quase sete meses lá. Mas aí, teve um pessoal falando que ia invadir os lotes, eu vim pra cá numa noite, acho que dia 20 de outubro... eu vim embora pra cá sem nem olhar pra trás, catei um pouco de coisa e vim. Dormi aqui sozinha [...] Nunca tive medo de ficar aqui, não. Lá na cidade é mais perigoso, né? Aqui eu já tô acostumada, durmo até com a porta aberta . Aí eu fui lá e busquei meu mais novo [filho], falei: ‘– Já que é assim, então vamo dividir’, dois pra lá e dois pra cá, né? Ai tamo aqui... Agora tô tentando, vê se eu consigo um serviço aqui pra ele, pra ele ficar aqui comigo, pelo menos o marido, né? Sábado, igual, ele termina lá o dia de sábado seis horas e chega em casa, né? Até arrumar tudo, pegar o carro e vim embora, e outra, de lá pra cá, todo sábado é essa despesa. Ele estando aqui, ele não tem que vim, né? Já amanhece no domingo aqui. (Entrevista concedida em 2016).

Para Almeida (2003), o *habitus* não se resume em práticas familiares herdadas, ele é dinâmico, sendo estruturado (herdado) e estruturante (o que se faz perante a realidade, e, adaptação daquilo que é herdado às opções do presente), isso faz com a prática, por vezes, seja improvisada. Um dos contornos reais à teoria, é o relato de Jequitibá sobre a criação de gado dos pais na cidade: a reprodução do *habitus* está em constante conflito no campo em que condições objetivas não lhe permitem a realização. Segundo Almeida (2003):

Como o *habitus* contém a história individual, mas também a coletiva, ele faz com que os agentes (operadores práticos) tenham um ‘sentido

de jogo' (causalidade do provável), ou seja, uma forma de agir/pensar não necessariamente produzida por ele por meio de um cálculo racional/consciente. Podemos dizer que 'o *habitus* define a percepção da situação que o determina', é uma espécie de *modus operandi*. (ALMEIDA, 2003, p. 202).

Sobre o *habitus* camponês manifestado no desejo do acesso à terra de trabalho, Balsamo conta sobre a experiência em ter sido funcionário nas fazendas, mantendo seu modo de vida vivo, nos contornos dos alambrados. O *habitus* camponês a seguir relatado, permite visualizar os bloqueios à realização do modo de vida do camponês.

Trabaiei muito em fazenda, sofri muito [...] tive patrão bom, mas já tive patrão que fui judiado muito. Então eu falei: '– Quero meu pedaço de terra, pra trabalhar e plantar minhas coisas' [...] eu sempre gostei de chegar num lugar e plantar minhas coisas, ai tinha um alambrado dele [o patrão] lá, ai eu peguei e plantei uns mamão ao redor [...] ai um dia ele chegou lá e falou pra mim: '– Eu vou falar pra rancar aqueles pé de mamão lá da beira do alambrado que vai rachar tudo o meu alambrado.' [...] Onde eu trabaiei, sempre eu tive patrão, eu trabaiei, sempre eu pedi um pedacinho de terra pra mim plantar uma mandioca [...] dava pra mim plantar minhas coisinhas. '–Agora o senhor com tanta terra aqui, não dá pra plantar um pé de mamão?' [...] ali eu já fiquei sentido, ali não era mais bom, mais... porque, não ter nada pra você plantar, nada pra você cuidar... aí eu fiquei naquela, eu falei: '– Um dia eu vou pegar um pedaço de terra pra mim, que eu vou plantar'. (Entrevista concedida em 23 de jan. 2019).

Para Ingá, o desejo pela terra vem do sentimento de enraizamento e, assim como as lembranças de Bálamo, há uma busca em viver o próprio modo de vida, de uma classe cuja essência de ser, não encontra sentido em ser assalariado: "A gente foi criada no mato, eu falo pra você: se eu tivesse na cidade, acho que já tinha morrido". (Entrevista concedida em 23 de jan. 2019).

A interpretação sobre o conceito de campo para Bourdieu (1989), é aquela construída segundo universo autônomo de relações específicas. Assim, o campo intelectual, por exemplo, é aquele orquestrado pelos agentes e suas relações internas na vida intelectual, ou seja: as relações entre os autores, e, as relações entre os editores e autores.

Para Boudieu (1989), o campo assim foi apropriado pelos diversos autores, na construção do conhecimento científico por meio de conceitos, principalmente econômicos, para explicar as relações entre os agentes dentro de cada campo, de forma geral, sem se apropriar e aprofundar de fundamentos teóricos necessários para a compreensão dos respectivos campos. Segundo Bourdieu (1989):

Compreender a génese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1989, p. 69. Grifos do autor).

Para Martínez (2015), os estudos diversos de teóricos vinculados ao marxismo ortodoxo, não compreendiam os camponeses como classe, ou seja, sujeitos donos de um modo próprio de vida – de *habitus*-campo. As análises sobre as formas distintas na reprodução camponesa, de teóricos como Chayanov, possibilitaram discussões acerca dos capitais: econômico, cultural e social que compõe o campesinato.

En este sentido, el análisis acerca del campesinado implica el reconocimiento de la dependencia impuesta por la desigual distribución del poder y por el carácter de la red de relaciones sociales y su diferenciación cualitativa de orden cultural. Los tres núcleos de análisis fundamentales para las interpretaciones y explicaciones en torno a la población rural, que tiene a la producción agrícola como actividad económica fundamental, se vinculan por elementos que, a la vez, forman parte de los capitales de clase: a) Económico: parte de la relación que se establece a partir de la forma de tenencia de la tierra y las relaciones de producción. b) Socio-familiar: estrechamente vinculado al núcleo económico, pero distingue la división laboral a partir del sexo y grupos etarios y los aportes de cada uno de los miembros a la economía campesina. c) Cultural: vinculado a formas superestructurales que se reproducen e inciden de manera significativa en la diferenciación interna de la clase campesina. (MARTÍNEZ, 2015, p. 482).

As análises feitas junto à Sociologia, contribuem para a aproximação da realidade das relações sociais, dentro de um processo histórico. O campo da Sociologia Rural, aproxima o pensamento da existência, investigando o desenvolvimento das relações sociais durante o tempo, por meio do estreitamento entre empiria e teoria. (MARTÍNEZ, 2015).

Como já visto, dentro das relações sociais, as formas de capital e como estas são transmitidas durante o tempo na interação entre os grupos, cria o *habitus*-campo nas estruturas sociais. Para compreender os camponeses como classe social, é preciso “[...] entender y establecer su participación en las relaciones de producción e identificar las prácticas asociadas, que son más que rasgos complementarios o consecuencias secundarias de su ubicación en el proceso productivo”. (MARTÍNEZ, 2015, p. 488).

Sobre como se manifesta o capital econômico no campesinato, Martínez (2015, p. 490) interpreta:

Como pequeña empresa económica, la unidad económica familiar campesina da valor a la tierra como medio de producción y en este proceso genera las dinámicas internas y exclusivas de la clase social (dadas las relaciones económicas vinculadas a la actividad agropecuaria y el tipo de propiedad). El uso y tenencia de la tierra condiciona en primera instancia el capital económico, el resto de los bienes se adquieren a partir de la capacidad productiva que tienen los campesinos, las formas de propiedad de los medios de producción y de distribución de la ganancia.

O capital econômico é representado pela própria Reforma Agrária e pela dinâmica interna da produção familiar camponesa. O camponês precisa da terra para recriar seu modo de vida – capital social –, não visando lucro, propõe soluções para a crise agroambiental por meio de práticas alternativas – capital cultural –, como a agroecologia.

A produção de excedentes retorna ao lote como forma de bem-feitorias para o núcleo familiar, quando inserida no mercado. A resistência em permanecer na terra, também é enxergada na busca do equilíbrio trabalho-consumo dentro do lote, para isso, quando o consumo excede ao trabalho, membros da família buscam complemento de renda fora do lote, quando o trabalho excede ao consumo, são épocas de bonança, aparecem outras relações de outras formas do capital. Assim, o capital econômico se manifesta na pequena produção familiar.

Sobre a busca do equilíbrio trabalho-consumo dentro do lote, a não efetivação das políticas públicas pós acesso à terra impôs a necessidade da venda da força de trabalho no 20 de Março, a negação da autonomia: ter que trabalhar para a empresa que representa monocultivo de eucalipto, a materialização da concentração fundiária, Jatobá exclama:

Vixe! [...] Eu nunca gostei de eucalipto, só que depois que a gente ficou aqui, dois anos sem renda, aí apertou as coisas. Meu marido falou: ‘ – Oh... nós vai ter que arrumar serviço fora’, né? E aí, é o eucalipto que tá sustentando a gente, então, eu tenho raiva do eucalipto, mas eu tenho que ficar quieta. Ele, o meu marido, trabalha na firma, né? Ele é tratorista. Mata a grama, pro pessoal vir plantando eucalipto atrás. [...] Se tivesse um recurso, meu marido não tava trabalhando pra lá, né? Tava aqui dentro, junto, ganhando menos é verdade, mas pelo menos tava com a família, né? E já tinha melhorado mais o lugar que a gente mora [...] (Entrevista concedida em 2016).

Segundo Shanin (2008), várias discussões ocorreram sobre o futuro do campesinato durante o século XIX. Alguns pontos ainda são discutidos no século XXI,

como os elementos da economia, criação e recriação camponesa. Um dos processos que envolvem os camponeses é a involução agrícola e econômica, essa situação ocorre, pois, a situação de pobreza não se resolve sozinha, então, expulsa os camponeses do campo, contribuindo assim, para uma diminuição no percentual do campesinato na sociedade.

Na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul, a política que vigora privilegia o latifúndio, a situação agrava-se pelas denúncias de corrupção envolvendo membros dos movimentos sociais e o INCRA/MS (no ano de 2010). Os créditos públicos pós terra repartida – que garantem os mínimos vitais –, com sua pouca eficácia, a Reforma Agrária embargada pela Justiça e a vida digna negada aos camponeses, são variáveis que indicam a contra Reforma Agrária. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014).

Ao deixar os assentados a própria sorte, o Estado propicia espaços para atuação das empresas do setor celulósico, em forma de ajuda aos camponeses, que viabiliza os selos e certificações ambientais para a venda da celulose, configurando assim, a privatização da Reforma Agrária sob uma cortina não conflituosa de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e economicamente viável. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014). A entrevista a seguir, exemplifica a situação:

Olha eu tô contente, viu? É porque a gente tá enrolado aqui, abandonado pelo INCRA, né? [...] E a FIBRIA acho que veio a calhar, em partes, porque a gente tem aquele medo, assim... a gente não entende muito das coisas, aí a gente ouve os outros falar assim: 'A FIBRIA é uma empresa grande ela pode pagar qualquer tipo de coisa, ela pode colocar energia pra gente', né? Aí o que a gente tá pensando: será que ela também não pode pagar essa dívida do INCRA com o dono da fazenda e ficar com a fazenda? Ficar com a gente aqui, tipo assim: '– Os bichinho que ela vai criar, né? Cada um é obrigado a plantar eucalipto pra ela. Mas se isso acontecer (não sei se vai acontecer), também não é má ideia'. Pra mim é, eu vou ter que perder a minha água, aí sim, aí vai ser o fim, né? (Entrevista concedida em 2016).

O viveiro de mudas Jairo Cesario Magalhães, fundado em 2017 no PA 20 de março, com parceria entre Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) e ex-Fibria, produzia mais de 2.000 mudas ao ano, tendo como principal compradora a antiga empresa Fibria. O dinheiro levantado pelas vendas das mudas, possibilitava aos assentados a melhoria de infraestruturas necessárias à produção de alimentos, entretanto. Entretanto, em 2020, as compras das mudas foram interrompidas pela atual Suzano. O motivo para interromperem a compra de mudas para reflorestamento não foi a existência de estoque, como divulgado, mas a resistência dos assentados

em plantar mudas de eucaliptos no viveiro, como relata Pitanga. Assim, houve resistência dos camponeses em aceitar esse novo modelo de produção de mudas:

Então, o que que acontece, na verdade, é... a equipe que tava trabalhando lá, deixou a desejar. [...] Agora, a Fibria, ela fez a gente fazer isso aí... tá errado. Porque na época, sabe assim... é... que eu te falo pra você... eles falou que eles compraria as muda pra reflorestar e, aí, não comprou. Teve muda lá que ficou grande, não sei se vocês já viram as mudas. Aí, depois eles vieram pra plantar só colorau, depois, só maracujá... Não foi falado isso, no começo. Aí, depois, parece que eles queria que a gente plantasse, o pessoal é... muda de eucalipto. Aí, o pessoal não aceitou. (Entrevista concedida em 05 de dez. 2020).

Os assentados possuem percepção da situação de contradição, ou seja, a mesma mão estendida que ajuda na recriação, também pune.

Na pesquisa de campo, notamos a preocupação com a água (bem comum), elemento indispensável para a realização das práticas agroecológicas no lote, prova disso é Jatobá que fez a revitalização de um córrego em seu lote.

Aquela água barrenta, né? Aí eu falei pra ele: ‘– Oh... não dou conta de cavar mais não [...]’, aí ele falou: ‘– Não, deixa que eu vou lá um dia mais o Claudio (que é o nosso vizinho), e aí a gente faz um buraco grande, redondo, maior, né? Que tem mais como tirar a lama’. Daí foram, começaram... fizeram aquela bacia, chegou na mesma altura a foice... a enxada não subia, né? A cavadeira não saía, batia ela, ela travava na lama. Ele falou: ‘– Ah... deixa isso aí’, no outro dia nós foi lá, a água já tava correndo. Encheu aquele buraco que ele tinha feito, né? E tava vazando água branca. Aí ele falou: ‘–Ah... cê quer saber de uma coisa? Larga isso aqui... fica embaixo, né? Vamos fazer lá na nascente’. Aí, eles mesmos, com uma cavadeira, um tambor que eu tinha com um cano, sem fundo... eles cavou... não deu nem pra cavar, eles falou: ‘– Ah... não vai dar, não. Vou enfiar esse cano aqui, pra ver se a água fica limpa, né?’. Que era branca, não dava pra beber. Ele enfiou o cano lá e deixou. Quando ele voltou lá no outro dia, o cano tava transbordando, aí a gente foi deixando. Agora, graças a Deus eu tenho água, até na divisa minha ali, já é corrente... fez essa nascente, na minha divisa já é corrente, só que pra lá a gente não tem ainda, porque eu não tive como isolar a área, até no açude, sabe? Porque tem madeira, arame... as vacas ainda tão andando lá dentro. Eu acho que se tirar totalmente os [...] gado de lá de dentro e plantar alguma coisa, ela volta, né? A minha intenção era essa: ver o córrego correndo desde o açude até, né? Saí dia de domingo aqui e sentar... tem dia que eu vou lá pra minha matinha, sento lá e fico escutando os passarinhos cantar, tem um casal de Mutum ali dentro... eu fico ali direto. (Entrevista concedida em 2016).

Este relato evidencia a capacidade de produção de tecnologias sociais pelos camponeses: o tambor com cano sem fundo. A ajuda do vizinho para a tarefa de revitalizar a nascente. Este conjunto de capitais (cultural, social, político) reativam a

vida comunitária e representam elementos que coadunam com os princípios agroecológicos.

As atuações da UFMS, além de proporcionar um olhar crítico sobre as ações das empresas de celulose, auxilia os assentados e fortalece o modo de vida camponês com projetos comprometidos com a agroecologia, pois, entende-se que é por meio das práticas agroecológicas que o bem comum é contemplado, diferente dos preceitos das relações capitalistas voltadas a estimular o indivíduo. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014).

[...] a prática de pensar o 'bem comum' abre a possibilidade das famílias envolvidas entenderem que a agroecologia não é meramente a substituição de insumos (agroquímicos por fertilizantes orgânicos ou biopesticidas). É, fundamentalmente, uma mudança no modo de pensar a relação do homem com seu entorno a fim de aproximá-lo dos conhecimentos locais. Por exemplo, o controle das sementes rumo à superação da ruptura homem-natureza, que gerou a comercialização desta última como base de expansão e acumulação do sistema capitalista. (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 04).

Segundo Shanin (2008), outros processos vêm acontecendo pelo mundo e que configuram a criação e recriação do campesinato: o acesso à terra por meio de políticas de redistribuição fundiária, as questões étnicas, há também a luta camponesa constante para mobilização das decisões governamentais no que tange ao acesso à terra, a resiliência camponesa para ganhar e se adaptar a vida – como novos métodos de produção –, mais um exemplo que compõe esses processos, são os modelos internacionais de sobrevivência camponesa – camponeses que trabalham fora do país de origem e que mandam seu salário para o lote, na nação natal, esse dinheiro é revertido para sobrevivência da família ou para compra de terras.

Esses aspectos evidenciam que a vida camponesa possui certo grau de dependência de não-camponeses – como as decisões governamentais e políticas de distribuição fundiária –, e, que o campesinato, com seu modo de vida e suas estratégias, responde as crises e as contorna. (SHANIN, 2008). Para Shanin (2008, p. 25):

Nesse sentido, ao compararmos o que foi dito no século XIX por vários especialistas e muitos teóricos marxistas e não-marxistas a respeito do campesinato com o que está acontecendo, fica evidente que os recursos de sobrevivência do campesinato têm provado ser mais fortes do que o que se poderia esperar naquele período. A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como

ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

Em tempos de agravamento socioeconômico com a pandemia da Covid-19, uma vez que o Estado não possui medidas, a médio e longo prazos, para dar suporte à população, em que a classe trabalhadora e os camponeses sofrem de maneira imensurável com o Sistema Único de Saúde (SUS) sucateado e, com o desemprego agravado pela flexibilidade das leis trabalhistas, de o assalariado negocia diretamente com o empresário, com a presença mínima dos sindicatos dos trabalhadores, os camponeses se reinventam, encontram medidas para superar a falta dos mercados convencionais.

Os camponeses feirantes do projeto da UFMS/CPTL – Feira Agroecológica – mudaram sua maneira de comercializar seus produtos. Esse canal curto de comercialização passou a funcionar em forma de *delivery* de produtos agroecológicos da produção familiar camponesa. Auxiliados pela equipe do Laboratório GeoAgrária, mapas foram produzidos com pontos estratégicos para a distribuição da produção na cidade de Três Lagoas.

As encomendas são feitas pelos consumidores, segundo a disponibilidade e sazonalidade dos produtos (figura 27 e 28), num grupo do aplicativo *Whatsapp*. A equipe do Laboratório GeoAgrária faz o levantamento dos produtos em forma de tabela e passa para os camponeses, que se organizam para a entrega da produção em pontos estratégicos na cidade de Três Lagoas (figura 29). Até o momento foram feitas 37 feiras nesse modelo de produção, encomenda de produtos e entrega domiciliar para os consumidores feita pelos camponeses.

Figura 27 - Lista de produtos da “Feira on-line”



Lista de alimentos – Associação dos Agricultores(as) do Assentamento 20 de Março –
Projeto de Extensão da UFMS “Feira on-line”
Três Lagoas/MS – 24 de Novembro de 2020

Hortifrúts
Alface Americana – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Alface Crespa – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Alface lisa – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Alface roxa – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Almeirão – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Almeirão roxo – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Cebolinha – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Coentro – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Couve – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Escarola – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Hortelã – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Manjerição – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Rúcula – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Salsa – R\$ 4,00 (maço de folhas)
Abobrinha – R\$ 4,00 (pacote)
Batata doce – R\$ 4,00 (Kg)
Berinjela – R\$ 4,00 (pacote)
Beterraba – R\$ 4,00 (pacote)
Brócolis ninja – R\$ 6,00 (maço)
Cabotian – R\$ 4,00 (pacote)
Cebola – R\$ 6,00 (Kg)
Cenoura – R\$ 4,00 (pacote)
Chuchu – R\$ 4,00 (pacote)
Colorau 250g – R\$ 7,00 (pote)
Goiaba – R\$ 2,00 (unidade)
Limão taiti – R\$ 6,00 (Kg)
Mamão – R\$ 5,00 (unidade)
Mandioca – R\$ 4,00 (pacote)
Maxixe – R\$ 4,00 (pacote)
Melancia – R\$ 15,00 (unidade)
Milho – R\$ 6,00 (bandeja)
Pepino – R\$ 4,00 (pacote)
Quiabo – R\$ 4,00 (pacote)
Repolho – R\$ 5,00 (unidade)
Tomate – R\$ 5,00 (Kg)
Tomate cereja – R\$ 6,00 (bandeja)
Vagem – R\$ 4,00 (pacote)
Indústria Doméstica
Biscoito Beliscão – R\$ 7,00 (bandeja)
Bolacha de nata – R\$ 7,00 (bandeja)

Fonte: Laboratório GeoAgrária, 2020.

Figura 28 - Lista dos produtos da “Feira on-line”



Bolo de fubá – R\$ 6,00 (unidade)
Bolo de mandioca – R\$ 6,00 (unidade)
Bolo de milho – R\$ 6,00 (unidade)
Curau – R\$ 6,00 (pote 250 ml)
Doce de leite caseiro – R\$ 5,00 (pote 140 ml)
Doce de leite caseiro – R\$ 10,00 (pote 250 ml)
Doce de leite caseiro – R\$ 18,00 (pote 500 ml)
Geleia de acerola – R\$ 6,00 (pote 140 ml)
Geleia de acerola – R\$ 12,00 (pote 250 ml)
Geleia de amora – R\$ 6,00 (pote 140 ml)
Geleia de goiaba – R\$ 5,00 (pote 140 ml)
Geleia de morango – R\$ 6,00 (pote 140 ml)
Mel – R\$ 10,00 (pote 250 ml)
Pão caseiro (massa sal) – R\$ 6,00 (unidade)
Pão caseiro (massa doce) – R\$ 10,00 (unidade)
Pão de cenoura – R\$ 12,00 (unidade)
Pão integral – R\$ 14,00 (unidade)
Pão recheado – R\$ 14,00 (unidade) Obs: presunto e queijo
Queijo fresco pequeno 500 g – R\$ 11,00 (unidade)
Queijo fresco grande 1200 g – R\$ 21,00 (unidade)
Queijo temperado 500 g – R\$ 12,00 (unidade) Obs: Salsa, cebolinha e pimenta bodinha.
Rosca com goiabada – R\$ 10,00 (unidade)
Sopa paraguaia – R\$ 6,00 (bandeja)
Criação Caipira e Derivados
Carne de porco – R\$22,00 (3kg) (Obs: exceto costela)
Galinha – R\$ 40,00 (unidade)
Galinha cortada – R\$ 45,00 (unidade)
Manteiga caseira 250 ml – R\$ 11,00
Ovos caipira – R\$10,00 (Dúzia)

Fonte: Laboratório GeoAgrária, 2020.

Figura 29 - Rota de entrega das sacolas agroecológicas



A agricultura agroecológica camponesa, é uma economia viva e que funciona até mesmo em crises sanitárias como a de pandemia de Covid19, por isso, é capaz de erradicar a fome e diminuir a escassez dos recursos naturais, sendo o tempo da natureza fomentador da diversidade da produção. Respeitando o meio ambiente, alimentando em escalas locais por meio do agroecossistema, a agricultura agroecológica camponesa mostra o caminho da soberania alimentar, encontrando nos ensinamentos ancestrais, na força das técnicas sociais que potencializam a autonomia, um *habitus* camponês estabelecido nas várias trocas de capital. Nesse sentido:

A agroecologia, portanto, não é somente uma ferramenta e uma alternativa alimentar para os pobres, mas é uma das estratégias para recuperar e resgatar os sistemas produtivos do universo, nosso planeta, e sair da crise climática que o capitalismo com sua necessidade de acumular e concentrar mercadorias e meios de produção. (ZANOTTO, 2017, p. 81).

Para Shanin (2008), outros tipos de economias funcionam porque existem economias não capitalistas, como é a economia familiar camponesa. O núcleo familiar é indissociável da economia – trabalham e sobrevivem às crises porque contam com a família –, assim, o campesinato e a flexibilidade de sua economia, contribuem para o bem comum da sociedade. Portanto, produzir conhecimento científico sobre o modo de vida camponês, vai para além de ajudá-los da melhor forma possível com os desafios em permanecer na terra. Estuda-los é compreender, dar visibilidade, contribuir na luta para que práticas alternativas de se produzir, sejam consideradas pelo mundo acadêmico. Para Shanin (2008):

Nenhuma economia estatal conseguiu, até o momento, resolver o problema de cuidar das crianças de forma tão eficiente quanto a economia familiar. Na União Soviética, houve algumas tentativas nesse sentido, mas, sem sucesso. Do mesmo modo que não há economia de mercado que funcione de forma tão eficiente e barata como ocorre em algumas situações em que se dá a junção da união da família com a economia familiar em suas especificidades. A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p. 27).

Com a pandemia do Covid-19, no começo do ano de 2020 até hoje (12 de jan. 2021), o modelo de produção e consumo convencional indicou ainda mais sua inviabilidade, principalmente no que tange às longas distâncias para a produção e circulação.

Nossa situação pandêmica desnudou-se quem é capaz de contornar essa situação, uma vez que, possuidores de uma economia endógena, os povos do campo podem dar exemplos de autonomia, autocuidado, autodefesa, autoabastecimento, autogestão e saúde coletiva. O mundo pandêmico possibilitou a discussão sobre a autonomia dos movimentos sociais em uma crise sanitária, econômica e alimentar. (ROSSET; BARBOSA, 2021).

A autonomia é inerente ao modo de vida que compõe o campesinato. Para Shanin (2008), há algumas características relevantes para o entendimento do modo de vida e economia familiar no mundo:

- O conceito de campesinato possui alguns elementos: “[...] terra, vila [ou comunidade rural], economia camponesa e a condição de classe inferior na sociedade, sendo a classe mais baixa da sociedade.” (SHANIN, 2008, p. 33). Todavia, camponeses não possuidores de algumas dessas características, como aqueles que vivem da aposentadoria e de outro tipo de renda, continuam fazendo parte do campesinato, pois, o que principalmente caracteriza seu modo de vida é a economia familiar;
- O camponês é dono do próprio tempo de trabalho, assim, a dinâmica e organização para o trabalho do núcleo familiar, são decididos entre os próprios membros da família. Quando os camponeses migram para a cidade, as variáveis que motivaram esse processo, vão além da procura por um trabalho menos pesado ou de complementação de renda do lote. Shanin exemplifica que o jovem camponês, por vezes migra para a cidade a procura de elementos que não encontra no campo;
- Há uma dimensão educacional dentro do núcleo familiar sobre como lidar com a terra e a função do gênero do membro na economia familiar – divisão sexual do trabalho –, isso funciona como características herdadas dos pais e avós para os filhos e netos;
- O uso de tecnologias sociais para a produção familiar camponesa;
- As cooperativas que ajudam a escoar produção e organizam a utilização dos maquinários para a lida na terra;

- O campesinato é um modo de vida. Parafraseando Shanin, a realidade é complexa e para conceituar o que é ou não classe, é necessário partir do abstrato para a realidade, nesse sentido, compreende-se uma classe a partir do que ela faz, logo, os camponeses constituem uma classe, porque possuem modo de vida próprio. Daí:

[...] o quanto este 'modo de vida' pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição. (SHANIN, 2008, p. 37).

Caminhando para o fim deste texto, consideramos que a agricultura agroecológica camponesa se reproduz intrínseca ao modo de vida camponês (evidenciado pelo *habitus*, composto pelas diversas formas do capital), portanto diferente do modo de produção capitalista que torna refém a terra e mata a fonte da vida, promovendo a escassez dos recursos da *pachamama*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização dos caminhos agroecológicos é imprescindível que haja a Reforma Agrária. É por meio da terra repartida e do direito humano de alimentar-se, e alimentar a população local, que se chega a soberania alimentar, garantindo a segurança alimentar genuína.

A luta do campesinato acontece em muitos campos, um deles é no campo das ideias. Precisamos ter suas histórias contadas, suas memórias valorizadas e associadas às correntes teóricas, conferindo-lhes caráter científico dentro das universidades. É preciso que a construção do conhecimento científico tenha suas raízes ficadas na *práxis*, somente assim, entenderemos a realidade e teremos possibilidade de mudar o rumo da história.

Entendemos que é necessário romper com as amarras ideológicas do capitalismo que buscam reduzir a pó os modos de vidas diversos e conhecimentos alternativos embasados no saber/fazer, uma vez que, é por meio do consumismo, alimentado pelo fetiche da mercadoria (SANTOS, 2001), que a vida perde valor e as vontades tornam-se vazias de existência e sentido.

Compreendemos que a agroecologia é potente para alimentar o mundo, entretanto, a agroecologia familiar camponesa, a qual essa pesquisa versa, é aquela que não mira o lucro e que se realiza no local, que se alimenta e vive do que lhe é endógeno, absorvendo, quando necessário, elementos externos enquadrando-os a sua própria dinâmica, a exemplo das tecnologias sociais.

Nesse sentido, entendemos as ações dos projetos desenvolvidos pelo laboratório GeoAgrária da UFMS/CPTL, do qual sou oriunda, como elementos externos, adaptados às realidades e demandas dos camponeses, e, como expressão científica que compõe a agroecologia numa aliança horizontal universidade-camponeses.

A luta pela Reforma Agrária no Território Rural do Bolsão de Mato Grosso do Sul é pouco expressiva, situação refletida na realidade de Três Lagoas, resultando numa concentração fundiária alicerçada no absenteísmo rentista financiado pelo Estado, por meio da disponibilidade e acesso aos financiamentos e políticas públicas. As leis flexíveis também retroalimentam essa dinâmica predominante do não cumprimento da função social da terra, a exemplo do perdão de dívidas do

agronegócio, promessa de campanha de Jair Messias Bolsonaro, cobrada pela bancada ruralista.

Em tempos pandêmicos, com políticas voltadas para a exportação, as empresas que compõem os impérios alimentares estão lucrando e contribuindo para o padecimento do mercado interno. As dívidas do agronegócio, no final do ano de 2020, somaram R\$ 12,5 bilhões.⁷¹

Concordamos com Santos (2001) quando aponta para as fábulas do mundo globalizado. Sem esses mitos e fábulas, a violência do dinheiro não existiria, tão pouco sua tirania fomentada pela violência da informação. São eles:

- a) A ideia de aldeia global e espaço-tempo suprimidos: um mundo fantasioso onde todas as pessoas tem acesso a informação, não importando a distância física. Essa fábula propõe a ideia de um mundo único, onde os pilares do capitalismo se estendem ao território, “engolindo” as particularidades, um mundo onde o mercado é o regulador de tudo e todos;
- b) A ideia de cidadania universal: a desterritorialização da humanidade. Esse mito propõe a porosidade das fronteiras;
- c) A morte ao Estado: o livre mercado. Essa fábula objetiva a crença de que seria melhor a extinção das ações do Estado para a sociedade e para as empresas.

A nossa situação pandêmica põe em xeque todos os pilares do mundo globalizado. Para Santos (2001), é possível evoluir a consciência humana para a realização de um projeto pautado na realidade histórica de nosso tempo, convertendo as famílias de técnicas para uso de um novo pacto civilizatório.

Compreendemos que o processo de tomada de consciência dos problemas da realidade está acontecendo no PA 20 de Março, em parte fruto da luta pela recriação com autonomia. As entrevistas realizadas demonstraram ao longo dessa dissertação, princípios da agroecologia alinhados à aquisição de várias formas de capital na luta pela emancipação (componentes do modo de vida camponês). A agricultura agroecológica camponesa coloca-se como símbolo de resistência ao espraio

⁷¹ Para saber mais: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/ruralistas-se-articulam-para-obter-perdao-bilionario-das-dividas-do-funrural>>.

da territorialização do monopólio capitalista e, nesse sentido, representa a evolução da consciência humana frente a um pensamento único⁷².

Os movimentos sociais do campo têm sofrido com a ascensão política da direita pela América do Sul, no entanto, a pandemia de Covid-19 levou ao colapso a dinâmica globalizada de produção convencional e consumo de alimentos, revelando e contribuindo à construção de uma maior autonomia dos camponeses. (ROSSET; BARBOSA, 2021).

Segundo Rosset e Barbosa (2021), a autonomia serve como categoria para interpretar qualquer processo de luta social, e, que a autonomia é relativa a uma condição de dependência total e exemplificam: uma produção agroecológica pode ser mais ou menos dependente de agentes externos.

Os números sobre a produção agroecológica familiar camponesa do PA 20 de Março a seguir, evidenciam o sucesso da Reforma Agrária e o cumprimento da função social da terra, a potencialidade da agricultura agroecológica camponesa em alimentar o local, sinalizando para uma construção maior de autonomia e soberania alimentar, exemplificando a dinâmica de segurança alimentar genuína.

Segundo a Associação dos Agricultores (as) Familiares do PA 20 de Março, no período de um ano (dezembro de 2019 a novembro de 2020), os camponeses conseguiram, por meio da comercialização R\$ 589.904,79. Nesses números, estão as produções destinadas às empresas, ao PAA e ao PNAE (tabela 1).

Tabela 1 – PA 20 de Março: faturamento (R\$) do período dez. 2019 a nov. 2020 do PA 20 de Março

Mês/ano	Faturamento (R\$)
Dezembro/2019	38.875,25
Janeiro/2020	9.927,42
Fevereiro/2020	22.262,11
Março/2020 ⁷³	0,00
Abril/2020	9.269,05
Maio/2020	38.947,14
Junho/2020	17.763,59

⁷² Pensamento único: termo utilizado por Santos (2001) para explicar a dinâmica globalizada, violenta e tirana do dinheiro.

⁷³ Março e abril, os camponeses não tiveram movimentação do PNAE e PAA. O faturamento da produção para as empresas, foi contabilizado em fevereiro e abril.

Julho/2020	67.010,95
Agosto/2020	47.183,50
Setembro/2020	61.919,17
Outubro/2020	60.187,53
Novembro/2020	216.559,08
Total do período	589.904,79

Fonte: Associação dos Agricultores (as) Familiares do PA 20 de Março. **Org.** MACEDO, F. R.

Os números da tabela 1 não contemplam o que é vendido nas feiras. As feiras geram em média R\$ 4.300,00 semanais. Em um dos lotes experimentais das ações do NEA, o faturamento mensurado por Araticum é de, aproximadamente, R\$ 40.000,00, entre PNAE municipal e estadual anuais, R\$ 8.000,00, PAA anual; R\$ 6.500,00 das produções entregues às empresas e R\$ 2.400,00 de feira semanal.

Estes números relacionados ao faturamento da agricultura agroecológica camponesa além de vincular a teoria à prática, como propõem os princípios da agroecologia, demonstra a potencialidade da Reforma Agrária e se põem como prova irrefutável que a produção embasada nos conhecimentos tradicionais e *resignificados* do modo de vida do camponês, são alternativa local para o humano e não humano, no presente e no futuro, na contramão do caminho aberto pelo capitalismo que aponta para a autodestruição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeira Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** 390 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2003.

_____. A herança da terra no trabalho com fontes orais. In: BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. (Orgs). **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2006. p. 155 – 187.

_____. CONTRADIÇÕES DA REFORMA AGRÁRIA NO BOLSÃO/MS EM TEMPOS DE IMÉRIOS DE PAPEL. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e Reforma Agrária).** Curitiba: CRV, 2018. p. 273-297.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: história de velhos.** 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education.** New York: Greenwood Press. 1986. p. 241-258.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política.** Jul 2011, no.5, p.193-216.

_____. Capital simbólico e classes sociais. In: **Novos estudos - CEBRAP.** 2013, n.96, p.105-115.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 51ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **Publicada reclassificação toxicológica de agrotóxicos. 2019.** Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/rss/-/asset_publisher/Zk4q6UQCj9Pn/content/id/5578706>. Acesso em: 03 de ago. de 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** 2014. 809 f. (Tese) - Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente. p. 46-118.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **MECANISMOS DE OBTENÇÃO DOS TERRITÓRIOS DOS ASSENTAMENTOS**

RURAIS NAS MESORREGIÕES OESTE PARANAENSE E CENTRO-SUL PARANAENSE - 1984-2008. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente, 2009. p. 1-12.

COSTABEBER, José Antônio. PAULUS, Gervásio. Agroecologia como matriz disciplinar integradora: um novo paradigma In: CAPORAL, Francisco Roberto (org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009 p. 73-105.

FERNANDES, Bernardo Mançano. LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS NEOLIBERAIS E PÓS-NEOLIBERAIS: a Reforma Agrária nos governos FHC, Lula e Dilma. In: COELHO, Fabiano. CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e Reforma Agrária – vol.1)**. Curitiba: CRV, 2018. p. 61-80.

GITAHY, Leda. **Ecologia de Saberes: na direção de um novo paradigma científico?** Jornal da UNICAMP, Campinas, 29 de setembro de 2008.

GOMES, Mauro. Revolução Verde. In: MOTTA, Marcia. (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 407-408.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. MOLINA, Manuel González de. EL CONCEPTO DE TRANSICION EN EL PENSAMIENTO MARXISTA: REFLEXIONES DESDE LA AGROECOLOGÍA. In: **Curso de Posgrado de Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible, Sesión IV: Transición Agroecológica**. Córdoba, junio de 1995. p. 1-33.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. p. 35-45.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER. **Recomendações do INCA são baseadas em evidências científicas**. 2015. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/noticias/recomendacoes-inca-sao-baseadas-em-evidencias-cientificas>>. Acesso em: 28 de ago. 2019.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Copacabana: Imago Editora LTDA, 1975.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. In: **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 17, n. 33, 2009. p. 131-144.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial LTDA, 1980. p. 41-162.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 215-250.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica Agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Três Lagoas.

_____. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Em tempos de “privatização” da Reforma Agrária, a necessária *práxis* do bem comum. In: **Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente, 2014.

LEMES, Mariana Santos. **Territorialização do capital e as contradições da educação do campo na microrregião de Três Lagoas (MS)**. 2014. 175 f. (Dissertação mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 52-67.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da propriedade**. 2003. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_3_1_CARLOS_MARES.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2019.

MARTÍNEZ, Yisel Herrera. Consideraciones para la Comprensión de la Reproducción Social del Campesino Cubano: acercamiento desde la producción científica rural. In: **RESR**, Piracicaba, vol. 53, n. 03. 2015. p. 477-496.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política pública no Brasil**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1981.

MARX, Karl. **O capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política : Livro I : o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 156-173.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. I. Feuerbach: fragmento 2 (de junho a meados de julho de 1846). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos. **Soberania Alimentar e Transição Agroecológica no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS)**. 2018. 118 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. In: **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, 2018. p. 220-246.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. 2002. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002. p. 52-69.

_____. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSITO, Eliseu Savério (*et al*). **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 255 – 286.

_____. Expansão geográfica do capital e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e Reforma Agrária)**. Curitiba: CRV, 2018. p. 243-272.

OCADA, Fabio Kazuo. MELO, Beatriz Medeiros. Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n. 12, 2008. p. 117-136.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **TERRA E TERRITÓRIO: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PEREIRA DOS SANTOS, Danielle Ivana. et. al, A CRISE AMBIENTAL E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE COMUNIDADES RURAIS AMAZÔNICAS. In: **Revista Terceira Margem Amazônica**, v. 3, n. 10. 2018. p. 32-50.

PETERSEN, Paulo. SOGLIO, Fábio Kessler Dal. CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.

RIGOTTO, Raquel Maria. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. In: **Revista Pegada**, vol. 12, n. 1. 2011. p. 123-140.

ROSSET, Peter M. BARBOSA, Lia Pinheiro. Autonomía y los movimientos sociales del campo en América Latina: un debate urgente. In: **Aposta revista de ciencias sociales**. 2021, n. 89, p. 08 – 31.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SCHMITT, Cláudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-198.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1988.

SOBREIRO FILHO, José. *et al.* O Golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. In: **Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente, n. 122. 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Novos Estudos** – CEBRAP. N. 79. São Paulo: nov. 2007. p. 71-94.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: MENESES, Maria Paula; *et al.* (orgs.). **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia essencial: Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas. 1ª ed. V. 2. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 601-645.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudênio. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 657-666.

_____. Renda da terra. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudênio. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 667-673.

STROZAKE, Juvelino. Função social da propriedade. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudênio. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 366-371.

TUBINO, Najar. **A indústria química, os agrotóxicos e a loucura**. 2014. Disponível em: <<http://frcaporal.blogspot.com/p/artigos-e-livros.html>>. Acesso em: 11 de ago. 2019.

ZANOTTO, Rita. **Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina**: experiências no Brasil e na Bolívia. 2017. 185 f. (Dissertação) – Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo.

ANEXO

Roteiro de entrevista orientado por eixos temáticos:

- 1- Por que o desejo de ter a terra?
 - a- Causas econômicas (desemprego);
 - b- Causas sociais (problemas com filho, família, doença);
 - c- Causas culturais (nasceu no campo).
- 2- Qual o sonho inicial na terra de trabalho?
- 3- Quais as dificuldades na terra?
 - a- Geográficas (distância, solo, água, estradas, etc);
 - b- Sociais (preconceito);
 - c- Políticas (ausência do Estado).
- 4- Como foi o caminho de encontro com a agroecologia?
 - a- Opção planejada;
 - b- Um convite;
 - c- Imitação.
- 5- Quais as dificuldades desse caminho agroecológico de transição?
 - a- Dificuldades internas ao grupo familiar;
 - b- Dificuldade comunitárias de adesão no assentamento;
 - c- Dificuldades externas de apoio do Estado;
 - d- Dificuldades agronômicas;
 - e- Dificuldades de comercialização.
- 6- Quais os ganhos desse caminho camponês agroecológico?
 - a- Ganhos econômicos aumento da renda – dados de produção e venda (capital econômico);
 - b- Ganhos qualidade de vida - Sem veneno mais saúde (capital social);
 - c- Ganhos simbólicos - auto estima, reconhecido (capital simbólico);
 - d- Ganhos culturais – lazer, eventos, vida comunitária (capital cultural);
 - e- Ganhos políticos – autonomia, emancipação (capital político).